



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 068

SÁBADO, 25 DE JUNHO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 33ª SESSÃO, EM 24 DE JUNHO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 50/88, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a utilização de robôs nas atividades industriais insalubres.

— Projeto de Resolução nº 80/88, de autoria dos Líderes Ronan Tito, Marcondes Gadelha, Jarbas Passarinho e Jamil Haddad, que regula a indicação de Líderes no Senado Federal.

1.2.2 — Discurso do Expediente

SENADOR RUY BACELAR — Análise do documento "Modernização e Ajustamento — 88/89", do Governo do Presidente José Sarney.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 97/88, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando a convocação do Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Dr. José Reinaldo Carneiro Tavares, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, prestar esclarecimentos a respeito de assuntos pertinentes à sua pasta. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Mensagem nº 120/88 (nº 198/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro,

Estado do Rio de Janeiro, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.500.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Discussão encerrada** do Projeto de Resolução nº 81/88, oferecido pelo Senador Jamil Haddad em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

— Mensagem nº 126/88 (nº 222/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro — RJ a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.100.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Discussão encerrada** do Projeto de Resolução nº 82/88, oferecido pelo Senador Nelson Carneiro em parecer proferido nesta data, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

1.3.1. Apreciação adiada por falta de "quorum"

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 146, de 1987 (nº 242/87, na origem), de 14 de agosto de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Murilo Gurgel Valente, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmdia.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 158, de 1987 (nº 258/87, na origem), de 25 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado

a escolha do Senhor Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Índia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal e República de Sri Lanka.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 206, de 1987 (nº 319/87, na origem), de 24 de setembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Aderbal Costa, Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 210, de 1987 (nº 334/87, na origem), de 9 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa, Embaixador do Brasil junto à República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 211, de 1987 (nº 335/87, na origem), de 9 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Guy Marie de Castro Brandão, Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

| | |
|-----------------------|-------------|
| Semanal | Cz\$ 950,00 |
| Exemplar Avulso | Cz\$ 6,00 |

Tiragem: 2.200 exemplares.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 231, de 1987 (nº 392/87, na origem), de 30 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jayme Villa-Lobos, Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Equatorial.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 445, de 1987 (nº 642/87, na origem), de 3 de dezembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Seabra de Noronha, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Ceará.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 446, de 1987 (nº 643/87, na origem), de 3 de dezembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Raimundo Nonnato Loyola de Castro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 39, de 1988 (nº 37/88, na origem), de 19 de janeiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Tríndad e Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Domínica.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 56, de 1988 (nº 66/88, na origem), de 2 de fevereiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Tríndad e Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 79, de 1988 (nº 105/88, na origem), de 12 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 80, de 1988 (nº 106/88, na origem), de 12 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 101, de 1988 (nº 128/88, na origem), de 15 de março de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renato Prado Guimarães, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 108, de 1988 (nº 148/88, na origem), de 4 de abril de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Rubens Antônio Barbosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador na delegação permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 110, de 1988 (nº 159/88, na origem), de 20 de abril do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Asdrubal Pinto de Ulysséa, Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 111, de 1988 (nº 160/88, na origem), de 20 de abril de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Embaixador do Brasil junto à União das Repúblicas Soviéticas, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da Mongólia.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JARBAS PASSARINHO, como Líder — Razões que o levaram e a seus companheiros, votar pelos cinco anos de mandato do Presidente José Sarney. Acordo do Brasil com os credores internacionais.

SENADOR AUREO MELLO — Exclusão da empresa ENASA de concorrência feita pela PETROBRÁS.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Situação dos rios naveáveis em Minas Gerais.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Editorial do jornal **O Povo** sob o título "Orçamento regionalizado".

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Direitos do servidor público aposentado aprovados pela Assembléa Nacional Constituinte.

1.3.3 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se segunda-feira, dia 27, às 10 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DE COMISSÃO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 33ª Sessão, em 24 de junho de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Francisco Rollemberg

ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Áureo Mello — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Jarbas Passarinho — Chagas Rodrigues — Afonso Sancha — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotonio Vilela Filho — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — José Richa — Nelson Wedekin — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, 1988

„ Dispõe sobre a utilização de robôs nas atividades industriais insalubres.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo, remunerando-se o atual parágrafo único para § 1º

“Art. 197.

§ 1º

§ 2º As empresas sujeitas às disposições deste artigo, que adotam processos de automação, inclusive com a utilização de robôs, deverão instalar equipamentos preferencialmente nas áreas ou atividades insalubres ou perigosas definidas no artigo 189.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Apesar do atual estágio da tecnologia, com o emprego dos mais sofisticados equipamentos eletrônicos, da automação, da robótica, da informática, entre outros, pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de proteção do trabalhador que exerce atividades em constante risco de periculosidade ou de insalubridade.

A legislação brasileira, atrelada ainda aos princípios e normas vigorantes nos anos de 40, pouco evoluiu, consistindo as medidas de proteção em simples agravamentos pecuniários para o empregador, por sinal, de insignificante peso financeiro, caracterizados pela obrigação de pagar adicionais de insalubridade ou de periculosidade aos seus empregados.

Em face disso, é muito mais conveniente às empresas pagar esses adicionais que adotar medidas efetivas de remoção dos riscos. Paralelamente, dentro de seus objetivos materiais de obtenção do maior lucro, as grandes empresas preocupam-se muito mais em dinamizar a produção, a baixo custo, que carregar recursos para o seu mais valioso patrimônio, que é o trabalhador.

O presente projeto, tendo em vista essa distorção, em que o homem é substituído pela máquina, não em função da melhoria de suas condições de trabalho ou de lazer, mas com vistas ao aumento da produtividade, propõe que essa substituição se faça, preferencialmente, nas indústrias que adotam sistema de automação, com ou sem emprego de robôs, naqueles setores ou atividades que representam constante risco para a saúde e a integridade física do trabalhador.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1988. — **Nelson Carneiro.**

LEGISLAÇÃO CITADA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Art. 197. Os materiais e substâncias empregadas, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem conter, no rótulo, sua composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que mantenham as atividades previstas neste artigo afixarão, nos setores de trabalho atingidos, avisos ou cartazes, com advertência quanto aos materiais e substâncias perigosos ou nocivos à saúde.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — O projeto lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 80, de 1988

Altera o art. 64 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 64 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64. A Maioria, a Minoria e as Representações Partidárias terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1º Poderão, ainda, o Governo e a Oposição indicar os respectivos Líderes.

§ 2º A indicação dos Líderes será feita, ao iniciar-se cada sessão legislativa, em documento subscrito:

a) pela maioria dos membros da respectiva bancada, quanto à indicação de Líder de representação partidária;

b) pelos Líderes das representações partidárias coligadas, quanto à indicação dos Líderes da Maioria, da Minoria e da Oposição.

§ 3º O Líder do Governo deverá ser indicado pelo Presidente da República.

§ 4º Os Vice-Líderes serão indicados pelos respectivos Líderes, no prazo de 24 horas da indicação destes.”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1988. —

Ronan Tito, Líder do PMDB — **Marcondes Gadelha**, Líder do PFL — **Jarbas Passarinho**, Líder do PDS — **Jamil Haddad**, Líder do PSB.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO IV

Dos Líderes

Art. 64. A Maioria, a Minoria e as Representações Partidárias terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1º A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pela maioria dos membros das Bancadas Partidárias e encaminhada à Mesa nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação da sessão legislativa ordinária.

§ 2º Os Vice-Líderes serão indicados, à Mesa, pelos respectivos Líderes no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da indicação destes.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg)

— O projeto lido será publicado e após publicado e distribuído em avulsos ficará sobre a mesa pelo prazo de três sessões a fim de receber emendas após o que será despachado às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O dever de responsabilidade e consciência cívica não nos permite calar sobre os atos do atual Governo, nem nos permite temer ou nos acomodar eximindo-o da crítica que porventura haja merecido. Daí a razão de voltarmos a esta tribuna, como o fizemos em setembro do ano passado, para proclamar os erros do Presidente José Sarney.

Naquela ocasião, não hesitamos em denunciar as incoerências, as tergiversações e os desatinos do Presidente, decorrentes todos eles de três de suas mais notórias incompetências:

Primeira, a incompetência para coordenar os Ministros de seu Governo;

Segunda, a incompetência para condução eficaz dos problemas políticos suscitados pelo tumultuado processo de transição que atravessa o País; e

Terceira, a incompetência para formular um programa de governo reclamado pela conjuntura assoberbante que oprime a Nação.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que nos compõe a retomar a esta tribuna, desviando-nos, muito a contragosto, de nossos afazeres precíprios de Constituinte, é a última das incompetências presidenciais, por nós acima relembrada, ou seja, a incompetência para formular um programa de governo que atenda aos anseios da Nação brasileira.

Nada melhor a evidenciar a do que a recente edição do documento intitulado "Modernização e Ajustamento — 88/89", que outra coisa não é senão oitava tentativa de formulação da política econômica — já nem sei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se ortodoxa ou heterodoxa — do pródigo e titubeante Governo José Sarney.

E antes mesmo de me entregar à análise desse documento, não me posso furtar à antecipação do ceticismo com que o encaro, tomando em conta estas duas características quase anedóticas, que irão, sem dúvida, perpetuar a memória do Governo que aí temos:

Primeira, a facilidade com que improvisa planos e reformas, e a dificuldade, tantas vezes comprovada, de levá-los a cabo, com um mínimo de coerência e eficácia;

Segunda, a capacidade de despertar enormes expectativas, invariavelmente frustradas pela insignificância dos atos que efetivamente pratica, ou pela mediocridade dos documentos que traz à luz.

Essa mediocridade, Sr. Presidente, é logo desnudada, quando se considera que, já avançando no quarto ano de seu Governo, o Senhor Sarney ainda experimenta a definição de mais uma estratégia econômica orientada para o processo de crescimento econômico e para a contenção inflacionária, quando esta já fora esboçada, no mo-

mento oportuno, pelo pranteado Presidente Tancredo Neves, por via de duas fórmulas tão óbvias quanto irretocáveis.

Primeira: "Dívida externa" — disse o Presidente Tancredo Neves — "paga-se com dinheiro, não com a fome e o sacrifício do povo".

Segunda: "É proibido gastar".

Há quem veja, Sr. Presidente, alguns méritos neste programa, que representa a mais recente tentativa do Governo Sarney de redefinir os rumos de sua instável política econômica.

Os jornais propalam, até que o citado plano mereceu entusiásticos elogios do Deputado pseudo-oposicionista Delfim Netto. Todavia, eles acrescentam, os jornais, também, que o Sr. Delfim Netto, ao elogiar o documento, deixou clara a descrença na implementação de suas melhores medidas, devido à notória falta de vontade do Senhor José Sarney e de seu Governo.

O que pretendo, contudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta abordagem crítica do novo plano econômico governamental, não é exaltar esta ou aquela medida elogiável que ele porventura contenha.

Disso se encarregam, obviamente, os "cincoanistas" e os alardeadores incondicionais dos feitos administrativos do Presidente Sarney.

O que pretendo e o que passo a fazer é denunciar a persistência do novo plano em repisar algumas experiências e tentativas que já levaram ao insucesso os planos anteriores, e podem repetir a dose com o atual.

Já na demarcação do elenco de medidas, o documento reincide no erro de definir o combate ao déficit como meio exclusivo para contenção do processo inflacionário, preferindo outros aspectos de igual ou maior peso, quais sejam:

— incentivo aos setores produtivos do País;

— o escoamento da poupança interna e exterior, pondo à mostra a inegável correlação entre este e o processo inflacionário, assim como entre a dívida externa e o incontrolável desequilíbrio das finanças públicas.

O próprio déficit público, Sr. Presidente — pedra angular do novo plano no tratamento do surto inflacionário —, não parece abordado senão de forma parcial e incompleta. É o que dizem os analistas, ao constatarem, por exemplo, a pouca atenção concedida à urgente necessidade de rigorosa freagem no montante da dívida pública, interna e externa.

Mesmo com o arrocho salarial impiedosamente praticado pelo Governo e com os cortes drásticos em obras essenciais — já que as supérfluas não vêm sofrendo entraves, mas sim incentivos — o déficit permanecerá incontrolável, caso permaneçam os atuais níveis de endividamento do Estado e dos respectivos custos de rolagem e de financiamento.

Outro aspecto do programa, ora enunciado com a estridência de sempre, que causa até certo pasmo, é que nele o que se busca não é a redução da inflação, tampouco a contenção do ritmo de elevação dos preços, mas, pura e simplesmente, sua estabilização, nada mais, nada menos que num delirante patamar de 800% ao ano!

Convenhamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que pretender alcançar a estabilidade de preços nesse nível — ouso dizer — astronômico de taxa

de inflação é no mínimo contraditório e inconsistente, seja pela anulação das possibilidades de previsão econômica, seja, ainda, pela própria perda da função da moeda ensejada pelas taxas de inflação alçadas a esses níveis febris.

Criticável, também, nos parece, a linha preconizada pelo programa com respeito à política tributária. Ela é iníqua e pouco transparente, pois trata com desmedida benevolência os segmentos que se beneficiam com a inflação (setor financeiro) e com os benefícios fiscais e creditícios (setor exportador), ao mesmo tempo em que se revela implacável com os assalariados, a ponto de estar em vias de consumar a extinção da classe média brasileira.

É aqui, Sr. Presidente, que ferimos um dos pontos cruciais, e até mesmo perversos, que obscurecem os possíveis méritos do "novo programa econômico".

Aprofundando e legitimando uma estrutura tributária desigual e regressiva, que faz recair sobre o trabalho assalariado o peso mais expressivo das contribuições tributárias, esse "programa" sequer levanta a possibilidade de que seja incorporado à tabela progressiva do Imposto de Renda o substancial potencial de arrecadação representado pelos ganhos e rendimentos de capital, sobretudo os de natureza especulativa e de curto prazo. Este, sim, seria o espaço próprio para se conseguir a recomposição da carga tributária, e não a tributação de várias fontes de rendimentos, que está penalizando, mais uma vez e duramente, o trabalhador assalariado.

No que concerne aos dispêndios, elegem-se, novamente, os gastos com pessoal, continuando a manter uma política que privilegia o setor financeiro nacional e externo.

A suspensão, por dois meses, da antecipação salarial (URP) dos servidores públicos é a expressão mais clamorosa desse tratamento desigual que se vem dispensando aos agentes econômicos.

Em que pese o empreguismo do Governo Sarney que, de março de 1985 a dezembro de 1987, apesar das proibições legais por ele mesmo determinadas, contratou 140.782 servidores (conforme relatório sobre as contas do Governo José Sarney em 1987, aprovadas pelo TCU, baseado em parecer do Ministro Jorge Vargas), as despesas reais com pessoal vêm, sistematicamente, apresentando declínio nos anos 80. Tal declínio contrasta com o vultoso aumento dos encargos financeiros da dívida do setor público.

Neste particular, ocorre um comentário, que me parece oportuno.

Avaliando-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os ganhos fictícios e as perdas reais resultantes da política de arrocho salarial, imposta, preferencialmente, aos servidores públicos, chegamos a que conclusões?

Ganham-se, possivelmente, alguns bilhões poupadinhos aos exauridos cofres da Nação. Perdem-se, todavia, outros tantos e muitos mais, graças ao declínio vertiginoso da eficiência do aparato administrativo, fenômeno que logo se faz sentir com a evasão dos melhores executivos, com a baixa produtividade dos servidores remanescentes e com o alastramento do desestímulo gerador da desidízia e da corrupção, que não tardam a assediar a tão oprimida classe dos servidores públicos.

E que dizer dos danos devastadores que resultam do êxodo de cérebros para o exterior? Ninguém ignora que, a esta altura, já ultrapassa a cifra de um milhão e trezentos mil o contingente de brasileiros que abandonaram o País, recentemente, em busca de melhores perspectivas de vida, aqui, de há muito obscurecidas pela perniciosa política econômica do Governo José Sarney.

Este, Sr. Presidente, é um problema, a um só tempo, tão grave e tão doloroso, que me sinto compelido a retornar brevemente a esta tribuna para dele me ocupar exclusivamente.

Retornando, portanto, à análise do "Programa Econômico Emergencial", ouso dizer que é na área externa que se constatam os maiores equívocos do documento anunciado. Nele define-se como premissa fundamental "a normalização das relações com a comunidade financeira internacional".

Identifica-se a "normalização" com a continuidade do processo de transferência de recursos reais ao exterior, comprometendo sobremaneira as possibilidades do crescimento econômico e de reequilíbrio das finanças públicas.

Ora, é por demais conhecido que a continuidade dessas transferências tende a obstaculizar o crescimento, seja pela retração dos investimentos, seja porque, geralmente, lhe estão acopladas as medidas econômicas de cunho recessivo, patrocinadas e monitorizadas pelo FMI.

O processo de "normalização" definido pelo Programa sequer admite a possibilidade da dívida externa do País ser depreciada quando operada pelo mercado internacional. Ao contrário, ele representa claro instrumento de proteção e de garantia aos credores do seu recebimento real, integral, por mais expressiva que seja a perda de seu valor naquele mercado.

Para se ter uma idéia da extensão do benefício, basta citar que títulos da dívida externa brasileira são negociados a valores significativamente inferiores ao seu valor real (menos de 50%) no mercado financeiro internacional, enquanto que o programa econômico, na "normalização" definida, deverá alcançar uma economia de US\$ 4 bilhões, num horizonte de 20 anos, ou seja, menos de 4%.

É de se notar, ainda, que essa "economia" pressupõe a inexistência de qualquer impacto externo, seja na taxa de juros, seja nos preços de nossas exportações e importações, pouco provável, dadas as condições de instabilidade presentes na economia mundial.

"A normalização das relações com o sistema financeiro internacional" não estipula, também, qualquer modalidade de salvaguarda aos interesses nacionais, para fazer frente a esses possíveis desajustes externos.

Toda essa política de concessões ao sistema financeiro internacional está assentada na "ingênu" crença de que, em assim se procedendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se está assegurando a obtenção de novos recursos e o retorno do País aos mercados voluntários de capitais. São bastante ilustrativos dessa situação os ajustes e as transferências de recursos promovidos até bem pouco pela economia brasileira. Estes não alcançaram outros resultados senão o comprometimento do crescimento econômico, da expansão do emprego e da renda, assim como das possibi-

lidades de modernização da estrutura produtiva do País, sem mesmo ter logrado o retorno do País aos mercados voluntários de capitais.

O Sr. Jamil Haddad — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Tem o aparte o eminentíssimo Senador Jamil Haddad.

O Sr. Jamil Haddad — Nobre Senador Ruy Bacelar, assino em baixo o discurso de V. Ex^a. Na parte referente à dívida externa, segundo dados levantados pelo próprio Banco Central, de 1970 a 1986 o Brasil captou, em números redondos, 200 bilhões de dólares no mercado internacional, dos quais, passemos os Srs. Senadores, 184 bilhões retornaram para o pagamento do serviço da dívida externa. Não é mais possível — e V. Ex^a coloca muito bem aquela célebre frase de Tancredo Neves — pagarmos uma dívida com o sacrifício do povo, dívida essa que, não há dúvida, está mais do que paga. Nem é necessário que se desmascare, se desmistifique a chamada moratória — tenho dito, reiteradamente, que não houve moratória, houve falência —, quando há necessidade de um superávit na balança de cerca de 1 bilhão de dólares mensais para podermos chegar aos 13 bilhões anuais de serviço da dívida.

A partir do momento em que alcançamos um superávit, por retaliações muito próprias do capital internacional, que não suplantava 150 milhões de dólares, não tínhamos como pagar. O que houve, na realidade, foi uma falência. Hoje vemos a euforia do Ministro Mailson da Nóbrega, dizendo que já estamos pagando os juros que devemos e estamos prontos a pagar o restante. No entanto, resolve-se o problema interno brasileiro, como diz muito bem V. Ex^a, a grande dívida interna, dívida pública, através do congelamento, por dois meses, do pagamento da URP ao funcionalismo público. Não é possível mais que a população se deixe enganar por essas medidas, por essas falácias dos que, hoje como ontem, negociem com o Fundo Monetário Internacional, pois, em 1983, a ida do Brasil a esse Fundo foi desastrosa para o nosso País, e quem encaminhou aquela negociação foi exatamente o atual Ministro da Fazenda, Sr. Mailson da Nóbrega, que, agora, inverte a colocação, diz que naquela época o FMI era um, hoje é outro, com uma visão muito mais arejada. Congratulo-me com V. Ex^a, que faz uma análise séria sob o aspecto sócio-econômico do Governo Sarney e, como disse no início do meu aparte, subscrovo, assino e referendo o seu discurso.

O SR. RUY BACELAR — Nobre Senador Jamil Haddad, o aparte de V. Ex^a enobrece e engrandece por demais nosso pronunciamento. V. Ex^a tem muita razão em relação à falácia do atual Ministro. O que vem ocorrendo, em verdade, é que o Brasil está-se acomodando às exigências do Fundo Monetário Internacional. Hoje, podemos declarar, sem medo de errar: o atual Governo, o Governo do Sr. José Sarney, é a repetição do Governo de outrora, do Governo do passado. Prova evidente é que grande parte dos homens que compõem a sua equipe, todos eles, pertenceram a Governos passados, Governos da época autoritária. Além do mais, se V. Ex^a fizer uma análise amiudada, verificará que os Parlamentares — Senadores e Deputados Constituintes — que de-

fendem o Governo Sarney são justamente aqueles que votaram contra Sua Excelência quando da Aliança Democrática, mas que, verificando que o Presidente Sarney defende os mesmos princípios dos Governos passados, hoje são os que mais o aplaudem e defendem.

Por isto, recebemos, com muita alegria, o aparte de V. Ex^a.

Por fim, o documento enuncia a necessidade de redefinição do modelo de crescimento vigente até aqui, preconizando transformações estruturais, que, a despeito de sua oportunidade, não trazem apelos efetivos à incorporação da sociedade na definição dessas transformações. Ao contrário, questões estratégicas para a redefinição do modelo, como a referente à privatização, ou mesmo à política industrial, ou são implementadas à revelia da opinião pública ou são tratadas sob uma ótica parcial, incompatível com a natureza das transformações que deveriam ensejar.

V. Ex^a são testemunhas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que, tanto quanto possível, nos esforçamos para levar a sério, nesta apreciação que damos por concluída, o programa econômico de "Modernização e Ajustamento 88/89" do Presidente Sarney.

Esforço idêntico tivemos que fazer para não nos deter na maldosa primeira impressão de que o novo plano veio apenas reeditar o surrado truque da encenação aparatoso, promovida para recuperar a popularidade, ganhar tempo e garantir o alongamento do mandato presidencial.

Da mesma forma, ingente foi o nosso esforço em não dar ouvidos a uma versão, muito propagada, de que o novo plano, em última análise, não visaria a nada mais do que a um ajustamento com o FMI, para celebrar um acordo contrário aos interesses brasileiros.

Todo esse dispêndio de energia, Sr. Presidente, certamente melhor será compreendido se tomarmos em consideração que, iniciada já a contagem regressiva do controverso mandato presidencial, Sua Excelência dá-nos a impressão de ainda estar "tomando pé", por meio deste novo balão de ensaio, que lança em sobrevoô ao terreno instável e acidentado que é a economia brasileira.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concedemos o aparte ao nobre Senador Mansueto de Lavor e, depois, com muita honra, ao eminentíssimo Líder do PMDB, Senador Ronan Tito.

O Sr. Mansueto de Lavor — Serei breve. Realmente, as autoridades econômicas do País estão passando uma versão a toda a opinião pública nacional de que agora a questão da dívida externa está solucionada. Só que a dívida ainda não está paga e as soluções anunciadas são de nenhum questionamento acerca dos aspectos dessa dívida. Segundo ponto, são propostas e acertos feitos com as entidades financeiras internacionais, sem que nenhuma liderança parlamentar, nenhuma das Casas do Congresso, nem a Assembléia Nacional Constituinte, tenha tomado conhecimento prévio. Terceiro ponto: como está sendo anunciado, se se torna dinheiro para pagar os encargos da dívida, significa que, como temos agora em torno de 110 bilhões de dólares de

dívida externa, vamos, daqui a pouco, para 120 ou 130 bilhões da dívida. Ninguém está preocupado com o acréscimo da dívida, mas com o ajuste que é feito entre o Poder Executivo, sem consulta ao Poder Legislativo, de acordo com tudo aquilo que foi determinado pela chamada comunidade financeira internacional. Além do mais, se algum dinheiro novo ingressar na economia, todo ele já está carimbado, todo ele já está amarrado em suas aplicações. Admira-me muito o Ministro da Fazenda, tão zeloso em defender o enxugamento das finanças públicas, vir de assinar agora, há poucos dias, um decreto do Senhor Presidente da República José Sarney que prevê um programa para o Nordeste no valor de 1,5 bilhão de dólares — e eu estaria aqui aplaudindo esse programa, porque atende à minha região. Como nordestino, devo defender os interesses do Nordeste, mas não posso admitir absolutamente que numa região onde faltam alimentos básicos, educação e saúde ao povo, as carências fundamentais, se assine, numa crise financeira como esta, um contrato visando investir por parte do Poder para que algumas construtoras tenham fazendas de camarão, unicamente para produzir camarão. Isto não é muito sério. Creio que o povo precisa saber dessas coisas. Por isto aplaudo V. Ex^o, estou com a linha do seu discurso. Queremos discutir essa questão mais a fundo, pois é o que V. Ex^o está fazendo no discurso desta manhã, com o meu aplauso e o meu apoio.

O SR. RUY BACELAR — Agradecemos a V. Ex^o, sobre Senador Mansueto de Lavor, o aparte, incorporando-o ao nosso pronunciamento, na certeza de que ele o engrandecerá.

V. Ex^o tem toda razão quando diz que o que estamos fazendo é nos submeter às exigências e às diretrizes do Fundo Monetário Internacional, porque aquela reunião do Presidente José Sarney com alguns Srs. Governadores e alguns Srs. Ministros nada mais foi do que uma encenação, uma farsa, para proclamar o seu oitavo Plano de Governo ou Plano Econômico. E já se fala até no nono, e depois virá o décimo, o décimo primeiro, na tentativa de enganar a boa — fé do povo brasileiro.

Há, em verdade, um divórcio muito grande entre a Nação brasileira e o próprio Poder Executivo, até, também, em relação ao Poder Legislativo. Este divórcio é marcante e precisamos conscientizar o povo brasileiro, no sentido de que a sua grande responsabilidade não é somente quando das eleições, difíceis de se realizarem neste País, porque elas são demoradas; o eleitor vai à cabine indevassável e lá deposita o seu voto. Sua maior responsabilidade tem que ser após a eleição, protegendo, se for o caso, fiscalizando, principalmente orientando o Constituinte ou o Parlamentar ou o Congressista, que nada mais é do que a continuação do próprio povo brasileiro.

Quando o povo brasileiro tiver consciência de que o seu papel fundamental será, principalmente, após as eleições, fatos como este, o divórcio marcante entre o Executivo, o povo e a Nação, entre o próprio Legislativo e a Nação, fatos como este deixarão de existir, porque, quando o povo se conscientizar de que somos a própria continuação desse mesmo povo, jamais os Congressistas trairão o povo brasileiro, como fizeram nos últimos resultados da Constituinte, quando, em completa dissonância, falta de consonância, a Constitui-

tante pela sua maioria votou pelo alongamento do mandato do Presidente Sarney, traendo e dando um "não" a 90% do povo brasileiro, que desejava votar e ter o seu direito assegurado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^o me permite um aparte?

O SR. RUY BACELAR — Concederemos o aparte a V. Ex^o, mas antes ouviremos o Senador Ronan Tito, que nos havia solicitado com antecedência.

O SR. RONAN TITO — Nobre Senador Ruy Bacelar, o discurso de V. Ex^o é bastante denso. Eu estava a analisar algumas das denúncias, principalmente na área econômica. Se temos algumas dificuldades na área político-institucional, estão sendo superadas aos poucos, como acontece em regimes de transição, como o que estamos vivendo agora. São todos eles difíceis e, às vezes, até penosos. V. Ex^o começo por abordar, com a maior seriedade e proficiência, a questão do déficit público, este colocado atualmente pelos técnicos do Governo, como se o fato de resolvêremos a questão do déficit solucionasse todos os problemas. É como se um hospital tivesse como objetivo precípicio e como programa seu a esterilização do centro cirúrgico. O objetivo deve ser o de fazer uma boa cirurgia, um bom pré-operatório, um excelente pós-operatório. Aqui estamos falando só — não que não seja importante a assepsia, a esterilização do centro cirúrgico — aqui estamos falando centro cirúrgico em si, como objetivo para a esterilização, o que é uma pobreza de programa, sem dúvida alguma. Por outro lado, também, diz V. Ex^o que, quando se examina o déficit, sem se analisar a qualidade do déficit, corre-se o risco de não se chegar a dados reais ou pelo menos a uma verdade quanto à condução da economia. Por exemplo: o déficit da Itália, este ano, está estimado entre 8 a 12%; a Itália deve crescer entre 4,6 a 5,2%, com uma inflação da ordem de 6% ao ano. E o nosso déficit, que é um absurdo, um rombo tremendo, está sendo estimado em 8%. Na verdade, é a qualidade do déficit. Onde está ocorrendo o déficit é que leva à inflação e à estagflação, o que é muito pior. Estamos gastando — vejam bem — 8% sobre o nosso Produto Interno Bruto de 300 bilhões, o que corresponde a qualquer coisa em torno de 25 bilhões de dólares. Se formos analisar esse déficit, veremos que é consequência do que estamos gastando em rolamento da dívida corrente interna e débito externo. Há outra questão cruel: anteontem, vi o Ministro Mailson da Nóbrega, na televisão, dizendo que vamos captar tantos bilhões de dólares ou que vão entrar tantos bilhões de dólares. Os americanos têm algumas expressões como o **new money**, quer dizer, dinheiro novo, que, para jogar dentro da economia, sabe quanto vai entrar? Nenhum tostão, Senador, **first money**, nem um tostão! Na realidade, o banqueiro está emprestando para pagarmos parte dos juros. Na verdade, verdade de verdadeira, é que na década de 80 o Brasil passou a ser exportador de capitais. O Brasil deve exportar, nesta década, mais de 50 bilhões de dólares. Vamos exportar; passamos a exportador de capital e aí "é que a porca torce o rabo". Somos um País em desenvolvimento; falamos muitas vezes que somos a oitava potência mundial, mas, quando analisamos a nossa renda per capita, vamos cair na casa do quinquagésimo; quando

vamos analisar a distribuição de renda, precisamos alugar a sala do andar de baixo para levar o gráfico para lá. Disraeli, que era um extraordinário político, um estadista, e tinha um bom senso de humor, dizia — e essa **boutade** já foi citada aqui, inclusive, pelo Senador Jarbas Passarinho, mais de uma vez —, que existem várias maneiras de tapear, mas duas delas são as mais frequentes: uma, é mentindo descaradamente; a outra, é citando estatísticas. Citar estatísticas como verdades absolutas sem relativizá-las e sem amarrar os parâmetros é uma maneira de enganar. Temos sérios problemas. O Brasil tributa muito e arrecada pouco. Há uma pequena margem da população que paga muito imposto; há uma faixa da população que não paga nada. Ontem denunciei que o Ministro Bresser Pereira caiu porque queria tributar o patrimônio. Tributar o patrimônio neste País é tabu. Lembro-me quando o Ministro Rischbieter anunciou duas coisas: herança e patrimônio. Um político lá do interior, dando uma entrevista, disse: "Caiu! Vai cair esse Ministro! Não emplacar!" Há um tabu aqui, no Brasil. Nos o paraíso do capitalismo, só se pode tributar determinado patrimônio por 10 anos seguidos. Aqui não se pode tributar o patrimônio de maneira nenhuma. Tributamos assalariados. Se pegarmos o contracheque de um funcionário público, verificaremos o que fica para o Imposto de Renda... Uma vez eu estava examinando, vendo duas declarações do Imposto de Renda de dois amigos, e comecei a cotejar: um grande fazendeiro, com uma produção muito grande, e um funcionário do Banco do Brasil. O funcionário do Banco do Brasil pagava o dobro do Imposto de Renda desse fazendeiro. Não que ele não tivesse renda, ele tinha uma boa renda. V. Ex^o fala em reformas de profundidade. O de que mais precisamos é mexer na base, em profundidade, como fala V. Ex^o neste estudo pronunciamento, neste estudo e aprofundado pronunciamento. Temos que questionar os números, temos que mudar inclusive a estrutura de poder. Falou-se em reforma. Quantos Ministérios tem este País? Senador, coisa boa é democracia! Começam-se a discutir essas coisas, até como contribuição ao Executivo. Temos no Brasil: Ministério da Agricultura, Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Irrigação. Isso é brincadeira! Agora, cana-de-açúcar e café, quem cuida é o Ministério da Indústria e do Comércio. Depois dizem que foi De Gaulle quem falou, outros dizem que ele não falou, mas um profeta qualquer falou e deu o nome de De Gaulle. Não é possível! Quais são os produtos agrícolas que mais contribuem para a economia deste País? Ainda é o "general" café. E, hoje, a contribuição da cana-de-açúcar, meu Deus do Céu, é imensa! Ontem, ou anteontem, vi pela televisão que estava falindo uma grande indústria de álcool em Mato Grosso. Veja bem, uma indústria dessas tem no mínimo dois Ministérios, se não forem três, para burocratizar todas as resoluções no que tange à indústria. Temos que primeiro desburocratizar muito, ordenar este País para valer, com coragem. Só mais uma contribuição para este discurso sério de V. Ex^o. Temos Ministérios militares, neste País, ou com **status** de Ministérios militares; temos o Estado-Maior das Forças Armadas, ultimamente bem lembrado; temos Ministro do Exército, Ministro da Marinha, Ministro da Aeronáutica, Chefe da Casa Militar,

para a imprensa e fazem outra, sacrificando, principalmente, o assalariado deste País.

O SR. RUY BACELAR — Agradecemos a V. Ex^e o aparte. V. Ex^e tem toda razão quando diz que os grandes problemas são de autoridade. E acrescentamos, como bem disse V. Ex^e, o problema é de competência também. A incompetência deste governo aí está; não coordena os seus Ministros, não formula uma política reclamada pela Nação brasileira e, pior de tudo, falta ao Governo credibilidade, porque lhe falta a legitimidade que não teve pois está aí pelo capricho do destino.

Mas, Sr. Presidente, prosseguindo no nosso pronunciamento, todo esse dispêndio de energia certamente será melhor compreendido se tomarmos em consideração que, iniciada a contagem regressiva do controverso mandato presidencial, sua Excelência o Presidente da República dá-nos a impressão de ainda estar tomando pé por meio desse novo balão de ensaio que lança e sobrevoa o terreno instável e acidentado da economia brasileira.

Não vemos como não juntar a esse esforço o gesto de boa-vontade, formulando votos para que seja este o último plano econômico do Governo Simey, que ele finalmente dê certo, permitindo ao Presidente, na etapa derradeira de seu tumultuado Governo, o encontro de inspiração e forças para resgastar a imensa dívida por ele contraída com o destino que, em dia de cruel capricho, guindou-o ao Poder, como governante de todas as brasileiras e brasileiros e, noutro dia ainda mais absurdamente caprichoso, alongou para 5 anos um mandato que deveria ter sido de curtíssima duração. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes na Casa 44 Srs. Senadores. No plenário, no entanto, não há **quorum** para deliberação. Em consequência, as matérias dos itens nº 1 e 4, em fase de votação, ficam adiadas.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 97, de 1988, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Doutor José Reinaldo Carneiro Tavares, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22, de 1988, prestar esclarecimentos a respeito de assuntos pertinentes à sua pasta.

4

Votação, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 145, de 1987 (nº 242/87, na origem), de 14 de agosto de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Murillo Gurgel Valente, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 2:

Mensagem nº 120, de 1988 (nº 198/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.500.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN (dependendo de parecer).

Para proferir parecer, concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ) — Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 120, de 1988, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) contrate, junto à Caixa Econômica Federal, a seguinte operação de crédito.

Características da operação:

A — Valor: Cz\$ 2.686.230.000,00 (correspondente a 4.500.000,00 OTN de Cz\$ 596,94, em janeiro/88);

B — Prazos:

- 1 — de carência: até 15 meses;
- 2 — de amortização: 216 meses;

C — Juros:

D — Garantia:

Vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação de recursos: realização de obras de contenção de encostas e drenagem superficial em diversas favelas situadas em morros do Município do Rio de Janeiro (RJ).

Ouvida a respeito, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda informou nada ter a opor quanto à realização da operação.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO.

Nº 81, DE 1988

Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 4.500.000,00 OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.500.000,00 OTN junto à Caixa Econômica Federal. A operação de crédito destina-se à realização de obras de contenção de encostas

e drenagem superficial em diversas favelas situadas em morros do Município do Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria dar-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Item 3:

Mensagem nº 126, de 1988 (nº 222/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.100.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN (dependendo de parecer).

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designa o eminentíssimo Senador Nelson Carneiro para emitir parecer sobre a Mensagem.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ) — Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 126, de 1988, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) contrate, junto à Caixa Econômica Federal, a seguinte operação de crédito.

Características da operação:

A — Valor: Cz\$ 3.363.722.000,00 (correspondente a 4.100.000,00 OTN de Cz\$ 820,42, em março/88);

B — Prazos:

- 1 — de carência: até 15 meses;
- 2 — de amortização: 216 meses;

C — Juros:

10% a.a.

D — Garantia:

Vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação de recursos: realização de obras de recuperação e reconstrução de logradouros, pontes e muralhas danificadas pelas grandes enchentes que ocorreram recentemente na Cidade do Rio de Janeiro.

Ouvida a respeito, a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, informou nada ter a opor quanto à realização da operação.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante o período de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da mensagem, nos termos seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 82, DE 1988

Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.100.000 OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.100.000,00 OTN junto à Caixa Econômica Federal. A operação de crédito destina-se à realização de obras de recuperação e reconstrução de logradouros, pontes e muralhas, danificados pelas grandes enchentes que ocorreram recentemente na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria dar-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — As demais matérias da Ordem do Dia exigem quorum qualificado.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

5

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 158, de 1987 (nº 258/87, na origem), de 25 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Índia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal e República de Sri Lanka.

6

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 206, de 1987 (nº 319/87, na origem), de 24 de setembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Aderbal Costa, Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

7

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 210, de 1987 (nº 334/87, na origem), de 9 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa, Embaixador do Brasil junto à República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo.

8

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 211, de 1987 (nº 335/87, na origem), de 9 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Guy Marie de Castro Brandão, Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

9

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 231, de 1987 (nº 392/87, na origem), de 30 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jayme Villa-Lobos, Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Equatorial.

10

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 445, de 1987 (nº 642/87, na origem), de 3 de dezembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Seabra de Noronha, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Ceará.

11

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 446, de 1987 (nº 643/87, na origem), de 3 de dezembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Raymundo Nonato Loyola de Castro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

12

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 39, de 1988 (nº 37/88, na origem), de 19 de janeiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Domínica.

13

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 56, de 1988 (nº 66/88, na origem), de 2 de fevereiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

14

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 79, de 1988 (nº 105/88, na origem), de 12 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

15

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 80, de 1988 (nº 106/88, na origem), de 12 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

16

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 101, de 1988 (nº 128/88, na origem), de 15 de março de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renato Prado Guimarães, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

17

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 108, de 1988 (nº 148/88, na origem), de 4 de abril de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Rubens Antônio Barbosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador na delegação permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração.

18

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 110, de 1988 (nº 159/88, na origem), de 20 de abril do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Asdrubal Pinto de Ulysséa, Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

19

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 111, de 1988 (nº 160/88, na origem), de 20 de abril de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ronaldo Mota Sardemberg, Embaixador do Brasil junto à União das Repúblicas Soviéticas, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da Mongólia.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, como Líder do PDS.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero fazer alguns comentários sobre este es tutado discurso — como disse o nobre Líder do PMDB — do Senador Ruy Bacelar.

Preliminarmente, gostaria que o Senado, talvez sem conhecer o fato, viesse a conhecê-lo agora, se assim é. Há alguns meses, o Ministro da Justiça, nosso ex-colega Senador Paulo Brossard, convocou os Presidentes dos 4 Partidos que tinham maiores bancadas na Constituinte para uma entrevista:

Deputado Ulysses Guimarães, o Senador Marco Maciel, eu próprio, pela ordem, e o Dr. Paiva Muniz como Presidente do PTB. Nessa ocasião, exatamente, o Ministro da Justiça nos declarou, clarissimamente, o seguinte: que o Presidente autorizava o Sr. Ministro da Justiça a dizer aos 4 Presidentes de Partido que representavam 85, 87% da Constituinte, que Sua Excelência se considerava amparado pela Constituição atual no seu mandato de 6 anos, mandato pelo qual eu tinha sido eleito por 8 outros por 4, o Sr. Marco Maciel por 8 e, assim por diante.

Sua Excelência já decidira abrir mão de um ano desse mandato. Se, entretanto, a Constituinte é soberana, resolvesse fazer com que o seu mandato fosse apenas de 4 anos, Sua Excelência consideraria isso um ato de agressão pessoal, de caracterização de impossibilidade de continuar a governar. E Sua Excelência só teria dois caminhos: ou bater à porta do Supremo Tribunal Federal para fazer valer o seu direito ou, então, renunciaria.

E desde logo Sua Excelência antecipava que à porta do Supremo Federal não bateria.

Então, ficava claro que teríamos pela frente a possibilidade de um problema institucional gravíssimo. O Deputado Ulysses Guimarães ainda chegou a perguntar ao Ministro da Justiça se S. Ex^a estava realmente autorizado: S. Ex^a diz: é claro! Eu não convidaria os Presidentes de Partidos aqui, se não estivesse autorizado e credenciado a fazê-lo. A decisão do Presidente é esta.

Ao que o Dr. Ulysses Guimarães respondeu:

"Mas eu já disse ao Presidente José Sarney que isso não é solução, isso é problema", o que, evidentemente, me levou a concluir que a mesma matéria já havia sido, antecipadamente, tratada entre os dois — entre o Presidente José Sarney e o Deputado Ulysses Guimarães. Dentro da minha responsabilidade, o que tenho citado na Assembléa Nacional Constituinte, as duas éticas de Max Weber, a ética da convicção e a ética da responsabilidade, tinha que pensar como Presidente de Partido, em relação a minha Bancada, dividida como estava quanto ao problema, na consequência natural de fazer a votação de 4 anos. Votados os 4 anos nós teríamos exatamente o impasse institucional — não vou referir-me nem ao que aconteceria, através de determinadas áreas de sustentação do Governo. Entretanto, a Constituição mandava que, imediatamente, na ordem sucessiva, se chamasse para assumir a Presidência o Presidente da Câmara, na falta deste o Presidente do Senado e, na falta deste, o Presi-

dente do Supremo — um dos 3 assumiria. A Constituição determinava que em 30 dias se fizesse uma eleição direta para preencher o cargo vago de Presidente da República. Isso me levou à convicção e, consequentemente, à ética da responsabilidade de impedir que esse fato acontecesse, na medida das minhas possibilidades. E a medida das minhas possibilidades era levar, tanto quanto pudesse, companheiros meus a evitar o impasse e, com efeito, votar os 5 anos. O ilustre representante pela Bahia, falando há pouco, foi injusto, na medida em que caracterizou todos aqueles que votaram os 5 anos como traidores do povo. É muito fácil se pessigar rótulos, é muito fácil, quando as pessoas têm um ponto de vista contrariado por outros, desde logo partir para uma agressão que ofende muito, que atinge bastante as pessoas, sem saber quais são os fundamentos que os outros têm para proceder diversamente daquele que assim está falando.

De maneira que é uma primeira declaração que eu queria dar. Este assunto hoje é público, porque eu mesmo fiz questão de torná-lo público depois de surpreendentemente a matéria ter sido mantida em segredo durante alguns dias pelos quatro Presidentes de Partido.

O segundo ponto a analisar é que grande parte...

O Sr. Ruy Bacelar — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não! Ouço V. Ex^a

O Sr. Rui Bacelar — Eminente Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a faz uma grave relação. A Nação toda não tem conhecimento desse episódio que se passou entre o Ministro da Justiça, V. Ex^a e mais três outros...

O SR. JARBAS PASSARINHO — O Presidente do Partido de V. Ex^a também estava lá presente!

O Sr. Ruy Bacelar — ...Presidente de Partido. V. Ex^a inclusive declara que se a Constituinte fixasse eleições em 1988, ou reduzindo o mandato do Presidente para quatro anos, Sua Excelência, o Senhor Presidente José Sarney, só teria duas portas para bater: ou o Supremo, ou a renúncia.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Foi o que eu disse!

O Sr. Ruy Bacelar — Estou repetindo o que V. Ex^a disse.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Estou pensando que V. Ex^a está repetindo para ver se eu confirmo. Foi o que eu disse.

O Sr. Ruy Bacelar — Logo, todos nós verificamos que a revelação é de suma gravidade e me leva a crer que o Presidente, pelo seu Porta-voz, o Sr. Ministro da Justiça, tenha dito isso para intimidar, ou para tentar mudar o posicionamento de alguns Srs. Presidentes de Partido que lá estavam. Acreditamos não seja o caso de V. Ex^a, que, desde a primeira hora, vem se batendo pelo mandato de seis anos, sob a alegação de que o Presidente foi eleito pela Constituição em vigor. E, assim, conforme V. Ex^a sempre defendeu aqui e pelas suas entrevistas, trata-se de um direito adquirido que a Constituinte não teria soberania para revogar. Contudo, dizemos e repetimos, embora

V. Ex^a possa considerar até uma grosseria e uma indelicadeza, é pesamento nosso que houve um divórcio marcante entre a vontade do povo brasileiro e a dos seus Representantes, os Srs. Constituintes. Noventa por cento do povo brasileiro sempre considerou que o mandato do atual Presidente é um mandato de transição, mandato passageiro e de curta duração. Isto foi dito pelo próprio Presidente José Sarney e, anteriormente, pelo pranteado Presidente Tancredo Neves, ou seja, que o seu mandato deveria ser no máximo de quatro anos, pois Sua Excelência estaria aí para cumprir a fase de transição do regime arbitrário para o regime democrático. É inegável que essa fase se expira com a promulgação da nova Constituição do Brasil, marcando a passagem do Brasil do passado para o novo Brasil, Brasil da esperança — assim pensamos. Dissemos da tribuna que há esse divórcio. O povo brasileiro não está conscientizado do seu valor, e nós, Constituintes, também não o estamos honrando nem dignificando, nem estamos procedendo aqui em sintonia com a vontade do povo, porque, se assim o fosse...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Peço a V. Ex^a que conclua o seu aparte.

O Sr. Ruy Bacelar — ...a maioria ou grande parte dos Constituintes não se entregaria em troca de benesses fáceis do Poder Executivo. Se o povo nos estivesse fiscalizando, não se daria o que se deu nesta Constituinte, quando 90% do povo brasileiro que desejava fixar eleição em 1988, viu frustrada sua vontade. Foi o povo que nos elegeu, eminentes Senador. Foi o povo que nos colocou aqui.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Colocou V. Ex^a em plena euforia do Plano Cruzado.

O Sr. Ruy Bacelar — Não. Isso é engano.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Colocou V. Ex^a

O Sr. Ruy Bacelar — É engano de V. Ex^a

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu não pretendia transformar a minha participação...

O Sr. Ruy Bacelar — Agora, a minha dúvida é que parece que V. Ex^a tinha compromisso.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não pretendia ter a minha participação com V. Ex^a naquilo que em vez de um debate se transformasse num bate-boca.

O Sr. Ruy Bacelar — Não. Não é bate-boca.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Evidentemente não é o meu objetivo. V. Ex^a está se alongando muito no aparte e está enveredando por novos caminhos que passam a ser de dualidade entre V. Ex^a e eu do ponto de vista. Eu não vou... inclusive não vou discutir com V. Ex^a e pronto.

O Sr. Ruy Bacelar — Eu não quero levar para esse prisma, mas eu vou...

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^a que está levando.

O Sr. Ruy Bacelar — ...eu vou para o terreno que V. Ex^a quiser.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E a mim não me agrada — não me agrada! —, mas eu acredito.

O Sr. Ruy Bacelar — Eu vou para o terreno que V. Ex^a quiser. Então concludo, Sr. Presidente...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, V. Ex^a que está escolhendo o terreno, não sou eu.

O Sr. Ruy Bacelar — Eu agradeço por me conceder o aparte, mas concluo dizendo que há uma falta de consonância entre a vontade do povo e os Constituintes...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Esta é uma colocação parlamentar.

O Sr. Ruy Bacelar — É uma maneira de eu apressar...

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^a falar em traição como V. Ex^a falou ainda há pouco.

O Sr. Ruy Bacelar — Eu respeito o pensamento de V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quando V. Ex^a, para gáudio nosso, de pensamento, sim.

O Sr. Ruy Bacelar — Eu pensava; no meu entender, é.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quando V. Ex^a fala em divórcio, muito bem, é o ponto de vista de V. Ex^a, mas se o Plano Cruzado tivesse êxito, até hoje a população estaria desejando que o Presidente permanecesse no Poder. O nosso ponto de vista...

O Sr. Ruy Bacelar — E V. Ex^a foi eleito graças ao Plano Cruzado?

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^a me ouça. Eu não fui eleito graças ao Plano Cruzado. O meu problema interno, se V. Ex^a quer saber e deve saber melhor do que muitas pessoas aqui dentro, é um problema de uma união entre meu Partido e o PMDB no Pará para vencer o antagonismo interno que lá era a Frente Liberal.

O Sr. Ruy Bacelar — Se o Plano Cruzado teve esse valor significante, porque na Bahia não houve, esse valor não existiu na Bahia. Se houve no Pará, V. Ex^a não deixou de ser um dos beneficiados.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É, na Bahia não houve. Certamente foi apenas, e com certeza, o prestígio pessoal de todos que foram eleitos, que é indiscutível.

O Sr. Ruy Bacelar — Ali foi a vontade de o povo mudar.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E daí a razão de V. Ex^a, Senador. Por isto que não quero descer ao problema. A posição de V. Ex^a aqui é uma posição contrária ao Presidente da República, e V. Ex^a não tolera um inimigo pessoal que V. Ex^a tem no Governo. É esta a razão fundamental, desde o primeiro aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ruy Bacelar — Não existe isso. Eu defendo princípios...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouvi V. Ex^a em silêncio. V. Ex^a me interrompe toda vez que dou o contraparte. É outra prova de que não estamos aqui nos conduzindo parlamentarmente.

O Sr. Ruy Bacelar — Ouvi com a maior educação V. Ex^a.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Apenas queria dizer a V. Ex^a que tive uma razão especial para não votar cinco anos. Quando fui ouvido, a primeira vez, antes de se discutir a matéria, inclusive de cinco anos, é esta que V. Ex^a se reporta e se reporta de maneira que não é totalmente verídica, escrevi um ponto de vista para a revista *Veja*, interpretando o que era, o que a Constituição dava a nós e ao Executivo como mandato, e nessa ocasião declarei que a Constituição assegurava um mandato de seis anos ao Presidente da República. Não fui só eu. Um Constitucionalista do meu Partido — o ex-Senador e, hoje, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, com o mesmo pensamento. Então, o que se mostrava? Pelo fato de eu ser um homem que venho de um Partido que deve ter uma posição de oposição ao Governo, embora não frontal, não se justificaria que eu desse negar a verdade àquilo que eu penso. Então, eu teria o direito fiscalizado, mas não falei no direito adquirido a que V. Ex^a se refere porque, não sendo Jurista, não chego até lá. Eu falei apenas na interpretação da Constituição e a interpretação da Constituição eu tenho o direito de fazê-la porque todos nós temos o direito de fazer. Agora, o problema que seguiu, o problema de se falar em trair o povo é que me feriu. Quando V. Ex^a voltou, agora, no aparte, V. Ex^a falou uma linguagem parlamentar. V. Ex^a disse que foi uma decisão dissociada com a vontade popular e eu reconheço que deve ter sido. É preciso verificar os que foram objeto — como V. Ex^a disse ainda há pouco no aparte — de benesses do Governo e aqueles que votaram por consciência. Eu acho que me coloco, exatamente, no segundo ponto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Pois não, nobre Senador Jutahy Magalhães. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador, V. Ex^a traz, realmente, um assunto que é da maior importância e da maior gravidade, e que os bem informados já sabiam. Aqueles que não participam dessas reuniões de cúpula, como eu...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas, nobre Senador, o Presidente do Partido...

O Sr. Jutahy Magalhães — Sim, mas o Presidente do Partido não transmite aos Companheiros...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isto é que é — eu estou estranhando quando ouço o nobre Senador Ruy Bacelar e V. Ex^a que são Membros eminentes do PMDB, que não têm ouvido do Presidente...

O Sr. Jutahy Magalhães — Eu reconheço e, talvez, V. Ex^a tome uma atitude até mais democrática no Partido de V. Ex^a do que no meu.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu fiz, realmente. À minha Bancada eu fiz sentir.

O Sr. Jutahy Magalhães — Não quero desconfiar de V. Ex^a porque o Presidente do meu Partido pelo menos este fato não transmitiu a todos. Pode até ter transmitido a muitos, mas a todos não transmitiu. E, acredito muito na palavra das pessoas, gosto sempre de dar crédito àquilo que ouço, àquilo que vejo escrito e não vejo desmentido.

E falou-se, na época — a imprensa trouxe à baila — na questão da renúncia do Presidente, na possibilidade de sua renúncia. Lembro-me de um desmentido peremptório do Presidente da República, bem claro, agressivo até, de que ele não tinha condição de renunciar, de que renúncia não fazia parte do dicionário dele. Não sei se chegou a comparar-se com um ex-Presidente que renunciou, mas fez uma declaração muito peremptória. Eu, como acredito nas pessoas, acredito que um Presidente da República não minta, pelo menos não tem o direito de mentir à opinião pública, acreditei no que ele disse de que jamais teria passado pela cabeça dele a idéia da renúncia. Acredito em V. Ex^a — V. Ex^a me merece muito mais crédito — quando declara que houve esta reunião, só tenho que aceitar nisto como fato definitivo e incontestável, ninguém pode nem desmentir esta questão. Não para dobrar V. Ex^a, não para dobrar os outros Presidentes, mas o Presidente da República não tinha o direito de fazer uma declaração deste tipo. Isto não deixa de ser uma ameaça, V. Ex^a tem toda a razão, pois V. Ex^a torna conhecimento de um fato deste, o que é que pode imaginar: uma crise institucional! E V. Ex^a, com o patriotismo que todos nós reconhecemos, tinha que verificar isto com o maior cuidado, reconhecendo como fonte fidedigna, direta. A declaração não significa examinar sob o prisma da questão institucional, que outros não tinham esse conhecimento. Teremos de fazer a separação dos que votaram pelos cinco anos, por esta ou aquela razão. Infelizmente, como o Senador Ruy Bacelar disse, há muitos Constituintes que votaram por outras razões, razões indevidas.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Quando li a declaração a que V. Ex^a se refere, e que foi anterior — os jornais publicaram essa declaração do Presidente, onde Sua Excelência dizia que pela sua mente não passava renúncia, nem sair do Palácio com um tiro no coração. Lembro-me disso. No que se refere à alusão anterior, feita pelo Senador Ruy Bacelar, quando fiz o primeiro exame, dei-me ao luxo de ser um exegeta da Constituição; afinal de contas, o Presidente Castello Branco dizia que éramos "Constitucionalistas do Realengo", porque lá tínhamos uma Cadeira de Direito Constitucional. Então, eu pensava nos seis anos. Seis anos parece-me que são realmente aquilo que hoje o Presidente tem como direito. Mas quando Sua Excelência resolveu abrir mão de um ano, pensei que, neste caso, Sua Excelência havia aberto a porta para os quatro anos ou até para menos, porque era o Presidente quem abria mão, embora, como eu disse ao Senador Ruy Bacelar, não falei em direito assegurado, porque não saberia como defender essa tese; no momento em que Sua Excelência abriu perspectiva, poderia ter transformado. Nós, aqui, no Plenário deste Senado, votando na Comissão de Sistematização, ficamos de reduzir o seu mandato para três anos, porque, na referida comissão, aprovamos o Parlamentarismo no dia 15 de março de 1988. Então, estariam hoje em pleno regime parlamentarista e o Presidente já não seria o Presidente. Fizemos isso aqui, a maioria fez.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me, nobre Senador, concluir o meu aparte? V. Ex^a foi um pouco injusto conosco, da Bahia. Não tivemos Plano Cruzado na Bahia, as razões políticas eleito-

raias na Bahia foram outras completamente diferentes, não houve euforia com o Plano Cruzado. Não houve essa manifestação popular em razão de euforia ao Plano Cruzado, a realidade foi outra totalmente diferente. V. Ex^{er} conhece, muita gente conhece.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu aceito integralmente a colocação do Senador Ruy Bacelar e a de V. Ex^{er}, apenas estranho que a Bahia não estivesse inserida no contexto nacional de plena euforia.

O Sr. Jutahy Magalhães — A razão eleitoral não foi essa, foi mudança de métodos, foi mudança de pessoas, inclusive as razões foram completamente outras.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Era uma vontade de mudar.

O Sr. Jutahy Magalhães — Vontade de mudar e, inclusive, o slogan da campanha era esse. V. Ex^{er} fala também que temos questões pessoais de inimizade com o Presidente. Existe essa razão, mas não é a razão principal, não é única e exclusiva para termos posicionamento de oposição a esse Governo. Inclusive, há a razão de interesse do nosso Estado. O Governador Waldyr Pires não recebeu para o Governo do Estado da Bahia um centavo sequer de transferência de recursos deste Governo, através de projetos que fossem examinados pelo Senado. Por exemplo, não há uma mensagem para o Governo do Estado da Bahia. Então, essas retaliações não prejudicam o Governador do Estado da Bahia, prejudicam o Estado e o povo baiano, e nos levam, também, a este posicionamento. E mais do que isto, tenho outros tipos de posicionamentos em relação ao Presidente da República por outras razões: razões de ordem política nacional, razões de posicionamentos que Sua Excelência toma, de falta de respeito a compromissos assumidos. Então, estas razões todas se somam e nos levam a esses posicionamentos; não é uma mera questão de ordem pessoal; ela existe, não vou negar que não existe. Houve uma posição do Presidente da República, exatamente por aquele que foi derrotado na Bahia por 1,5 milhão de votos, foi uma opção que Sua Excelência fez. Não digo que seja um direito de Sua Excelência, mas Sua Excelência fez a opção. Então, isto nos leva também a um posicionamento político, mas não como razão exclusiva. V. Ex^{er}, que é tão justo nos seus conceitos, não fará esse julgamento dos seus Companheiros da Bahia, por uma mera questão pessoal.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu não direi que é a causa, eu digo que é uma concausa, é um afiliente do rio.

O Sr. Jutahy Magalhães — Faz parte de um contexto. Agora, pode-se dizer a V. Ex^{er} que não há afiliente mais caudaloso. (Risos)

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isto é um conceito que V. Ex^{er} faz e que, justamente, não tenho capacidade alguma de julgar, a não ser, exatamente, pelo julgamento de V. Ex^{er}. Sabe a natureza fraternal de nossas relações. E eu sempre percebi, mesmo quando estava no mesmo partido, todos nós, V. Ex^{er} e esse cavalheiro que está oculto por elipse aqui, que não citamos o nome até agora, sabíamos que havia a impossibilidade de convivência. Entendo que isso é um

componente, é uma das forças que se compõem naquele polígono de forças que estudamos na Física no Segundo Grau. Mas antes de ouvir os apartes, devo esclarecer que quero chegar ao cerne do discurso do Senador Ruy Bacelar, que se zangou comigo, porque pretendo analisar um problema que me parece importante, que é essa questão do acordo que o Brasil fez com os seus credores. Provavelmente estou aqui em minoria, aceitando esse acordo e batendo palmas a ele provavelmente. Mas vamos ver no decorrer de nossa discussão. Apreciei muito o aparte do Senador Ronan Tito ao Senador Ruy Bacelar, e gostaria que esta fosse uma matéria que o Senador se debruçasse sobre ela. Acredito que o aparte que o Senador Jutahy Magalhães deu também é importante para que o Senado não ficasse marginalizado em solução de tamanha importância.

O Sr. Divaldo Suruagy — V. Ex^{er} me permite um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço V. Ex^{er} com muito prazer.

O Sr. Divaldo Suruagy — Nobre Senador Jarbas Passarinho, as colocações que o Senador Jutahy Magalhães fez eram as que eu estava imaginando fazer. Primeiro, é reconhecer o óbvio que todos nós temos uma consciência muito unida. A influência da política regional sobre as atitudes nossas em qualquer cenário em que nos encontrarmos. Se não me engano foi um feliz comentário de V. Ex^{er} de que por mais alta que fosse a posição política que V. Ex^{er} viesse a galgar, jamais poder-se-ia libertar da Juta do menor município lá do interior do Pará. Isso está muito dentro de nós, e até o Senador Nelson Carneiro, que é o nosso decano, que faz política na Capital cultural do País, não consegue libertar-se das lutas dos pequenos municípios lá do interior do Rio de Janeiro. Isso é muito mais forte em Minas Gerais, do Senador Ronan Tito, que é um orgulho para todos nós a sua presença nesta Casa. Não consigo libertar-me das Alagoas e assumo publicamente esta posição. Reverendo o raciocínio que V. Ex^{er} colocou e darei dois exemplos, bastante contundentes a respeito da euforia e da preocupação que estava dominando as convergências políticas durante o período do Plano Cruzado. As lideranças do PMDB, na maioria de seus Estados, cobravam a presença do Ministro Dilson Funaro como o grande carro-chefe da captação de votos pelo prestígio popular que S. Ex^{er} possuía. E nós, do PFL, ficávamos altamente preocupados, queríamos que o Presidente não permitisse que o Ministro Dilson Funaro fosse fazer campanha, porque a sua presença seria um desequilibrador na luta eleitoral. Isso aconteceu em quase todos os Estados do Brasil. Em Alagoas, tenho certeza, desloquei-me de Maceió, em companhia do Senador Guilherme Palmeira, para pedir ao Presidente que não permitisse que o Ministro Dilson Funaro fosse fazer comício em Maceió, porque as lideranças do PMDB estavam anunciando com muito alarde. Esta posição foi tão forte que impediu até que o Ministro Dilson Funaro participasse da campanha em São Paulo, porque seria um elemento desequilibrador a sua popularidade. Em termos do Plano Cruzado, se pudéssemos definir-lo fisicamente, se pudéssemos traçar um perfil para ele, era o perfil do Ministro Dilson Funaro. E a força de que S. Ex^{er} estava possuído, investido naquele

instante, no momento em que estávamos no julgamento popular, teria uma influência muito grande, obedecendo às conveniências ou às realidades regionais. Mas a popularidade do Plano Cruzado e, consequentemente, do Ministro Dilson Funaro, era um elemento desequilibrador de todo o processo eleitoral de 1986.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex^{er} e até diria, ainda em complemento ao meu diálogo com o Senador Ruy Bacelar, que no Pará o carro-chefe foi o PMDB. Éramos, também, um afiliente, com o PDS. Éramos, ainda, a segunda força no Estado, como somos até hoje. E a euforia que tornava conta no plano nacional repercutia em todo o Território brasileiro.

Havia, naturalmente, como foi explicado pelos Colegas da Bahia, uma razão mais forte na Bahia. Era um problema que se vinha acumulando há longo tempo, e essa razão mais forte pode ter sido a preponderante. Mas o que V. Ex^{er} diz é perfeitamente conhecido do Brasil inteiro. Esse homem chegou a um ponto — e devemos ter muito cuidado quando falamos do ex-Ministro Dilson Funaro —, chegou um momento em que se dizia — e S. Ex^{er} admítia — que Deus o havia salvo do câncer para que ele salvasse o Brasil. Então, havia até um messianismo em marcha no Brasil inteiro em relação a isso. Lembro-me de artistas brasileiros de televisão, de cinema, que beijaram o Ministro, em plena euforia. Retomarei essa tese em seguida, para discutirmos sobre o problema da dívida externa, porque afeta a todos nós. Todos nós seremos os pagantes disso, seremos os contribuintes.

O Sr. Ronan Tito — Permita-me V. Ex^{er} um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço, com muita alegria para mim, pela primeira vez aqui como Líder do PDS, a palavra ao Líder do PMDB, Senador Ronan Tito.

O Sr. Marcondes Gadelha — Coloco-me na fila, nobre Senador, para apartear-lo em seguida ao Senador Ronan Tito.

O Sr. Ronan Tito — Nobre Senador Jarbas Passarinho, para mim também é uma alegria e também uma honra apartear-lo como Líder do PMDB. E quero fazê-lo de maneira sucinta, apenas para salientar a importância do depoimento que V. Ex^{er} dá para nós nesta tarde, nesta reunião, de que também não tive conhecimento. O nobre Senador Nelson Carneiro, um dos "cardeais" do PMDB, também não teve conhecimento, como o nosso querido Senador Ronaldo Aragão, também consultado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Só não quero que essa minha declaração vá causar algum embaraço ao Deputado Ulysses Guimarães.

O Sr. Ronan Tito — A verdade é que V. Ex^{er} faz uma declaração para a História. Isso é muito sério. É tão sério que, à luz de Max Weber, digo a V. Ex^{er} que nunca duvidei que deveria votar pelos cinco anos, mas, se eu tivesse conhecimento desse fato, confessou a V. Ex^{er} que seria capaz de mudar o meu voto. Muitas vezes somos obrigados a não tomar atitudes sintonizadas com o povo. É o nosso munus que nos obriga.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito bem.

O Sr. Ronan Tito — Mas só num caso extremo como este. Veja Senador, todos nós queremos, ansiámos pela democracia, sonhamos com a democracia. Digo a V. Ex^e que sonho com ela. Não sei se houve um período em que entendia que ela não era possível, que era qualquer coisa intangível. Hoje estou disposto a lutar por ela com todos os meus talentos e com a ausência deles, com toda a determinação. Lembro-me, logo depois de 46, vou citar, aqui, o conterrâneo do Senador Nelson Carneiro, Otávio Mangabeira, que nos previu, dizendo que a democracia era uma florinha tenra, uma planta tenra. Nós não acreditamos. Mas hoje estou ainda com aquela frase no meu ouvido, senão com a inteireza da frase, pelo menos com o conteúdo, e estou disposto a trabalhar. Por isto que digo a V. Ex^e que é da maior importância o seu registro para a história, não só para o momento, mas para a História. Para mim, isto modifica tudo. Confesso a V. Ex^e, se tivesse conhecimento dessa disposição do Governo, manifestada pelo seu Ministro da Justiça, que, talvez, seria provável até modificar o meu voto.

O Sr. JARBAS PASSARINHO — Diante do que V. Ex^e acaba de declarar, outra vez admiro mais ainda a capacidade política do Deputado Ulysses Guimarães. Veja bem V. Ex^e, aquilo que para mim foi determinante para evitar as eleições de 88, para V. Ex^e seria o contrário. V. Ex^e declara que teria tentado até mudar o seu voto, a sua posição. Quem sabe o Deputado Ulysses Guimarães não interpretou assim e por isso foi parcimonioso.

O Sr. Ronan Tito — Votei pelos quatro anos.

O Sr. JARBAS PASSARINHO — Ah! V. Ex^e votou pelos quatro anos? Entendi que V. Ex^e havia votado pelos cinco anos.

O Sr. Ronan Tito — Votei pelos quatro anos.

O Sr. JARBAS PASSARINHO — Possivelmente é isso. Nós nos sentíamos com a responsabilidade de impedir essa transição, que vem sendo penosa, difícil, longa e demorada. Aí, concordo plenamente com o Senador Ruy Bacelar. Poderíamos chegar a inviabilizá-la, como ainda há poucos dias subi à tribuna da Constituinte para discutir o problema da anistia dos militares, porque estava sentindo, outra vez, uma ameaça, já noutro campo. E não era uma injustiça que se praticava contra eles. Já havíamos anistiado todas as pessoas que tinham sido atingidas por atos de exceção. Agora seria anistiar os que foram punidos por atos administrativos, o que interferia violentamente na área da disciplina e da hierarquia, porque não se podia mais punir uma transgressão disciplinar sem a preocupação de amanhã haver uma anistia e um recurso ao Poder Judiciário. Como V. Ex^e disse muito bem, há momentos em que temos que, como Líderes — todos nós somos, não chegamos aqui sem Liderança — temos obrigação, muitas vezes, de contrariar aquilo que representa a vontade expressa da maioria do povo, porque temos uma responsabilidade maior com as consequências e com o próprio povo.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço, com muito prazer, o nobre Líder, Senador Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Eminent Líder, não quero interrompê-lo mais nesta fase preliminar de seu discurso, pois V. Ex^e ainda vai abordar a parte substantiva, de ordem econômica, do discurso do Senador Ruy Bacelar. Não poderia deixar passar, sem uma objeção, o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães, quando afirma que o Governo da Bahia se sente discriminado pelo Governo Federal, que não há repasse de verbas e coisas do gênero. Esta mesma acusação me foi feita por intermédio do nobre Líder Fernando Henrique Cardoso em relação não apenas à Bahia, como também a Pernambuco e Alagoas. Isso seria um argumento para os nobres Colegas de Oposição não votarem a matéria referente aos Embaixadores. Então, fui ao Presidente da República e levei a reclamação do Senador Fernando Henrique Cardoso, e o Presidente lançou um repeto, que o Senador mostrasse quais são as verbas que estão sendo bloqueadas pelo Poder Executivo, e Sua Excelência tornaria imediatas provisórias e desamarraria todos esses entraves porventura existentes. Eu devoli, então, ao Senador Fernando Henrique Cardoso e não houve, efetivamente, nenhuma demonstração de ação coercitiva ou impeditiva do Governo no sentido de privar a Bahia desse recurso. E como remate disto, nobre Senador JARBAS PASSARINHO, vi na televisão, vi com estes dois olhos, o Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega referir-se, especificamente, a um programa de financiamento para a Bahia com recursos externos, com recursos do Japão, recursos que advirão, precisamente, do acordo que está sendo celebrado com a comunidade financeira internacional e contra o qual se insurge o nobre Senador Ruy Bacelar. Se não existisse um programa de financiamento, se não houvesse empenho do Governo em privilegiar, em cumular a Bahia com recursos especiais, específicos, importantes, em moeda forte, sobretudo em divisa, não haveria por que S. Ex^e se expor a toda comunidade nacional, quando fez tal afirmação, pela âo, no programa "Bom dia, Brasil".

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com muito prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Queria trazer apenas uma contribuição, já que estamos tratando da história política dos últimos anos, e lamento que não esteja presente o Senador Divaldo Surugay. O Presidente da República abriu uma exceção, permitindo que o Ministro Dilson Funaro fosse ao Rio de Janeiro apoiar a candidatura do atual Governador, que, certamente, por isso lhe ficou muito agradecido.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Estou entendendo que, neste discurso, estou servindo a várias causas, dando oportunidade a que muitas explicações elucidativas sejam feitas. Esta que foi feita pelo Senador Nelson Carneiro é muito breve e muito elucidativa.

O Sr. Ruy Bacelar — Permite-me V. Ex^e um aparte, nobre Senador JARBAS PASSARINHO?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador pela Bahia, Ruy Bacelar.

O Sr. Ruy Bacelar — Nobre Senador JARBAS PASSARINHO, já que estou sendo citado a toda hora por V. Ex^e e pelo nobre Senador Marcondes Gadelha, sinto-me alegre e honrado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Por mim, com prazer, Senador.

O Sr. Ruy Bacelar — Se o Plano Cruzado beneficiou os políticos ou os Partidos, beneficiou, no meu entender, não somente o PMDB, mas também todas as forças políticas que apoiam o Presidente José Sarney. No auge do Plano Cruzado, quando tudo era flores, quem mais segurou essa bandeira ou essas flores foi o Presidente José Sarney. Se o Governo que aí está tem beneficiado alguma força política, esta força é o Partido da Frente Liberal. Este é o mais beneficiado. V. Ex^e também mencionou a anistia. Não sei se V. Ex^e votou ou votaria, depois do depoimento do Ministro da Justiça. V. Ex^e disse que usou da palavra, por pouco tempo sobre a anistia.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aí o assunto não tem nada a ver com o anterior. Anistia aos militares é outro assunto completamente diferente da entrevista com o Ministro da Justiça. Aí já era um outro problema.

O Sr. Ruy Bacelar — Uma seqüência...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não vamos fugir dele: é outra ocasião e era um problema militar...

O Sr. Ruy Bacelar — Foi recentemente...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Foi.

O Sr. Ruy Bacelar — Foi recentemente e estou acompanhando. Agora, eu me questiono: será que o Brasil de hoje é o mesmo Brasil de 64, de antes de 64, de 30, onde qualquer dificuldade que houvesse poderia fazer aparecer os fantasmas, as miragens que V. Ex^e acredita poderem aparecer? Acho que não. É completamente diferente. Nós estamos mais adubridos. Finalmente, para fazer uma ressalva. O Senador Marcondes Gadelha falou no benefício que a Bahia poderá vir a ter após esse reescalonamento da dívida externa, esse acordo com o fundo Monetário Internacional e com os bancos internacionais, de um financiamento advindo ou que poderá advir do governo japonês, em relação ao setor agropecuário. A Bahia, pela sua potencialidade, poderá vir a ter, porque no Brasil hoje é tudo "poderá", é tudo no futuro, pois nada de concreto, de real, estamos tendo neste Governo que aí está. Não acredito que o Senador Marcondes Gadelha queria, já que a Bahia é apenada pelos financiamentos internos, apená-la ainda mais pela possibilidade de vir a adquirir o financiamento externo para desenvolver o seu setor primário. Era o que tinha a dizer. Obrigado a V. Ex^e.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Relativamente a este último aparte de V. Ex^e, acho que me sentia muito mais feliz, no Brasil, se V. Ex^e tivesse razão, se V. Ex^e tivesse, já, a condição de assegurar que somos uma democracia estável e que determinado tipo de intervenção já está completamente fora de cogitação no plano político e institucional do País. V. Ex^e acredita nisso.

Eu tenho cá minhas razões, tenho minhas ligações de origem. Percebi a profunda irritação provocada na área militar com a tentativa, por exemplo, de reversão ao serviço ativo daqueles que há 20 anos estavam fora do serviço. O curso militar é um curso de sucessiva formação: forma-se o graduado pela Academia Militar, depois se tem curso obrigatório de aperfeiçoamento, como para Capitão, têm-se cursos voluntários para especialidades diversas, têm-se um curso de Estado-Maior que permite chegar ao generalato, potencialmente, e, finalmente, têm-se cursos fora do Exército que são cursos das Forças Armadas na Escola Superior de Guerra. Então, pode-se imaginar que um aspirante (é o caso que cito sempre) saiu da Academia, estava há três meses na tropa, foi atingido pelo ato de cassação que é o Ato Institucional — volta agora como tenente-coronel, 20 anos depois. É de admitir? Será que isso não é tão cristalino? É de admitir que este homem chega devidamente instrumentado para exercer a função de tenente-coronel, onde começa o comando maior, completamente desatualizado, sem nenhuma possibilidade de acompanhar aqueles que estão ao seu lado e, especialmente, de comandar aqueles que estão sob seu comando? Esse era um motivo de repulsa violenta dentro das Forças Armadas. Estivemos à beira de votar isso. Votamos, e, felizmente, a Constituinte rejeitou isso. Ficou apenas no último caso, que era o dos marinheiros. Separei os casos. A Força Armada, no caso a Marinha, sancionou, politicamente, cento e tantos oficiais e cento e sessenta e sete praças, e os anistiou, e os promoveu. Aqui mesmo, anda muito, pelos corredores do Senado, uma pessoa que é ligada a uma família com a qual tenho o melhor relacionamento no Pará, e que era um segundo-intendente da Intendência de Marinha, hoje é um capitão-de-fraga, às vésperas de ser promovido a capitão-de-mar-e-guerra. Apenas não se permitiu a reintegração.

O Dr. Getúlio Vargas, em tempo menor do que este, entre a Revolta de 1935 e a Anistia dos Comunistas, em 1945, nunca os reverteu ao serviço ativo. Da minha experiência de vida, para cá, só vi uma reversão do serviço ativo: foi com o Dr. Juscelino Kubitschek, Presidente, quando fez o Major Veloso, Burnier e outros mais, regressarem ao serviço em questão de meses. A anistia foi imediata, não havia nem esse interregno que torna desatualizado o oficial. Agora é aquela história, por que xingar o demônio quando o demônio está quieto? Não tem cabimento, é melhor não fazê-lo. Em defesa de quê? Em defesa da própria instituição.

Agora, retomemos o ponto central do Senador Ruy Bacelar.

Na ocasião em que o Ministro Mailson da Nóbrega veio, convocado, tive oportunidade, como último Líder que falou a respeito, de congratular-me com S. Ex^e com os quatro pontos que estava desenvolvendo para fecharmos o acordo com os credores internacionais. Eu, aí, acuso, fundamentalmente, o Governo da chamada nova República. Disse ainda há pouco o Senador Ruy Bacelar que o Presidente José Sarney não tem legitimidade porque é produto de uma fatalidade, então, não teria legitimidade também o Dr. Tancredo Neves, que seria produto de um Colégio Eleitoral que o PMDB denunciava instantemente, iterativamente como um instrumento ilegítimo.

Realmente há, aí, duas fatalidades: uma, foi a cisão do PDS, com o seu candidato que levou à cisão, e a segunda, que foi a morte, por todos nós depolada, do querido ex-Companheiro do Senado, o Dr. Tancredo Neves.

Quando passamos o governo, eu era Ministro do Presidente João Figueiredo, tínhamos 11 bilhões de dólares de reserva. Em 1984 já tínhamos retomado o crescimento do País, tínhamos saído daquela terrível estagnação mundial — não apenas nacional — que foi a recessão econômica que se agravou nos anos de 1982 e 1983, e em 1984 começamos a respirar. A tal ponto que as últimas contas da Fundação Getúlio Vargas mostram que crescemos 5,7% do Produto Interno Bruto, em 1984. Começávamos a crescer, e eu sentia o problema na pele por causa da Previdência Social. Nunca tive uma atribuição tão dramática, como aquela de administrar a Previdência Social em recessão econômica, porque a Previdência é função direta de salário; o desemprego ataca a Previdência duas vezes, ataca porque não entra a cota de contribuição, e ataca porque o desempregado continua doente, tratado pela Previdência, muitas vezes com o auxílio-doença mascarando a inexistência, então, de um seguro-desemprego, e assim por diante. O ilustre Governador da Bahia, nobre Senador Ruy Bacelar, isso é um ponto também que me dói até hoje, foi à televisão depois — e V. Ex^e deve ter visto que isso influiu muito também na figura dele e na sua eleição — para dizer que tinha sido o mágico que tinha conseguido zerar o déficit da Previdência. Qualquer um de nós que lá estivesse, teria o êxito em 1985. Porque se em 1984 nós crescemos 5,7%, em 1985 o País cresceu 8% do Produto Interno Bruto. Só de novas admissões, só no mercado paulista foi 1 milhão e 200 mil pessoas.

Então, a Previdência começou a receber dinheiro à vontade e automaticamente. Aquilo que foi a minha angústia em saber se eu podia pagar no dia seguinte, ou não, 10 milhões de aposentados e pensionistas e diferentes benefícios em dinheiro, isto desapareceu. E o Dr. Waldir Pires, a quem tratei com maior e justificada cortesia, foi à televisão fez um grande programa — estou bem lembrado de que não foi só S. Ex^e, depois o Dr. Raphael foi à televisão também; agora o Dr. Archer também vai à televisão, e a Previdência gastando um bom dinheiro para fazer propaganda daquilo que em que ela é monopolista, que é o seguro oficial. Porque o INPS é uma imensa companhia de seguro dos pobres, porque a média de contribuição para a Previdência Social é de três salários mínimos.

Ora, então, o que se fez? Quando apareceu esse crescimento, o Presidente se entusiasmou e apareceram os teóricos do Plano Cruzado. V. S^e devem estar lembrados de um livro escrito por um economista chamado Pérsio Arida, se não me engano, "Inflação Zero". Esse livro foi um best-seller. Depois passou para uma categoria diferente nas livrarias como obra de ficção e, posteriormente, passou para as estantes de humor. Então, hoje o objeto disso, está nos sebos nas obras de humor. Então, "Inflação Zero".

Nós ouvimos o Presidente José Sarney dizer: "Inflação, nunca mais." A tese fundamental do Dr. Dilson Funaro era exatamente agredir o FMI. É esse o ponto que quero ter oportunidade de discutir neste Senado. Se me convencer, com

os argumentos que estão aqui colocados pelo Senador Ruy Bacelar e por aqueles que o apartaram, de que o FMI, realmente, é esse gênio do mal, que nos leva a todas as desgraças internas, não me considero menos patriota do que qualquer dos meus Companheiros; eu mudaria de posição.

É evidente que não gostaria de ter uma reentrada do FMI no Brasil, nas circunstâncias em que vivemos no passado, com monitoramento, dando uma impressão, realmente, desagradabilíssima para nós quando tivemos a primeira moratória técnica no ano de 1983, quando deixamos de pagar os juros, mas negociados e, logo em seguida, recomeçamos a pagar em 1984.

Aquilo dava uma impressão muito bem explorada pelo PMDB, na época, de que nós éramos aqui vassalos do FMI e da Sra. Ana Maria Jul, que foi, agora, tirada desse panorama, para tristeza nossa, porque, pelo menos, o visual dela era bonito — agora veio um que é um cavalheiro e é o responsável pelas contas nacionais, também.

É indiscutível que somos os fundadores do Fundo Monetário Internacional. É indiscutível quando muitas pessoas dizem que as nações perdem a sua soberania quando vão do Fundo. Como e por quê? Perderam a soberania a Argentina, o México, a Venezuela, para falar em países capitalistas ou supostamente capitalistas? E os socialistas? Perderam a Hungria, a Iugoslávia, a Polônia? É um fundo de socorro internacional, que vale muito menos pelo que tem. Tudo que o FMI tem, hoje, em estoque de dinheiro, não valeria um décimo da dívida externa brasileira. Mas é o aval que ele dá para negociar com os banqueiros internacionais. É para isso que é importante. O que acho estranho é que exatamente grande parte do discurso do Senador Ruy Bacelar, que eu subscriveria, onde, por exemplo, se ataca aqui o problema do empreguismo, que é matéria muito recente que o Senador traz e que eu sublinhei, 140 mil novos empregos — se não estou equivocado, a rigor, diz o Senador, 140.782 servidores.

O problema do congelamento da URP — que o nosso Partido condena violentamente, na medida em que acha que é um sacrifício isolado, setorizado, quando devia ser composto, devia ser uma solução composta para que todos sofressem, não equitativamente, mas sim proporcionalmente, porque eu posso sofrer mais do que aquele que recebe um ou dois salários mínimos por mês. O fato é que temos que sair disto aqui. E o Brasil se endividou, porque acreditou no seu futuro.

Quando chegamos exatamente no segundo choque do petróleo, que foi o mais grave de todos; primeiro, o petróleo passou de dois dólares para quatorze, em termos estatísticos, falava ainda há pouco o Senador Ronan Tito, muito pior do que o segundo choque. Mas não! Em termos reais é muito pior o segundo choque, porque é o valor absoluto que recebemos. Então passou de 14 para 30 dólares, chegou a 40 dólares. E o Brasil pagava, em 1963, ou um pouco mais além, já a sua conta de petróleo com um terço do que rendia a exportação de café.

Quando chegou 1981, para comprar os mesmos 800 mil barris/dia de petróleo importado, esta conta para ser paga somava tudo o que ganhávamos com a exportação de café, com expor-

tação de soja, com a exportação de minérios e ainda sobrava dívida para pagar. Chegamos ao ponto de bloquearmos 45% das exportações brasileiras só para pagar a conta de petróleo.

Isto exigia de nós uma solução, solução que foi, aqui muitas vezes, defendida por mim como Líder, caminhando em duas ou três direções. Uma delas era encontrar desesperadamente fontes alternativas de energia. Não podíamos continuar hemorragicamente a gastar o dinheiro que já não tínhamos mais. Em segundo, deveríamos ter o desenvolvimento de uma política de exportação para nos proporcionar resultados favoráveis na balança comercial, para podermos começar exatamente a diminuir essa dívida.

Isto exigia atacar, na área de economia, duas prioridades: uma na agricultura, e outra na área de subsolo, de minérios.

Ora, de que me queixo eu, que agora louvo a atitude do Governo, fechando esse acordo? É que, só por não ter feito esse acordo entre começo de 1985 até hoje, perdemos, nobre Senador Ronan Tito, só no spread, na diferença do risco, dois bilhões de dólares até a data de hoje. Por quê? Pelo medo do FMI. Os palanques que levaram à estrondosa e arrasadora vitória do PMDB no Brasil eram tomados pela retórica da luta contra o FMI.

Exorto a que façamos isto, por exemplo, na Comissão de Economia. Vamos discutir esta matéria! O que o FMI está querendo aqui? O que, paradoxalmente, o Senador Ruy Bacelar está pedindo. O que o Senador Ruy Bacelar nos deu em sua aula de economia aqui ainda há pouco? Uma declaração de que o Governo está brincando em relação ao déficit público. Não é isso? Não é isso que foi dito por V. Ex^e ainda há pouco da tribuna? E é isso realmente. Quando o FMI chega aqui ele não pode admitir e pedir aos banqueiros internacionais que emprestem a um País que gasta mais do que arrecada. Seria como se nós individualmente tivéssemos pedido empréstimo ao banco e depois fôssemos pedir outro empréstimo, não para pagar ao banco, mas para comprar um automóvel ou coisa dessa natureza.

Então, aqui o que me pareceu importante, em relação ao acordo que foi feito agora, em primeiro porque perdemos três anos para chegar a um acordo. Segundo, o Governo teve até a alta capacidade — eu tenho que reconhecer — de diminuir o fantasma do FMI e acabou com as vinculações obrigatórias. Elas eram vinculadas. Só se fazia um novo reembolso quando o FMI vinha aqui e dizia que as contas estavam corretas. O Governo atual conseguiu evitar isso. É um documento que eu recebi do Líder Rachid Saldanha Derzi ainda há pouco. Mas ouvi também do Ministro Maillou da Nóbrega essas palavras há algum tempo, faz poucos dias inclusive, de que o FMI tinha dado o aval por considerar que a política econômica do Governo estava voltada para a redução do déficit público que é a fonte geradora matriz da inflação.

Ainda há pouco o Senador Ronan Tito falou aqui que o pior seria a estagflação. E seria realmente! Então, se essa inflação, como hoje já leio nos jornais — infelizmente parece que vai passar da barreira dos 20% para o mês que estamos vivendo, mês de junho — perder esse controle que ainda tem nesse número que é elevadíssimo e partir para a hiperinflação, nós vamos à recessão

econômica e vamos à estagflação e vamos viver no período que vivi na administração do Senhor Presidente João Figueiredo.

Então, penso ser perfeitamente adequado que o Governo fechasse esse acordo internacional. Disse muito bem o Líder do PMDB, não há new money, há hot money. O que vamos ter aqui é dinheiro quente, mas com isso se abrem as portas para possibilidades de investimento e, como disse — cito outra vez do Líder do PMDB — passamos a exportador de capital de divisas fortes. É um absurdo num País como o nosso, que pagou em cinco anos, se a memória não me trai, 55 bilhões de dólares para administrar a dívida externa. Sete vezes mais do que já aplicamos em qualquer momento nos programas sociais deste País.

Então, este é o nosso desafio e seria muito justo que o Governo — e me dirijo especialmente aos Líderes que aqui representam o Governo — levasse em consideração o aparte, ainda há pouco, do Senador Jutahy Magalhães. Seria muito justo que tivéssemos oportunidade de discutir isso mais profundamente, numa Comissão de Economia, se se acha que a convocação do Ministro ao plenário é uma convocação que o traz completamente revestido de proteção, então, se faça na Comissão e a Comissão tem mais facilidades de ouvir, que se discutam essas matérias. Agora, o que é fundamental é saber se o FMI é o "gênio do mal" ou se o FMI pode exatamente compatibilizar-se com uma política nossa que não leve à recessão econômica e não leve, como dizia o Senador Tancredo Neves, a pagar a dívida externa com o sangue, a pobreza e a miséria brasileira. Ai eu estaria plenamente de acordo.

Do contrário seria sermos autárquicos, não somos. Nem os Estados Unidos são, nem a União Soviética é. Todos nós somos dependentes em maior ou menor grau. Todo o Mundo em que vivemos tem linha de interdependência e nós, desgraçadamente, temos uma economia mais dependente do que muitos outros países do Mundo.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouvirei, pela ordem, o aparte do nobre Senador Rachid Saldanha Derzi. Em seguida, ouvirei o aparte de V. Ex^e, nobre Senador Marcondes Gadelha. Permita-me, apenas, que conclua meu pensamento.

Mas, por esta razão é que estou, como homem do PDS, louvando o acordo que foi feito. Acho que o acordo foi bem feito. Ganhamos, por exemplo: o menor spread, quem pagava? O México. Nós temos igual. A melhor comissão, quem pagava? A Argentina. Nós temos igual. Então, ele conseguiu o êxito de pegar o melhor de todos os devedores e fazer um acordo global com o Brasil. Quando nós previmos o nosso acordo em fins de 1984, nós tínhamos 16 anos de rolagem da dívida e 7 anos de carência e achávamos aquilo um belo acordo, porque íamos baixar o spread para o nível atual — 0,81. O Dr. Tancredo Neves — ao que estou sabendo, e os mineiros devem saber isto melhor do que eu — estava ansioso para que o Governo Figueiredo, no fim, assinasse esse acordo, porque S. Ex^e começaria um Governo livre de qualquer responsabilidade de acordo

com o FMI. Disse-me o nobre Deputado Delfim Netto que foi instantemente acionado para assinar esse acordo pelo próprio Dr. Tancredo Neves, mas o Dr. Tancredo Neves, talvez, não tenha julgado bem a capacidade maliciosa do meu querido Colega de Partido, o nobre Deputado Delfim Netto, que me dizia há poucos dias — não sei se estou sendo inconfidente — mas dizia: "Não, eu queria que S. Ex^e assinasse, porque, S. Ex^e assinando, seria, desde logo, uma declaração de legitimidade daquilo que nós tínhamos feito." E S. Ex^e queria que nós assinássemos para que não tivesse a responsabilidade. Então, por isto, o Doctor José Sarney toma o Governo e leva 3 anos para chegar aonde chegou — Sua Excelência chegou um pouco tarde, no meu entender, mas, ainda assim, **Libertas que sera tamen**, como está na nossa Bandeira de Minas Gerais.

Ouço, agora, o nobre Líder, Senador Rachid Saldanha Derzi.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Nobre Líder Jardas Passarinho, aumenta todos os dias, a todo momento, a minha admiração e o respeito a V. Ex^e.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Isso está comprometido pela amizade de V. Ex^e

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — E esse respeito é de toda Casa que lhe tem, realmente, admiração pela sua inteligência, pela sua capacidade, pela sua cultura, e independência, o que mostra hoje, como homem de Oposição que aqui várias vezes tem criticado acerbamente o Governo, mostrando os seus erros, protestando contra eles e pedindo providências ao Governo para a solução de problemas que ainda estão dependendo de solução. Então, V. Ex^e mostra independência e a oposição responsável que faz, diferente do orador anterior, o nobre Senador Ruy Bacelar, que faz uma oposição sistemática e chega às raias da intolerância pessoal para com o Presidente da República. V. Ex^e aqui mostra o acordo que o Brasil acaba de fazer para o reescalonamento da sua dívida externa, o melhor dos acordos que qualquer país tenha feito, é o melhor, o mais vantajoso para o Brasil. Em todos os pontos o Brasil ganhou...

O Sr. Ronan Tito — A Bolívia está tendo 90% de deságio. Vamos devagar!

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Deságio...

O Sr. Ronan Tito — Da dívida de 90% da Bolívia.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas a dívida externa da Bolívia é de 4 bilhões de dólares.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — E V. Ex^e sabe que a Bolívia tem outros problemas. O mundo todo tem que ir em socorro à Bolívia para ajudar um país pobre, sem maiores possibilidades de riqueza, todos temos que ajudá-lo, para que aquele povo possa ter ao menos o que comer. Então, o mundo todo deveria ir em socorro à Bolívia, como está fazendo os Estados Unidos. Certamente deverá também ter a ajuda brasileira. O melhor dos acordos que fez qualquer país do Mundo! Em todos os pontos, o Brasil teve uma vantagem maior, e V. Ex^e sabe, e realmente declarou, os erros da moratória levaram a uma perda de cerca de 12 bilhões de dólares ao Brasil. Fize-

mos um acordo sem o acordo com o FMI; tínhamos conversações e o Brasil impôs essa condição, que faria o acordo com todos os bancos sem acordo com o FMI. Como diz V. Ex^e, por que não fazermos acordo com o FMI, nós que somos partícipes do FMI, contribuímos para o referido órgão? E por que o medo, a vergonha de fazer acordo com o FMI para novos recursos que o Brasil precisa e terão que entrar? Mas o erro que estamos vivendo são erros dos governos passados — vamos reconhecer também — e exacerbados, piorados e muito. Vamos fazer uma confissão transparente: a política econômica do PMDB, que lá colocou o Ministro Dilson Funaro, foi um verdadeiro desastre. Decretou a moratória e percorre o Mundo a fazer visitas aos presidentes dos países cujos bancos são nossos credores. Procurou os Presidentes Ronald Reagan e François Mitterrand, o Primeiro-Ministro do Japão. Todos os países que visitou, foi para apenas fazer uma cortesia e comunicar aos Presidentes — pensando que eles pudesssem pagar a nossa dívida — em vez de ir aos nossos credores, aos bancos credores dizer da nossa situação e o porquê. Foi obrigado a decretar a moratória.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E era tão conceituado que foi recebido pelo Presidente do Banco Central dos Estados Unidos no corredor e em pé...

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Exato.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E isso não ofendia a soberania nacional. É supreendente!

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — Depois do Ministro Dilson Funaro veio o Ministro Bresser Pereira, muito risonho. Passeou por vários países várias vezes, onde tínhamos credores e, às vezes, en passant, conversava com os dirigentes de alguns bancos nossos credores, mas nunca levou a sério uma proposta de composição da nossa dívida externa. Nunca levou. Fez propostas até hilariantes, que os banqueiros riem. Pela ingenuidade da proposta? Não, por maldade, porque o Ministro Bresser Pereira é um homem de bem, mas pela ingenuidade com que S. Ex^e as levava aos banqueiros.

O SR. JARBAS PASSARINHO — V. Ex^e deve estar lembrado de que quando S. Ex^e foi convocado aqui no Senado ou na Câmara, já não me recordo agora, teve a oportunidade de dizer algumas coisas muito interessantes. Uma delas ouvida pela Bancada, pelos preeminentes Líderes do PMDB, quando alguém falou sobre o programa, e S. Ex^e disse "o Programa do PMDB vale no palanque, na prática eu faço outra coisa". Realmente, S. Ex^e começava — eu devo até fazer justiça a S. Ex^e, se V. Ex^e me permite, sobre Líder Saldanha Derzi — a buscar o entendimento com as áreas credoras, porque percebeu que a estagflação que se passou no mercado mundial, financeiro, não tendo chegado à represália, era como se uma represália forte fosse; então, não entrava mais um dólar no Brasil.

Há dias me contava uma pessoa aqui — permita-me V. Ex^e interromper um momento o seu aparte —, um dos nossos Colegas me dizendo que viajando etc., chegou a determinado lugar na França, foi à boutique para fazer uma compra para trazer aos seus familiares. Ele fala bem francês, e a S^r perguntou se ele era italiano, por causa

da pronúncia, embora falando fluentemente o francês, e respondeu. Não. Sou brasileiro; a resposta de uma *vendeuse*, como chamamos aqui, uma balconista, disse: e por que que os Senhores não têm vergonha e não pagam o que devem? É a imagem brasileira.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Rachid Saldanha Derzi, gostaria de fazer uma pergunta a V. Ex^e. Assim, pediria permissão ao Senador Jardas Passarinho.

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — V. Ex^e deixa-me concluir o meu aparte, pois lhe concederei no final, e também não sei se posso. Então vem o Ministro Maílson da Nóbrega, com um trabalho sério de 8 meses, persistente, dia e noite, desejando resolver o grave problema que nos estava asfixiando e não se sabia aonde iria. O País estava parado e nenhum investidor, nenhum empresário queria saber de investir mais no Brasil. Então, S. Ex^e traz esse acordo com 8 anos de carência, 20 anos de prazo e com o juro de *spread* 0,81%. É o acordo mais vantajoso que qualquer país tenha feito até hoje no Mundo. O Presidente José Sarney o estimulou e a todo momento correu o risco até de uma oposição de seus companheiros e de seus amigos, mas o prestigiou porque acreditava nos técnicos que estavam estudando seriamente, e não demagogicamente, a solução do reescalonamento da nossa dívida externa, e felizmente hoje o Brasil anuncia esse fato inédito, e veremos daqui para a frente outras oportunidades para o País, porque hoje, além de entrar dólares para pagarmos os compromissos de juros, é verdade, também entrarão dólares novos para ajudar o desenvolvimento deste País. Gratulando-me com o Ministro da Fazenda e com o Presidente da República de ter dado essa oportunidade ao Brasil, que realmente demonstra que eles querem dar uma transição tranquila e serena para que o próximo Presidente da República possa pegar um país mais em ordem, um país equilibrado, respeitado e com mais credibilidade.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agradeço a V. Ex^e o aparte, nobre Senador — a Mesa me chama a atenção do meu tempo —, mas eu preferiria que concluíssemos o nosso debate, que está em nível realmente parlamentar, discutindo depois exatamente o porquê da importância de primeiro termos de fazer a negociação da dívida externa, e qual o reflexo disso na vida brasileira.

O Sr. Jutahy Magalhães — A pergunta, infelizmente, não poderei fazê-la diretamente a V. Ex^e. O Senador Rachid Saldanha Derzi falou aqui que os Ministros Bresser Pereira e Dilson Funaro fizeram uma política errada, com propostas hilariantes. Não sabia que neste Governo algum Ministro da Fazenda tenha ido ao exterior levando proposta especial do Governo brasileiro sem conhecimento do Presidente. Deveria ter obtido a aprovação do Presidente para levar as propostas aos banqueiros internacionais. Agora, se deveriam ou não, parece não terem lido a declaração do Sr. Jorge Murad, que foi enganado pelo Sr. Dilson Funaro. Jorge Murad fez a indicação de Funaro, pois este estava sempre presente no gabinete e tinha dado uma série de conhecimentos gerais de economia, e

por isso havia sido indicado para ser Ministro da Fazenda — foi a declaração do Dr. Jorge Murad. Então, o Ministro está mal informado, porque, ao criticar a política econômica do Governo como se fosse resultante da política do PMDB, podendo até os Ministros serem ligados ao PMDB, e terem procurado defender idéias do PMDB, não me parece justo. O que me parece é que no regime presidencialista o Presidente da República tem responsabilidade por essa política. Então, se houve incapacidade, foi do Presidente da República. Sua Excelência é o Chefe. Pelo menos deveria ser. Se não o é, deveria ter sido.

O Sr. Marcondes Gadelha — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O Sr. Marcondes Gadelha — Parece que o ponto central da nossa discussão foi esse suscitado pelo Senador Ronan Tito, e que encontra o seu espelho aqui no texto do Senador Ruy Bacelar, ou seja, S. Ex^e gostariam que não pagássemos a dívida. Este, o ponto central. Porque devedores somos, desde o tempo da Proclamação da Independência, e vamos seguir devendo por muitos anos afora.

O Sr. Nelson Carneiro — E não pagaremos.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Espero que não paguemos. Administremos a dívida. Essa que é a solução.

O Sr. Marcondes Gadelha — Então, a essência da questão é essa: pagar ou não pagar. Foi o que ouvi de S. Ex^e e é o que está aqui.

O Sr. Ronan Tito — Eu não disse isso. Peço a V. Ex^e que não coloque na minha boca o que não falei e não diria.

O Sr. Ruy Bacelar — Não consta do texto isso.

O Sr. Marcondes Gadelha — V. Ex^e terá oportunidade de retificar a minha interpretação. O que comprehendi do que V. Ex^e disse é o que está escrito aqui, no texto do Senador Ruy Bacelar.

O Sr. Ruy Bacelar — Não consta do texto o calote que V. Ex^e quer insinuar.

O Sr. Marcondes Gadelha — Leio: "V. Ex^e gostariam que o País não pagasse a dívida". Esta é a essência.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^e acredita que vamos pagar a dívida? Estamos pagando os juros.

O Sr. Marcondes Gadelha — Sequer os juros, não pagar nada, manter a coisa como está, manter a moratória. Esta é a proposta, esta é a essência da questão, porque para pagar, V. Ex^e disse muito bem, a melhor forma é esta que foi encontrada. Esta negociação é a mais elástica, a mais compatível com a capacidade do Brasil e aquela que dá melhor condição de recuperação para o País. A outra opção é manter o *status quo*, a outra opção é manter a moratória, e nesse caso o Senador Ruy Bacelar será obrigado a bater palmas para a inflação de 600%, será obrigado a bater palmas para o desemprego, que ele reclama, será obrigado a aplaudir o déficit público, porque todas essas coisas estão ligadas. Nós não tivemos nenhuma melhoria na qualidade de vida

com a moratória. Fizemos moratória, deixamos de pagar, não atendemos ao FMI.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Rompemos com o FMI.

O Sr. Marcondes Gadelha — Rompemos com o FMI, rompemos com a comunidade.

O SR. JARBAS PASSARINHO — E aquilo que se dizia que fariam, caso estivéssemos ligados ao FMI, foi o que aconteceu rompendo com o FMI.

O Sr. Marcondes Gadelha — Não nos postamos de joelhos e agora o Senador reclama porque o País está sendo sucateado, porque não está havendo investimento, porque há uma queda na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, porque há uma recessão no País. Ora, essas coisas todas estão acontecendo na vigência de uma moratória. Se nós estamos de acordo com a moratória, nós temos que aplaudir todo esse cortejo de desgraças das quais reclama o Senador Ruy Bacelar. Só um ponto gostaria de examinar com mais profundidade, é quando o Senador diz que não há nenhuma cláusula de salvaguarda para os interesses nacionais nesse acordo. Não é verdade. Ou o Senador Ruy Bacelar não leu o acordo ou dele não teve ciência, porque é um fato inteiramente novo em termos conceituais, em renegociação de dívida, a cláusula de salvaguarda, pela qual fica facultado ao Brasil solicitar uma nova consulta aos bancos, um reexame, com vistas a emendas ao acordo diante de quaisquer fatores financeiros e econômicos, inclusive de mudanças de variáveis externas. Então, fatores incidentais que aconteçam na economia internacional darão ao Brasil a condição, o direito de denunciar o acordo e pedir um reexame e de emendar. É isso que precisa ser bem dito, porque é um ponto a que o Senador deu muita ênfase.

O Sr. Ronan Tito — O ponto mais importante do acordo é este.

O Sr. Marcondes Gadelha — Exatamente, este é o ponto extremamente importante e esta cláusula é muito explícita, pois garante os interesses do País diante das oscilações. Não estou mais encontrando a página onde o Senador diz que não há nenhuma salvaguarda, mas isso não é verdadeiro, não é justo...

O Sr. Ruy Bacelar — "O acordo recente feito entre o Fundo Monetário Internacional e o Brasil." Este discurso foi uma análise crítica do oitavo programa econômico do Governo Sámy. Sobre esse ponto eu voltarei a esta tribuna para analisar o problema do acordo recente com o Fundo Monetário Internacional. Quero dizer a V. Ex., eminentíssimo Senador Jarbas Passarinho, que de modo algum fui ou sou contra um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. O que quis dizer no meu pronunciamento é que não pode o Brasil, para negociar com o Fundo Monetário Internacional, sujeitar-se a determinadas exigências, como apena o servidor público, como...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Disse até, nobre Senador Ruy Bacelar, que isso não é exigência do FMI.

O Sr. Ruy Bacelar — ... diminuir o déficit, penalizando o servidor público. Déficit é o resultado da receita e da despesa. Então, só se conse-

gue evitando a sonegação, que é uma das causas, não havendo desperdício do dinheiro público em obras desnecessárias, somente assim conseguiremos. Quero deixar, de antemão, que não me posicionei contra um acordo do Brasil com essas instituições financeiras, no sentido de que o Brasil possa bem administrar a sua dívida.

O SR. JARBAS PASSARINHO — É que alguns apartes dados ao discurso de V. Ex. levaram a essa crença. Inclusive — ausente, infelizmente —, temos que citar, na ausência, o Senador Pompeu de Sousa, quando falou sobre o assunto.

E essa parte final da página 8º do discurso de V. Ex., quando diz:

"Ora, é por demais conhecido que a continuidade dessa transferência tende a obstaculizar o crescimento, seja pela retração dos investimentos, seja porque realmente eles estão acoplados a medidas econômicas de cunho recessivo que devem ser patrocinadas e monitorizadas pelo FMI."

E é aí o ponto central da nossa discussão. Dizia, ainda há pouco, num aparte que lhe deu o nobre Líder do PMDB e com o qual estou inteiramente de acordo neste ponto, quando ele diz que o Brasil tem uma alta taxa de tributação e arrecada pouco. V. Ex. falou em sonegação agora e é exatamente isso. Então, a grande parte do nosso problema está exatamente nisso, nós aumentamos a tributação e na medida em que aumentamos a tributação, incentivamos a sonegação.

O Sr. Ronan Tito — Ainda há os incentivos aí.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Outro ponto que se tratou aqui, ao invés de se taxar patrimônio, por exemplo taxam-se os salários e ainda se inventa o trileão, para cada um de nós fazer quatro vezes declarações ao ano e ser objeto de declaração de retenção de imposto na renda, sem correção monetária. Mas, quando chega o momento de pagar, o Governo exige a correção do débito. Confisco. Já falei sobre isso.

O Sr. Ronan Tito — Permite-me um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador Ronan Tito, para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Ronan Tito — Neste caso, eu já tenho pouca coisa a apelar ao nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, através da oportunidade que me dá o nobre Líder do PDS, Senador Jarbas Passarinho. Quando se fala da inépcia, da incompetência, e até com termos chulos, de alguns Ministros, a pergunta que vem é a seguinte: "É Ministro de quem? De que regime? Será que, então, o Governo estava às moscas, cada Ministro fazendo o que queria?". Este é o caos total! E, para aceitar esse raciocínio, vou aceitar uma denúncia da maior gravidade. Quer dizer, cada Ministro faz o que quer, o que não aceito. Por isso mesmo, defendendo o Governo do Senhor José Sámy, no que tange a isto, quero pedir ao Senador Rachid Saldanha Derzi retire aqueles termos ofensivos aos Ministros do Governo do Senhor José Sámy. Outra coisa que gostaria de dizer é que tratásssemos a questão da dívida externa com menos emoção. Noutro dia, por exemplo, fiz um elogio muito grande ao Senador Roberto Campos — vejam como é que estão os tempos. O Senador Roberto

Campos e eu acabamos "trocando juras de amor" num debate sobre a dívida externa, na Comissão da Dívida Externa. S. Ex. analisou a dívida externa e eu disse, no final: "V. Ex." e eu discordamos muito pouco". Eu disse-lhe: "Quando V. Ex. fala em calote, quando estamos discutindo parte da dívida, posso falar, por exemplo, em chantagem. Que os credores são chantagistas, porque nos ofereceram spread, prime rate que, somados, não chegavam a 3% e, de repente, unilateralmente, elevaram para 22%, subindo o total da dívida para 35 bilhões de dólares...".

O SR. JARBAS PASSARINHO — Para cobrir programas internos.

O Sr. Ronan Tito — Para cobrir programa que, sabemos muito bem, é o da Guerra nas Estrelas, cujas taxas foram elevadas bruscamente. Então, como vamos chamar? Vamos chamar o Presidente Reagan de chantagista? Não fica bem e não é assim. Temos que analisar com alguma frieza e com muita acuidade a questão da dívida externa. Também vamos ver a questão da moratória. Não fizemos moratória coisa nenhuma, suspendemos os pagamentos unilateralmente, porque não tínhamos dinheiro em caixa...

O SR. JARBAS PASSARINHO — Esta é que é a verdade.

O Sr. Ronan Tito — Esta é a grande verdade. Estávamos com reservas confessadas de três bilhões de dólares e não tínhamos dois e meio bilhões. V. Ex., inclusive, denunciou um mecanismo que, às vezes, os Ministros são obrigados a fazer, para não ficarem a descoberto diante da população e diante da comunidade internacional. Estávamos sem dinheiro, vamos falar a verdade, tanto que não deixamos de pagar, em nenhum momento, ao Banco Mundial, não deixamos de pagar ao Banco Interamericano, não deixamos de pagar ao FMI. Deixamos de pagar, por absoluta impossibilidade, os bancos particulares. Não tínhamos recursos. O tema é extraordinário e gostaria de voltar a ele mais vezes, apenas solicitando dos companheiros, dos Srs. Senadores, dos nobres pares, tratássemos do assunto com menos emoção. Queria falar um pouco sobre a questão do déficit. Há pouco comecei a tocar no déficit, mas saí do assunto. Sabe por que saí do assunto, nobre Senador Jarbas Passarinho? Sabe quem mais entende de déficit neste País? É a dona-de-casa. V. Ex. já pensou na mulher do operário que tem de gerir dez mil cruzados por mês? Ela tem que pensar no déficit vinte e quatro horas por dia. Vamos acabar com essa panacéia do déficit. A contabilidade só tem duas colunas: débito e crédito...

O SR. JARBAS PASSARINHO — E, ela não tem a vantagem do Ministro da Fazenda, ela não tem a maquineta para produzir dinheiro.

O Sr. Ronan Tito — Exato. Ela tem de enfrentar essa situação. O déficit é político, não é técnico. Por que é político? Porque as autoridades monetárias, em consonância com o Presidente da República, sempre ad referendum, e até, diria, antes, deveriam submeter ao Presidente da República, dizendo: "Vamos cortar aqui e tributar mais aqui". Só isto. O déficit é político, não é técnico. Tínhamos, então, passar um atestado de incompe-

tência às nossas autoridades monetárias e de supercompetência às mulheres dos trabalhadores. Está sendo muito proveitosa para mim a aula que o Senador Jarbas Passarinho nos proporciona, como sempre o faz, não com pretenção, e sim com muita acuidade, muita leveza e de modo sereno. Vamos continuar seguindo o conselho do decano, o nosso Senador o mais antigo. (Apontando Nelson Carneiro.)

O Sr. Rachid Saldanha Derzi — É o Senador Afonso Arinos.

O Sr. Ronan Tito — Estou perguntando a V. Ex^a, Senador Nelson Carneiro, concorda que ele seja o decano?

O Sr. Nelson Carneiro — Concordo, nobre Senador.

O Sr. Ronan Tito — É o tipo do privilégio do qual S. Ex^a abre mão tranquilamente. Façamos deste plenário o local dos grandes debates, dos debates dos grandes temas brasileiros e internacionais. V. Ex^a deu uma dimensão muito grande ao assunto. É claro que não concordo com algumas críticas que V. Ex^a faz. Voltaremos a debater o tema, pelo menos este é o meu anseio.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, concluso, por que já não tenho nem condições de me desculpar, mas acho que é exatamente o fascínio do tema sobre todos nós que levou a esta prorrogação de tempo que V. Ex^a muito generosamente admitiu.

Concluindo dizendo que lastimo que o meu inicio, por ser um homem polêmico, e o Senador Ruy Bacelar o é, tenha sido prejudicado em parte pela reação que tive — diria talvez até de amor próprio, à flor da pele —, em relação à palavra "traidor". Foi isto o que me agredeu de início.

Apenas não charmaria todos aqueles que votaram em 5 anos de traidores, evidentemente. Há que separar-se o joio do trigo. Mas quanto ao problema fundamental, por exemplo, agrada muito até ouvir do Senador Ruy Bacelar que ele não é contra alguma negociação com o FMI. Isto me parece muito importante. Como também eu não tinha interpretado como o Senador Marcondes Gadelha, que a palavra do Líder do PMDB, do orador do PMDB, que no caso foi o Senador Ruy Bacelar, que fosse baseado na pura e simples pregação do calote, não. Também não entendi isso.

O Sr. Marcondes Gadelha — Senador Jarbas Passarinho, não usei a palavra "calote" nenhuma vez. Simplesmente disse...

O SR. JARBAS PASSARINHO — A palavra "calote" foi usada pelo Senador Ruy Bacelar, em contraposição.

O Sr. Marcondes Gadelha — Não usei "calote", simplesmente entendem os Senadores que devemos manter o *status quo*, a moratória, não pagar.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas há quem defenda o calote. Os partidos de esquerda radical, por exemplo, partem do princípio de que a dívida já foi paga várias vezes, e, portanto, não se deve pagar mais. E o General Serpa? Sobre o General Serpa prefiro silenciar, porque eu disse uma vez ao Deputado José Bonifácio de Andrade,

o mais velho, que os Andradas eu os prefiro à paisana, e o General Serpa é Andrada.

Lembraria apenas, para concluir este debate, que me foi agradável, apesar do começo meio perturbado por nós dois, o Senador Ruy Bacelar e eu, o último ponto salientado pelo Senador Ronan Tito. Já ouvi pessoas que defendem com a maior veemência que o Governo faça a redução pronta, eficaz, do seu déficit público. Mas aí coloca uma condição, desde que não seja investimento.

Ora, não sendo investimento vai ser custeio, se é custeio é por administração e pessoal. Então, vai o funcionário público pagar para resolver o problema do déficit público, ele sozinho? Nunca. Isto não teria sentido.

A matéria, como V. Ex^a disse, Senador Ronan Tito, tem que ser discutida sem paixão, ela já é explosiva, vamos evitar que esta explosão se dê num momento de discutir isto, e o Senado tem um papel relevante, que infelizmente ou felizmente, não sei, com o funcionamento da Constituinte se apaga, se esmaece um pouco; porque estamos tendo oportunidades como esta, quando não se faz reunião na Constituinte, faz-se uma sessão no Senado, até inesperadamente.

O assunto é de maior importância, agradeço a todos os Srs. Senadores os apartes que me foram dados, e volto a dizer que neste ponto não tenho nenhum tipo de constrangimento de elogiar o acordo que foi feito. Acho que em relação ao que deixamos no fim do Governo João Figueiredo, este é melhor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello, para breve comunicação.

O SR. AUREO MELLO (PMDB — AM) Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo apenas dar ciência à Casa, e especialmente me dirigir à Presidência da Petrobrás, de que no distante Amazonas essa empresa fez uma tornada de preços para o transporte do óleo proveniente de Urucum, onde começou a jorrar essa riqueza brasileira.

Por motivo realmente não explicado, exclui dessa concorrência a empresa estatal, que é a viga mestra, a principal de toda a Amazônia, Enasa — Empresa de Navegação da Amazônia S/A.

Em forma de apelo, solicito ao Sr. Presidente da Petrobrás examine este assunto, para que não seja a Enasa desestimulada em uma das suas missões e possa concorrer em pé de igualdade com as empresas privadas existentes na Amazônia.

Era só o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemburg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (MG. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr Presidente, Srs. Senadores:

Volto, hoje a tribuna, para, mais uma vez, analisar e debater com os nobres Colegas a situação dos rios navegáveis em Minas Gerais.

O Estado de Minas Gerais é dotado de excelentes rios que proporcionam grandes trechos na-

vegáveis e ainda excelentes potenciais energéticos.

Na imensa rede hidroviária brasileira, estimada em 50.000 km, Minas conta com bacias hidrográficas privilegiadas não só pelas extensões navegáveis de seus rios, mas especialmente pelos acidentes topográficos que propiciam cachoeiras e corredeiras que atendem facilmente ao grande fator de progresso que vem a ser a energia.

Julgo, portanto, trazer ao conhecimento do Senado um estudo do renomado Engenheiro João Gomes, que aborda com profundo conhecimento este momento fundamental problema de vital importância para o nosso desenvolvimento.

Rio São Francisco e afluentes; rios Doce, Paraíba do Sul e Jequitinhonha.

Do estirão navegável de cerca de 1.300 (médio São Francisco) entre Pirapora e Juazeiro/Petrópolis; 465 km encontram-se em Minas Gerais.

Este trecho está compreendido entre Pirapora e a foz do rio Carinhanha que serve de limite com o Estado da Bahia, e tem profundidade mínima de 1,50m em 90% do tempo, o que permite um tráfego permanente de grandes comboios através de dragagens periódicas que já se realizam, proporcionando assim o transporte de grandes cargas a baixo custo unitário, especialmente da gipsita extraída da chapada do Araripe em Pernambuco, e em grande parte destinada às fábricas de cimento de Minas Gerais, além do crescimento dos fluxos a serem movimentados nesta área de influência do rio, como grãos agrícolas, carvão vegetal, insumos agrícolas, sal, cimento, rocha fosfática, produtos siderúrgicos etc, etc.

Toda esta carga em movimento pelo rio teria o seu transbordo no porto de Pirapora para as modalidades rodoviárias, até seus destinos.

O Médio São Francisco além de ser o segmento que recebe os maiores afluentes, apresenta a menor declividade média de todo o curso.

Os principais portos, com relação à movimentação de carga neste trecho do São Francisco, em Minas Gerais, são: Pirapora e Itacarambi.

O Porto de Pirapora é de responsabilidade da Portobrás e está localizado no município de Pirapora, na margem direita do rio, e suas características físicas operacionais são excelentes, além do acesso hidroviário, dispõe de acessos rodoviários — possui armazéns, para carga geral, com 1.026m², área portuária de 104.000 m², pátio de 15.420m², acostagem, equipamentos fixos e móveis e outras instalações.

O Porto de Itacarambi, onde se registra o fluxo principal de carvão vegetal destinado a Belo Horizonte, através do porto de Pirapora, está localizado à margem esquerda do rio na cidade do mesmo nome.

O Porto só dispõe de um guindaste, e não existe cais, as embarcações acostam na barranca do rio, como em outras localidades à beira do rio e ao longo do trecho descrito.

O Trecho: Pirapora/Foz do Carinhanha — 465 km — Naturalmente navegável. Profundidade mínima — 1,50 m.

No alto São Francisco, 168 km a montante de Pirapora foi construída a barragem de Três Marias, com a finalidade principal de regularizar a descarga do rio, produzir energia elétrica.

Neste trecho do rio a navegação é interrompida, por corredeiras, porém, prevê-se a construção de

barragens que permitirão a navegação e mais produção de energia elétrica.

O Trecho: Pirapora/Remanso de Três Marias — 140km
— Navegação interrompida

Com a Barragem de Três Marias (não eclusada) criou-se um novo trecho navegável constituído pelo reservatório, de cerca de 150km de extensão, isolado do Médio São Francisco por um trecho não navegável, entre Porto das Andorinhas e Igatama, com cerca de 200km, porém muito sinuoso, estreito e não utilizado para a navegação.

Dos vários afluentes navegáveis do São Francisco, em território mineiro, destacam-se o Paracatu, navegável 150km com profundidade mínima de 1,10m — em 90% do tempo, entre a sua foz no São Francisco e Porto Cavalo, e daí, numa extensão de 240km até Buriti, somente navegável nas cheias, e o Rio das Velhas por cerca de 92 km somente nas cheias entre sua desembocadura no São Francisco, na localidade Guaiacu e as proximidades da corredeira do Alívio.

Neste rio (Velhas), em 8 de março de 1869, o navio "Saldanha Marinho", montado em Sabará-MG, realizou a primeira viagem experimental. Essa embarcação trafegou no Rio São Francisco pela primeira vez em 3-2-1871, e, foi consequência do estímulo proporcionado pela Assembléia de Minas Gerais que ofereceu no ano de 1866, um prêmio de 50 contos ao primeiro empresário que estabelecesse no Rio das Velhas navegação regular a vapor. Este fato é documentado pelo erinante engenheiro Eduardo Moraes na sua exemplar obra "Navegação-Interior do Brasil", edição de 1869.

Dentre outros rios menos importantes (afluentes do São Francisco) poder-se-ão citar, os abaixo relacionados, somente navegáveis nas cheias:

- Rio Paraopeba — da foz a 66km a montante;
- Rio Jequitá — da foz a Vila da Barra, 155km;
- Rio Indaiá — da foz a 79km a montante;
- Rio Abaeté — da foz a 53km a montante;
- Rio Verde Grande — da foz a Vila Barreiros, 167km;
- Rio Pará — da foz às proximidades Pitangui, 70km;
- Rio Urucuia — da foz a Cachoeira de Poço Fundo, 138km;
- Rio do Sono — da foz a Cachoeira das Almas, 62km;
- Rio Pardo — da foz a 60km a montante;
- Rio Carinhanha (Minas/Bahia) — da foz a Corr. de Maruá, 80 km.

O Rio São Francisco — naturalmente navegável — 965km; navegável nas cheias — 1.310km.

Grande maioria destes rios de cheias, têm condições técnicas e econômicas de se tornarem navegáveis, desde que concebidos sob a ótica do aproveitamento múltiplo, dentro da conceção mais moderna do momento.

Sabe-se ter a hidrovia um efeito descentralizante, são versáteis, podendo nelas trafegar todo tipo de barco, descongestionam as rodovias de cargas pesadas, evitam que se criem o monopólio em relação à ferrovia, dispõem de reservas de capacidade de transportes consideráveis e custam muito menos, desde que considerados os vários fatores de aproveitamento da bacia hidro-

gráfica de cada rio, e a potencialidade das suas áreas de influência.

No caso do São Francisco, para o seu plano de desenvolvimento, é importante o prolongamento da navegabilidade do trecho médio até um centro populoso e industrial, como Belo Horizonte, que pode ser efetuado com obras de aproveitamento múltiplo para a produção de energia hidroelétrica, irrigação e saneamento. Aproximando-se o esgotamento dos grandes mananciais de energia elétrica, e com o encarecimento progressivo da energia térmica, tornar-se-á obrigatório e economicamente viável o aproveitamento de rios de menor porte como o Velhas e o Paraopeba, duas alternativas para a solução desse problema. Esse empreendimento seria um complemento de alto valor para o desenvolvimento agrícola do Médio São Francisco, com base na irrigação.

As luzes de Juiz de Fora, acessas pela primeira usina hidroelétrica construída no País, são, em 1889, por ato criador de um mineiro moço e rico que não freqüentava universidade mas possuidor de uma visão extraordinária. E a usar essa primeira água brasileira para gerar eletricidade — a primeira na América do Sul que o fazia — já então deslumbrava a riqueza que viria produzir a energia barata e farta extraída dos nossos rios brasileiros.

Em 1826, isto é, quatro anos após a emancipação política no Brasil, erguia-se, já no seio de sua representação nacional, uma voz eloquente a favor do aproveitamento total dos nossos rios.

E, experimentando um sentimento de orgulho, reproduzo parte aqui do notável discurso pronunciado na sessão de junho do referido ano, pelo então Deputado Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia e Marquês de Santa Cruz:

"Todas as nações cultas e policiadas, dizia o virtuoso prelado, têm olhado como um dos primeiros objetos dos seus cuidados e da sua vigilância, a navegação dos rios, a abertura de canais e estradas que facilitam a mais pronta comunicação entre os diferentes pontos da superfície dos seus Estados, todos esses veículos e meios de comunicação são como veias que fazem circular o sangue e os espíritos vitais da cabeça às extremidades, e das extremidades à cabeça do corpo político."

RIO PARAÍBA DO SUL

A Bacia do Paraíba do Sul que mede 57.000km², e com 39% dessa área em Minas Gerais, tem relativo significado econômico para o Estado, isto porque somente o Muriaé e o Pomba são naturalmente navegáveis em pequenas extensões, respectivamente, 46km e 15km da foz, o que é inexpressivo como meio de transporte, mas que poderá ter grande importância em aproveitamentos hidroelétricos.

A franca navegabilidade do Paraíba deveria ser implantada, alargando a sua influência por maiores áreas como em seus tributários Preto — Paraiuna, servindo a Juiz de Fora, Pomba e Muriaé.

O rio Paraíba do Sul além de ser acompanhado em grande extensão por rodovias e ferrovias das mais importantes do Brasil, está encravado na mais próspera região do País.

A via navegável do Paraíba, no seu todo, teria ainda efeito benéfico para os outros meios de transporte, paralelos, principalmente para as rodovias, pois contribuiria para aliviá-las de certas categorias de tráfego pesado, incômodo e incon-

veniente, que as desgastam e as congestionam, causando grandes prejuízos materiais e humanos e obrigando o Governo a novas duplicações.

Esta referência insere-se no contexto do tráfego intenso Rio-São Paulo, mas com grandes reflexos na economia de Minas Gerais, que lucrará extraordinariamente se vier a contar com uma via navegável contínua e moderna, atraindo para suas margens a maior parte das indústrias, não só devendo ao transporte econômico que propicia, como pela abundância de água doce tão necessária ao desenvolvimento industrial.

Rio Jequitinhonha

A Bacia do rio Jequitinhonha tem a área de 70.700 km², sendo 95% no Estado de Minas Gerais, e salvo no trecho médio a bacia é dotada de fraco índice pluviométrico. É considerada uma região problema.

Conclui, o erinante prelado Marquês e Deputado dizendo: "A imaginação, Sr. Presidente, levantando o véu do futuro entra e contempla já com prazer a riqueza e prosperidade que com tais recursos devem afluir em todas estas províncias, e por necessária consequência, em todo o Império".

Rio Doce

A Bacia do rio Doce mede 84.700 km², dos quais 87% estão situados no Estado de Minas Gerais. Nesta Bacia estão localizadas grandes jazidas minerais, avultando as notáveis jazidas de minério de ferro de Itabira.

A estrada de ferro Vitoria-Minas, acompanha o rio Doce desde a confluência com o Piracicaba, em Ipatinga até cerca de 20 km a jusante de Colatina-ES, é uma das mais eficientes do Brasil, não obstante, este rio pelas extraordinárias circunstâncias de ter em sua bacia volumosas jazidas de minério de ferro de alto teor, e de oferecer um traçado da mais baixa resistência na direção do mar, tem sido objeto, ao longo dos anos, de vários estudos para transformá-lo em uma via navegável.

As circunstâncias de eficiência, e possibilidade de duplicação da via férrea são dados limitativos, à grande hidrovia, que acreditamos somente encarando o aproveitamento múltiplo, produção de energia pela série de usinas estudadas e viáveis economicamente, e do transporte de minério em grande escala, quando for exigido maior tonelagem para exportação, justifica a criação dessa via de grande gabarito, que seria a via tão brilhantemente propugnada na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados em 1972 pelo ilustre engenheiro Wilkie Barbosa, então Presidente da Acesita, que defendeu a necessidade de pleno êxito dos programas siderúrgicos, de exportação de maior quantidade de minério e de outros produtos, e de importação de carvão.

Não há nenhum trecho do rio Doce em Minas naturalmente navegável, e por conseguinte não existem aspectos operacionais por enquanto.

É um rio que dispõe de ótimo potencial hidroelétrico, e que se criteriosamente conduzido o seu aproveitamento, influirá consideravelmente no desenvolvimento de todo o vale, dando-se atenção a atividades tradicionais, como a agricultura irrigada, a pecuária e a piscicultura, além de proporcionar a melhor exploração da jazida de minério de ferro de bom teor e grande volume em

Porteirinha, o que permitirá abrir novas perspectivas para a região.

Outro fator favorável é o reflorestamento para a produção de celulose, ou de cavacos de madeira, destinados a exportação por uma subsidiária da Vale do Rio Doce.

É evidente que, com tais perspectivas à vista, há de se cogitar na possibilidade de estender a navegabilidade do Jequitinhonha até onde economicamente for viável, não obstante, nas presentes circunstâncias, o Vale do Jequitinhonha constitui-se hoje em região pobre em face do esgotamento das jazidas de pedras preciosas, além da pouca ocorrência de ouro; no entanto outras potencialidades se desenvolverão, através das atividades industriais, que virão pela energia elétrica produzida pelos vários aproveitamentos hidráulicos ao longo do rio, e que já foram estudados.

O rio Jequitinhonha, com sua bacia quase toda localizada em Minas Gerais, é também um rio de considerável extensão, 1.080 km, desde suas nascentes no Município do Serrão até sua desembocadura no Atlântico, e tem alguns estíries navegáveis, interrompidos por muitas corredeiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A histórica decisão da Assembléia Nacional Constituinte, adotada na última quarta-feira, assegurando a aplicação dos recursos federais — do Orçamento Fiscal e empresas estatais — dentro de critérios de densidade demográfica, foi saudada com imensa alegria em meu Estado, com registro obrigatório nos principais órgãos de comunicação social.

O dispositivo transitório, acolhido consagradamente por 399 votos contra apenas 26 e 12 abstenções, determina que, durante dez anos e, de forma progressiva, atender-se-á à norma inserida na parte permanente, ali incluída graças ao empenho do bloco parlamentar, habilmente estruturado, reunindo Norte-Nordeste e Centro-Oeste.

O jornal **O Povo**, em expressivo editorial, ressalta a magnífica conquista, fazendo-o de forma seguinte:

"ORÇAMENTO REGIONALIZADO"

Por uma esmagadora maioria — 399 votos a favor, 26 contra e 12 abstenções — a Assembléia Nacional Constituinte aprovou, em sua histórica reunião de ontem, fusão de emendas patrocinadas por sete representantes nordestinos, entre eles os cearenses **Mauro Benevides** e deputado **Aécio de Borba**, ratificando, no âmbito das disposições transitórias, o texto que já havia sido aprovado no corpo da futura carta política dispondo sobre a regionalização dos orçamentos da União e das empresas estatais.

Conforme o texto ontem aprovado, a regionalização orçamentária será completada no prazo de dez anos, distribuindo-se os recursos entre as regiões macroeconómicas, em razão proporcional à população, a partir da situação verificada no biênio 1986/1987. Para o Nordeste, que detém

mais de um terço da população brasileira, a decisão de ontem teve o sabor de um resgate dos recursos federais tradicionalmente transferidos à Região e que, a partir da Constituição de 1967, foram sendo paulatinamente retirados.

Na prática, significará que, a partir do exercício financeiro de 1988, entre 30 por cento e 40 por cento das dotações orçamentárias globais, tanto do orçamento geral da União como do programa de dispêndios das empresas estatais, terão de ser obrigatoriamente alocados no Nordeste, constituindo-se em fator extremamente importante para a alavancagem do seu desenvolvimento, e em passo indispensável a superação dos desequilíbrios regionais.

O processo de erosão dos recursos transferidos da União para o Nordeste teve início em 1970, com a criação do Plano de Integração Nacional — PIN — que desviou recursos essenciais ao desenvolvimento da Região para financiar a aventura frustrada da Transamazônica e alimentar a megolomania dos governantes de então.

De lá para cá, o processo intensificou-se, e mais recentemente, já sob a administração da Nova República, uma nova ofensiva foi tentada, desta feita sob o pretexto de revisão do regime de incentivos fiscais. Pretendia-se, sob a alegação, justa, de irregularidades na administração desses incentivos, simplesmente eliminá-los, como se esse fosse o remédio.

Foi necessário uma mobilização sem precedentes das bancadas do Nordeste na Constituinte, que se aliaram às das regiões Norte e Centro-Oeste, formando uma sólida base parlamentar, para que se reparasse a injustiça feita à Região. As reações isoladas de grupos de constituintes do Sudeste, especialmente de São Paulo, foram irrelevantes diante da determinação dos senadores e deputados nordestinos, nortistas e do Centro-Oeste.

A votação de ontem encerra uma experiência importante e um alerta: a aglutinação ocorrida não foi um episódio isolado e que será esquecido após elaboração do texto constitucional, mas o início de uma prática que se repetirá sempre que estiverem em jogo, no Congresso, os legítimos interesses das regiões menos desenvolvidas do País."

Sr. Presidente, como um dos cinco subscritores da emenda aprovada, sinto-me feliz por haver contribuído para a concretização de um antigo anseio das lideranças políticas, empresariais e comunitárias de nossa Região, informadas com as disparidades que distanciam o Nordeste de outras áreas geográficas do País.

Estaremos vigilantes, logo após a promulgação da Nova Carta, para que a letra constitucional seja cabalmente cumprida, beneficiando uma região até aqui discriminada no contexto nacional.

Saudo, pois, a nossa Representação parlamentar, pelo auspicioso triunfo cuja repercussão sócio-económica estimula toda a sociedade civil nordestina. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É hoje o ancião desprotegido, é hoje aquele homem que vê, a cada fim de mês, diminuir o poder aquisitivo do já reduzido salário que recebe. É ele o Funcionário Público aposentado, cuja data comemorativa repete-se, a cada ano, em 17 de junho.

Mas comemorar o quê, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Vimos, há alguns dias atrás, os grupos que lotavam os salões, corredores e galerias deste Congresso Nacional. Eram os homens e mulheres que poderiam ser nossos pais e mães, ou, talvez, nossos avós. Rostos cansados pela luta, peles enrugadas pelo tempo, olhos opacos pelo desânimo e pela desilusão. Foram os homens e mulheres que construíram o mundo que existimos hoje; são os homens e mulheres por nós marginalizados no mundo que construíram — os Funcionários Públicos do passado, agora aposentados.

E que buscavam eles, Srs. Senadores, neste nosso recinto de trabalho? Que anseio os deslocou até aqui, vindos dos mais longínquos pontos do País, para desembarcarem carregando seu farrinho de esperanças? Buscavam apenas a mais comum justiça, a justiça de uma remuneração satisfatória para seu sustento, como pagamento pelo trabalho executado ao longo de suas vidas.

No correr de minha carreira política, tenho-me preocupado, constantemente, com a situação do servidor público civil brasileiro. E, numa luta sem tréguas, busquei proporcionar a esses homens e mulheres, entre os quais me incluo, o direito à vida decente a que fazem jus todos os que lutaram em honesto trabalho.

Ocupando a Presidência da Comissão do Serviço Público Civil, neste Senado Federal, promovi a campanha "Provocando o Debate", na qual foram colhidas, em todo o Brasil, as opiniões do servidor público sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos da União, a ser discutido em Simpósio Nacional.

Posteriormente, publiquei também as "Conclusões" do citado simpósio, onde, em estudo comparativo, foram destacados o anteprojeto existente, as sugestões dos funcionários públicos e os destaques oferecidos.

Assim agindo, procurava apenas divulgar informações que orientassem meus ilustres Pares na elaboração de um Estatuto que deveria satisfazer aos anelos, às queixas, às reivindicações daqueles que sacrificam seus dias em prol da coletividade.

Mas chega o dia em que o trabalho já começa a pesar, insuportavelmente, nos ombros cansados dos homens esgotados pela rotina de toda uma vida. É nessa hora que os jovens de ontem atingem, finalmente, a sonhada meta da aposentadoria, respiram com o alívio do dever cumprido e planejam a realização dos sonhos acalentados no correr dos anos. É nessa hora, também, que a realidade desaba de chofre sobre o servidor aposentado porque o seu salário, cada vez mais insignificante, nem sequer é suficiente para uma precária sobrevivência e jamais poderá ser instrumento para a concretização dos sonhos de uma vida.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, encontramo-nos, atualmente, escrevendo a Carta que regerá os destinos desta Nação. Com satisfação pudemos votar uma Lei mais justa, equânime, aberta em relação aos direitos do servidor aposentado.

Os arts. 46 e 47 dos textos aprovados concedem não somente a aposentadoria integral, mas garantem, também, que "os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria...".

É uma vitória, Srs. Senadores, e re jubilo-me por ter dela participado ao votar favoravelmente os citados artigos. Ganhamos uma batalha, mas ainda não alcançamos a vitória final porque ainda nos restam etapas a enfrentar em nossa escalada rumo à efetivação do que ora escrevemos. É preciso que estejamos alertas, não só enquanto Constituintes, mas também quando formos redigir as leis ordinárias e complementares, para que os avanços ora alcançados não venham a naufragar nas ondas da indiferença e dos interesses menores.

Se não nos preocuparmos — nós, a geração do presente — com o respeito devido aos homens do passado, o que estará a nós reservado, dentro de alguns anos, pelas gerações que construirão o amanhã? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolemberg) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência convoca sessão extraordinária do Senado Federal a realizar-se segunda-feira, às 10 horas e 30 minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 97, de 1988, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Doutor José Reinaldo Carneiro Tavares, para, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 22, de 1988, prestar esclarecimentos a respeito de assuntos pertinentes à sua pasta.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 102, de 1988, de autoria do Senador Mendes Canale, solicitando, nos termos regimentais, informações ao Senhor Ministro da Fazenda, através do Gabinete Civil da Presidência da República, para instruir as Mensagens nº 124 e 125, de 1988, do Senhor Presidente da República.

3

eMensagem nº 132, de 1988 (nº 234/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir 16.700.000,00 Obrigações do Tesouro do Estado — OTRJ, elevando temporariamente o limite da sua dívida consolidada. (Dependendo de parecer.)

4

Mensagem nº 133, de 1988 (nº 235/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar

operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.750.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

5

Votação, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 145, de 1987 (nº 242/87, na origem), de 14 de agosto de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Murilo Gurgel Valente, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia.

6

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 158, de 1987 (nº 258/87, na origem), de 25 de agosto do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Índia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal e República do Sri Lanka.

7

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 206, de 1987 (nº 319/87, na origem), de 24 de setembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Aderbal Costa, Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana, para, cumulativamente, exercer a função de embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

8

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 210, de 1987 (nº 334/87, na origem), de 9 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa, Embaixador do Brasil junto à República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo.

9

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 211, de 1987 (nº 335/87, na origem), de 9 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Guy Marie de Castro Brandão, Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia.

10

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 231, de 1987 (nº 392/87, na origem), de 30 de outubro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jayme Villa-Lobos, Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, para, cumulativamente, exercer a função

de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné — Equatorial.

11

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 445, de 1987 (nº 642/87, na origem), de 3 de dezembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Seabra de Noronha, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Covaite.

12

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 446, de 1987 (nº 643/87, na origem), de 3 de dezembro de 1987, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Raymundo Nonnato Loyola de Castro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas.

13

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 39, de 1988 (nº 37/88, na origem), de 19 de janeiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

14

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 56, de 1988 (nº 66/88, na origem), de 2 de fevereiro de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Trindade e Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

15

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 79, de 1988 (nº 105/88, na origem), de 12 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.

16

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 80, de 1988 (nº 106/88, na origem), de 12 de fevereiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

17

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 101, de 1988 (nº 128/88, na origem), de 15 de março de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Renato Prado Guimarães, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.

18

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 108, de 1988 (nº 148/88, na origem), de 4 de abril de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Rubens Antonio Barbosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador na delegação permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração.

19

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 110, de 1988 (nº 159/88, na origem), de 20 de abril do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Asdrubal Pinto de Ulysséa, Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, para, cumulativamente exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre.

20

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 111, de 1988 (nº 160/88, na origem), de 20 de abril de 1988, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Embaixador do Brasil junto à União das Repúblicas Soviéticas, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da Mongólia.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rolemberg) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 40 minutos.)

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução nº 059, de 1987, destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

15ª REUNIÃO, REALIZADA EM
7 DE JUNHO DE 1988

Aos sete dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e oito, às nove horas e quarenta e quatro minutos, na Sala da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Dirceu Carneiro e Mauro Borges reuniu-se a Comissão

Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pelas importações de alimentos por órgãos governamentais.

O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, convocando a depoente, Senhora Maria Eliza Benetton, para prestar o juramento de praxe.

Em seguida, o Senhor Presidente passou à fase interpellatória concedendo a palavra ao Senhor Relator Senador Mauro Borges, que questionou a depoente a respeito de sua formação profissional, de como foi indicada para trabalhar na SEAP, sobre suas rotinas operacionais, qual o tipo de relacionamento entre a SEAP e o CINAB durante o período em que esteve prestando serviços ao Ministério da Fazenda, quais os critérios levados em conta pela SEAP/CINAB na definição dos preços de compra e de venda dos produtos dos estoques reguladores, sobre a importação de carne, milho, leite e arroz durante o Plano Cruzado. Por diversas vezes, a pedido do Relator, a Assessoria prestou esclarecimentos à Comissão sobre o assunto em questão.

Finalizando, o Senhor Presidente solicita à depoente que teça considerações a respeito de pontos que pudessem esclarecer os trabalhos da Comissão, que sejam do seu conhecimento e que não lhe foram perguntados. A depoente informa à Comissão que a política de abastecimento foi dificultada sobremaneira devido a reforma administrativa até então não concluída.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Ferreira da Cruz — Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com os apanhamentos taquigráficos.

ANEXO À ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO N° 059, DE 1987, DESTINADA A APURAR AS IRREGULARIDADES E SEUS RESPONSÁVEIS PELAS IMPORTAÇÕES DE ALIMENTOS POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS REALIZADA EM SETE DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO, NA SALA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ÀS NOVE HORAS E QUARENTA E QUATRO MINUTOS, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DA SRA. MARIA ELIZA BENETTON QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Dirceu Carneiro
Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista
Relator: Senador Mauro Borges
(Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Declaramos aberta mais esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Convidamos a depoente Maria Eliza Benetton para fazer o juramento de praxe, aqui, diante da Mesa. Convidamos todos a ficarem em pé, para ouvirem.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Juro, como devo de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de

Inquérito destinada a apurar as irregularidades e seus responsáveis pela importação de alimentos por órgãos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — De imediato, passamos a palavra ao Sr. Relator da Comissão, para que proceda às investigações que achar conveniente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Vamos dar início à inquirição da depoente, com perguntas sobre vários ângulos dos problemas da importação de alimentos, lembrando à depoente que, provavelmente, algumas perguntas não estarão totalmente completas e podem até faltar. Então, quero deixar claro que há todo o interesse em que a testemunha possa estender sua resposta além do que foi perguntado, para esclarecer ângulos que devam ser melhor enfocados. Assim, ela pode se estender sobre coisas que não foram perguntadas, mas que são importantes para um melhor esclarecimento daquilo que aconteceu e para que se possam tomar as providências necessárias.

Qual é a formação profissional da Sra?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Sou engenheira agrônoma, fiz pós-graduação em Economia e sou, atualmente, pesquisadora científica da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Isso já há 15 anos e meio.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Muito bem. Em que instituições a Sra trabalhou antes de ingressar no Ministério da Fazenda, naquela época?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Principalmente — vamos falar da parte maior da minha vida — no Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, a maior parte do tempo. Acho que é o que marca a minha vida profissional. É um instituto de pesquisa na área de economia agrícola. É um instituto que tem praticamente quase 40 anos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como V. S. veio a trabalhar na SEAP? Quem a convidou? Em que termos foi colocado o convite? V. S. veio para resolver problemas surgidos por ocasião das importações de alimentos? Enfim, que circunstâncias levaram a Sra a ser convidada, quem convidou e em que termos foi colocado o convite?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Fui convidada pelo Secretário, José Carlos de Souza Braga, para prestar uma assessoria geral, de certa forma, à questão de preços, na Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, na época, principalmente na questão de abastecimento alimentar, uma assessoria nessa área.

Inciiei na SEAP um período, já próximo ao Plano Cruzado. Então, tranquilamente, esse convite estava ligado a problemas relativos à área de abastecimento e, principalmente, porque na criação do CINAB, dei assessoria sobre a questão da desorganização que existia no aparelho de Estado, administrativa, sobre a questão da administração do abastecimento.

São muitos os órgãos envolvidos: um órgão do Ministério da Indústria e do Comércio, outro do Ministério das Minas e Energia, outro órgão do Ministério do Planejamento, outro do Ministério da Agricultura, outro do Ministério da Fazenda; eram tantos órgãos que trabalhavam com essa questão de abastecimento, e cada um deles alocava

do em determinado Ministério, que achamos por bem — até o Ministro Funaro — a criação, antes do Plano Cruzado, no final de 1985, do CINAB, que era uma tentativa de concentrar-se o poder e as decisões num Conselho de Ministros, na medida em que os órgãos estavam espalhados nos mais diversos Ministérios e na medida em que se prometia uma reforma administrativa, que não veio até hoje.

Essa reforma administrativa na área de abastecimento, inclusive várias vezes eu fui chamada pelo José Carlos de Souza Braga, para me pronunciar e fazer trabalhos nessa área. Estive em reunião no Ministério do Planejamento, sobre a reforma administrativa, porque nessa área de abastecimento era premente essa reforma — e, até hoje, ela não saiu. Eu fui convidada pelo José Carlos de Souza Braga, dada já a minha participação na SEAP, nessa área de abastecimento e na minha assessoria em relação àquela montagem do CINAB.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S^{ta} já conhecia, anteriormente, o José Carlos Braga?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu conhecia mais ou menos, pois fui aluna da UNICAMP. Ele não foi meu professor, no ano em que eu estive cursando, ele ainda não era professor, ele estava viajando. No ano seguinte, quando ele voltou para Brasília...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Então, o que influenciou o seu convite não foi uma relação propriamente pessoal ou de interesse político, foi mais profissional.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Foi profissional. É claro que eu tinha conhecimento com amigos dele, isso eu não nego, mas eu não tinha um conhecimento tão grande.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S^{ta} era pessoa de confiança de quem? Do Ministro Funaro, do Secretário-Geral, João Baptista, do Assessor João Manoel, do Belluzzo, ou do Secretário da SEAP, José Carlos Braga?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu me considero de confiança dos três, José Carlos Braga, do Belluzzo e do João Manoel.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quais as responsabilidades de V. S^{ta} na SEAP, ao ser lançado o Plano Cruzado?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu era assessora, como estou dizendo, do Dr. José Carlos de Souza Braga, para assuntos de abastecimento, principalmente — não estou dizendo que era só na questão de alimentos, pois já o assessoriei na questão de farmácia, nos preços de remédio e etc. Mas, principalmente, na questão de alimentos, porque, inclusive, é a área que eu mais entendia e porque a questão alimentar estava problemática, importação e tudo mais. Então, eu prestava uma assessoria para o José Carlos de Souza Braga, no sentido de que todos os votos, todas as notas teriam que ser assinadas pelos dois Secretários, SEAP e CINAB. Então, qualquer problema que o José Carlos de Souza Braga encontrasse, ele poderia me chamar que eu estava por dentro — eu tinha participado de reuniões da Comissão de arroz, de milho, etc. Eu sempre acompanhava, de próximo, as reuniões mais im-

portantes, de arroz, de milho, de importação de carne, etc. Então, quando havia algum problema, que o José Carlos tinha que assinar alguma coisa que ele desconhecia às vezes ele me chamava e eu estava por dentro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando é que a S^{ra} foi trabalhar na SEAP?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Pelo que eu me recordo, com mais intensidade, creio que foi a partir de maio ou junho. Mas, já no plano cruzado, eu dei uma boa ajuda na SEAP, e logo depois, também.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quer dizer que a S^{ra} veio antes do Plano Cruzado?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Vim em fevereiro de 1986, mas meu convite foi depois.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quais eram as suas responsabilidades específicas, na SEAP, ao ser lançado o Plano Cruzado? V. S^{ta} era assessora? Qual era o seu trabalho?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Houve uma assessoria na área de confecção das tabelas. Foi a Sunab que fez as tabelas de alimentos, mas houve uma assessoria da SEAP nessa confecção das tabelas, em que eu auxiliei um pouco, na época do Plano Cruzado, na questão de informações ao público, porque no mesmo dia em que foi lançado o Plano Cruzado, iniciou-se uma série de telefonemas no Ministério da Fazenda, tanto por parte de entidades, como por parte do público em geral. Então, eu fui uma das responsáveis por instruir essas entidades e o público em geral do que seria esse plano; perguntas específicas inclusive, o que é isso, o que é aquilo, pessoas que estavam sem saber direito se usava a tablita, usava isso ou usava aquilo. Durante praticamente um mês e meio ou dois meses depois que saiu o Plano Cruzado, nós tivemos um papel bastante grande de esclarecimento. Quase que se montou uma centralzinha de esclarecimento, o que foi feito praticamente em vários Ministérios. Não só o Ministério da Fazenda, como o Ministério do Trabalho tinham alguma coisa relativa ao trabalho, o Ministério do Planejamento também tinha. Então, eu acho que durante o Plano — um mês ou um mês e meio — houve uma assessoria nessa área de informação.

Outra questão é a de importação. Eu prestei uma assessoria nesta área também, inclusive um estudo já propondo as necessidades de importação de milho, de arroz, de leite — nesse último caso, foi mais a implementação das importações, porque nós já importamos leite há dez, quinze anos; o Brasil importa leite já há muitos anos. Então, na questão do leite foi mais uma implementação da importação, e não início de um processo novo. E nós já importamos grandes quantidades de leite, tanto que o abastecimento de leite não deu muito problema, deu um pouquinho só num mês, depois foi o que acertou mais rápido, porque já tínhamos experiência sobre isso.

Na questão do milho — antes do Plano Cruzado —, do arroz e mesmo da carne, eu dei uma assessoria mostrando que ia faltar milho, ia faltar arroz, ia faltar carne. Por quê? Um dos motivos foi a seca. E, sem o Plano Cruzado, nós íamos ter que importar, no mínimo, três milhões de toneladas de milho. Esse era um dado sobre o qual eu

já tinha feito um estudo — não só eu mas, pedi a várias entidades que fizessem esse estudo: o IPEA me entregou um **paper** sobre isso, a própria CFP, pesquisadores de outras instituições, etc. porque não só eu fazia os estudos, como eu pedia para outros pesquisadores, para checar. Isso porque as nossas informações, no Brasil, não são das melhores, tanto do IBGE, como da CFP. Claro que é o que existe e tem uma certa qualidade, mas não são das melhores. Então, a gente procurava se prever em relação a isso. Eu estava preocupada e pensava: "Meu Deus do Céu, vai faltar tanto milho assim, três milhões de toneladas!" Então, eu procurava entrar em contato com outras áreas, com outras faculdades, com pessoas que trabalhavam na área — mas era esse o dado mesmo.

E depois do Plano Cruzado, com o aumento da renda — nós sabemos que aumentou —, a necessidade foi muito maior.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Havia uma rotina operacional à qual V. S^{ta} se submetia? Na SEAP, por exemplo, a quem cabia autorizar a emissão de vias pela CACEX?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — A CACEX é que emitia guias.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Era ela que expedia guias?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Aliás, só ela pode expedi-las.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas a CACEX fazia mediante autorização.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Mas tudo isso era decidido no Cinab.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quando se tratava de quem dava essa autorização?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Todas as decisões de importações foram tomadas pelo Conselho de Abastecimento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Pela Secretaria do SEAP - Cinab, ou só pelo Cinab?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Na realidade, a SEAP era a Secretaria Executiva do Cinab. Agora, quem tomava a decisão era o Conselho, não era nem o João Bosco sozinho.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quem tomava?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O Conselho de Ministros.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Conselho de Ministros se reunia, aparecia um voto lá, o resto era por conta do desenvolvimento das coisas?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Mas aí V. Ex^o se esquece, parece-me, que tinha um voto geral, que dava possibilidade de se fazer isso dado o momento, pois importava-se carne, peixe, deixava-se de exportar frango, e faltava comida ainda, ou seja, o aumento da demanda por alimento foi muito grande.

Então, tinham dois votos gerais importantes de se relembrar: um que é Constituição, é o que

tar com urgência. Esse é o que é a possibilidade. E havia um voto, inclusive, que norteava

a isenção de impostos para a CTA — um voto que foi aprovado no Cinab também —, para os alimentos básicos. Se chegasse, por exemplo, um pedido para importar perfume francês sem OF, a CTA o proibia e esse voto não existia. Mas um voto geral endereçado à CTA que permitia que a mesma isentasse toda importação de alimentos básicos, existia esse voto. Inclusive, fui eu que introduzi essa idéia. Lembro-me bem, por que pensei que iria começar a importar outras coisas como cogumelos, etc. e vai isentar, dentro do espírito. Daí introduzirmos esse voto. Mas, o norte da política era o Conselho.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Procurando especificar mais claramente, com mais precisão, a Sr. saberia dizer quem autorizava a CACEX a emitir as guias?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Sei, mas não estou lembrada, agora.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quem autorizava a CACEX, já que não fazia por gestação própria. Quem autorizava?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É claro que quem autorizava era o Cinab-SEAP. Se se tinha o voto geral da importação de arroz — já estávamos introduzindo arroz aqui no País, mas queríamos que entrassem no próximo mês mais tantas toneladas, então, a própria Secretaria Executiva, que era a responsável — no caso, foi na época do Moraes — eles podiam, dentro do voto mais geral, liberar a CACEX para emitir as guias. Eles eram Secretários de Abastecimento da Secretaria de Agricultura, dentro da SEAP/Cinab.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E a estipulação da quantidade a importar? Tudo era decidido por quem? Quem era a pessoa que dizia "faz assim"?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Tínhamos as comissões de milho, de arroz, de leite, formadas por técnicos. Não sei se V. Exª sabe, mas a SEAP tem uma máquina muito pequena, mas tem um técnico de milho, um de arroz, um responsável pelo leite — também na CFP e na Cobal temos isso. Então, formamos uma comissão técnica. O João Bosco houve por bem formar essas comissões técnicas que faziam o quadro de oferta de demanda e norteavam, dando um número X. É claro que além dessas comissões havia contatos com universidades, com outros institutos de pesquisa, com pessoas que já trabalhavam na área.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quem fazia a indicação dos importadores, naturalmente quando se tratava de importação não-oficial, não governamental?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Quem escolhia a iniciativa privada, eles se inscreviam na CACEX, onde há uma norma. Isso é uma coisa normal, cotidiana.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu queria saber como eram escolhidos os importadores e quem vai importar? Era o Ministro Funaro? O Ministro Vice-Presidente da Agricultura? Era o Secretário do SEAP? Quem era? Não sabe? Como eram escolhidos os importadores privados?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Há uma regra na CACEX sobre isso. A pessoa se inscreve e não há problema.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não é problema. É preciso que se esclareça, porque queremos ver como era feito, ter uma radiografia de como se fazia. Por exemplo, o cancelamento de uma importação que, depois de feito, por uma razão qualquer teve de ser cancelado. Se a testemunha não souber, pode dizer que não tem conhecimento de quem fazia. Quando nós fazemos uma pergunta, não quer dizer que nós desconhecemos. Às vezes, nós até sabemos, mas queremos confirmação. Então, quem cancelava as importações? A ordem do Ministro ou o Chefe do SEAP/CINAB resolvia? Era ele, naturalmente, a maior autoridade depois do Ministro, não?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Quem cancelava as importações?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Pergunto: se tivesse necessidade de cancelar quem faria isso?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Isso aí seria uma proposta, provavelmente da Secretaria Executiva, da SEAP e do Cinab, ou poderia até surgir de uma proposta de uma comissão técnica. Mas tinha que chegar a nível de Ministro, está certo?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Os documentos de ordem, "faz, não faz", eram feitos por telefone? Por telex? Por carta?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Sempre por telex. O telex é que é usado.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Alguns Ministro do Cinab tomava conhecimento dessas decisões ou indicava como elas deviam ser tomadas? Havia uma comunicação aos Ministros-membros para que eles acompanhassem ou não?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Só o que eu posso dizer é que nas reuniões do Cinab de que eu participei, tudo o que era feito era comunicado aos Ministros.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Existem documentos que comprovem isso?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Os próprios votos ad referendum eram levados ao conhecimento de todos os Ministros. E, isso, é um documento, claro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas esses documentos eram enviados aos Ministros. O Ministério que recebia deve ter, naturalmente, um arquivo dessas comunicações?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Isso eu não sei como que eles têm mantido. O que eu sei é que há um documento formado pelos votos. E, desse documento, todos os Ministros tinham consciência.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S. tem uma visão sobre a organização mais correta — é um assunto muito grande, que tornaria talvez meia hora; será melhor se houvesse algum trabalho escrito sobre isso no final, para responder a essa pergunta, porque ela é, naturalmente, longa. De certa forma V. S. já criticou a situação

da organização do abastecimento na ótica já realizada. Mas, haverá algum trabalho sobre isso?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Na época, nós fizemos alguns papers, que posso até procurar. Mas, a idéia básica teria que se concentrar no poder de decisão nas mãos de um Ministério.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Centralização da autoridade decisória.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Se se tem a coordenação política do Ministério, tendo órgãos em todos os outros Ministérios, e como pode funcionar uma coisa dessas? V. Exª pergunta se há alguma coisa por escrito. Não, mas há uma coisa brilhante na prática: quem coordena, quem decide sobre a importação de trigo há mais de dez anos, no País, é o Ministério da Fazenda, que tem um departamento no Banco do Brasil chamado Detrigo, que operacionaliza. E é tudo no Ministério da Fazenda, já há mais de dez anos. A compra é feita pelo Banco do Brasil — tem um departamento que funciona como comprador, outro como vendedor, o outro como distribuidor, tudo dentro do Ministério da Fazenda. Nunca se viu imprensa nenhuma, em nenhum lugar, falar que está faltando trigo, que está com problema, que está com isso ou aquilo, porque já há uma experiência acumulada de dez anos de se comprar no mercado externo, no Canadá, nos Estados Unidos, na Argentina, de se nomear navios, de se trazer o trigo, de se distribuir no País inteiro, mas por um Ministério, e não por vinte. Acho que uma boa coisa a se montar no País seria uma entidade importadora do tipo dessa que existe para o trigo, hoje. Acho que já tem até o modelo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como a Cacex era informada pela Seap/Cinab para liberar guias de importação? Era necessário um voto, uma resolução, ou bastava um telex? Houve casos de liberação de guia por telefone?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu não conheço nenhum caso de liberação de guia por telefone. Tudo era feito por telex: qualquer comunicado, qualquer liberação, etc. Não conheço nenhum caso de liberação por telefone. Eles ligavam para comunicar que estava sendo enviado o telex. Mas, caso de liberação sem telex, eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A S. Exª conhece casos em que, ou a Cacex tenha liberado guias de importação sem o voto ou a resolução do Cinab, ou que importadores tenham importado mais que as quantidades estabelecidas por este Conselho?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não conheço, não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Qual o tipo de relacionamento que houve, ao longo do tempo, entre Seap e Cinab, durante o período em que a S. Exª esteve prestando serviços no Ministério da Fazenda?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Um relacionamento bastante interessante. É aquilo que foi colocado no papel: a Seap era a Secretaria Executiva do Cinab — e era, de fato, pois cumpria muito bem essa função.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Por que no segundo semestre de 86, as relações entre

a Seap e o Cinab se deterioraram? O que teria justificado a necessidade da assinatura conjunta dos Srs. João Bosco e José Carlos Braga em todos os documentos expedidos?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Dada a situação de importação. Era uma verdadeira guerra administrar aquele volume de importações crescentes, principalmente ainda faltando produtos no mercado interno, faltando quase todas as proteínas: não se tinha ovo, não se tinha carne de frango, não se tinha peixe, não se tinha carne de vaca. Enfim, em relação às proteínas estava faltando quase tudo, só tínhamos o leite.

Então, aquela coisa de importar e querer que chegassem no dia, e cobra da Interbrás, cobra aqui, cobra ali, muitas coisas, provavelmente, passavam despercebidas para os dois Secretários. Então, acho que eles resolveram trabalhar em conjunto.

A minha idéia é essa, porque não existia problema em relação aos dois. Agora, é claro que um era de confiança do Ministro da Agricultura e o outro era de confiança do Ministro da Fazenda.

E eu acho, aí, que se pode existir alguma coisa, é uma questão conceitual, porque o Ministério da Agricultura, se atrasa a importação de milho, dizem logo que é lobby dos produtores. É uma questão conceitual, até.

Acho que devido tanto à questão mais conceitual, como o fato de que as coisas começaram a ficar difíceis mesmo, resolveu-se fazer isso. A minha impressão é essa, mas poderia afirmar com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quais os critérios levados em conta pelo Cinab/Seap na definição dos preços de compra e de venda dos produtos dos estoques reguladores?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O critério básico era o congelamento de preços. A que preço encontra-se o produto na tabela? Esse era o referencial de tudo: 1) para importação; 2) para a venda dos estoques do Governo — esse era o referencial, porque nós estávamos levando uma política de congelamento de preços — tinha que ser esse o referencial.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Bem, agora, especificamente sobre carne: estava na sua área de competência realizar negociações em nome do Governo com entidades nacionais representativas de setores produtivos e entidades internacionais ou governos de outros países?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não, não era minha competência.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quando ficou evidente que o abastecimento de carne poderia se tornar problemático, foi-lhe destacada alguma função especial para realizar estudos técnicos ou manter contatos com produtores?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Produtores rurais?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Do setor de carne.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Bem, eu tinha alguns contatos no sentido de procurar saber se eles iriam ou não produzir carne confinada

no inverno, para podermos nos nortear melhor sobre quantas toneladas iam ser produzidas de carne confinada, no sentido de se prever melhor a falta de carne no mercado interno.

Apenas esse tipo de contato de sondagem, devido à preocupação com a falta de carne, nada que fosse de decisão. Fiz, várias vezes, sondagem, no mercado internacional, de preços da carne.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Qual a sua opinião sobre as origens do problema ocorrido, então, com relação ao abastecimento de carne bovina?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Na realidade, nos últimos cinco anos — desde 1980 — estamos deixando de consumir carne no mercado interno. A produção de carne, nesse período, estacionou e o nosso consumo interno caiu em, mais ou menos, 500 a 600 mil toneladas, que é o que passamos a exportar.

Assim, de certa forma, tivemos um consumo per capita em queda nos últimos cinco anos no Brasil. Isso não estimulou os produtores a produzirem mais carne e, na realidade, nem o mercado externo estimulou, porque só se conseguiu colocar no mercado externo aquele excedente do que já se produzia.

Assim, não se tem, nos últimos cinco anos, um crescimento de carne. Só o que se deixava de consumir era exportado. Então, manteve-se a produção. Se consumirmos, vamos dizer, 2.200 mil toneladas de carne, passamos a consumir 1.700, 1.800, por que o resto era exportado. Não tinha nenhum crescimento da produção de carne. Esse era um problema.

O outro problema é que houve uma crise mesmo, em 1981/1982, que levou a um abate muito grande de matrizes. Então, tinha-se dificuldade de repor o rebanho rapidamente, também, ia-se ter dificuldade de repor rapidamente o rebanho. Isso também prejudicou bastante.

Outra coisa foi o crescimento muito grande da massa de salários depois do Plano Cruzado, crescimento esse que já vinha existindo desde 1985, mas muito lentamente, e, após o Plano Cruzado, foi rapidamente maior.

Nesse sentido, estourou a necessidade de carne no País. São esses pontos que explicam a situação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. S. acha que, se os produtores tivessem cooperado, teriam-se superado essas dificuldades?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quais as formas de cooperação que imagina que solucionaria...

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Primeiro, porque o preço combinado era um preço bom. Vamos trabalhar já com a negociação que o Governo fez na segunda rodada.

Digamos que, na primeira rodada, aos 215 não fosse tão bom, mas já era um preço, se se pega a série dos últimos dez anos, que não era ruim; o 215 já era um preço de alta, quando o preço da carne começa a entrar em alta. Mas, digamos que não fosse excelente.

Na segunda rodada, o Governo houve por bem negociar e colocou os 280 cruzados a arroba —

não sei se V. Ex^a se lembram da negociação. Não só 280 cruzados a arroba, como colocou, também, uma isenção de ICM, que passou de 17% para 1%.

Na realidade, o preço da carne e da arroba saia a 300 e poucos, que é muito acima da moda dos últimos dez anos.

V. Ex^a pode dizer: "V. S. está dizendo que, nos últimos anos, não cresceu a produção; então, o preço era ruim, porque, se não cresceu a produção, é porque o preço era ruim".

É por isso esses 280, mais a isenção do ICM, porque era muito acima da moda dos últimos dez anos. Queria estimular o produtor a produzir. E, assim mesmo, não entraram em acordo. Prometeram que iam entrar em acordo na reunião que houve entre o Ministro Iris Rezende e o Ministro Dílson Funaro, mas, na prática, não entraram, pois continuaram retendo boi, continuaram não abatendo.

Então, acho que não houve colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A resistência em cooperar dos produtores da carne bovina, seja da área agrícola ou industrial, contribuiu para o fracasso de, com o Plano Cruzado, resolver o problema econômico do País?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Acho que foi um dos fatores importantes.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A decisão de importar carne foi uma medida acertada ou poderia ter havido uma outra forma de resolver essa questão, sem recorrer à fonte externa do produto?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não tinha nenhuma outra fonte. Aliás, o Brasil já havia importado, em 1978/1979, na época em que cresceu um pouco o consumo — porque o País cresceu em uma época também difícil na produção de carne, que foi 1978/1979 — e se houve por bem importar, nesses dois anos, 300 mil toneladas de carne.

Então, já tínhamos experiência da importação de grande volume de carne. Essa não era uma coisa desconhecida. Nós já chegamos a importar, em dois anos, 300 mil toneladas de carne.

Então, não se poderia ficar num País sem todos os componentes proteicos, durante um período que podia ser até bem maior, porque o Plano Cruzado durou um ano, está certo? Não podia ficar um, dois anos, aí, sem carne, sem ovo, sem frango. Não tem a mínima condição. Imagine V. Ex^a que se estava faltando frango, já o consumidor criava aquele problema, imagine sem nada. Ao contrário! Eu acho que houve problema, pois poderia ter se importado mais. Mas há o aparelho do Estado, há uma série de coisas, etc. Teria que entrar mais rapidamente a carne, redistribuir melhor, mais agilidade etc.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quando ficou decidido ou se prenunciava a necessidade de importar carne bovina, foi-lhe dada qualquer incumbência de estabelecer contatos com representação da Comunidade Econômica Européia, instalada em Brasília?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Havia alguma restrição da CEE quanto à forma de o Governo brasileiro realizar essa importação? Me-

lhor dizendo, caso fosse o Governo a importar, poderia este realizar a aquisição do produto, sem contratação de intermediários europeus?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — São necessários os intermediários para CEE. São regras do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem-se conhecimento de documentos sobre essa regra, ou é apenas informação?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Documento, não; eu não li documento nessa época, mas é a praxe, informações de revistas internacionais, da própria Interbrás etc., de certa experiência que eu tenho nessa área internacional, como analista no Instituto de Economia Agrícola, de mercado internacional, algumas regras de comercialização eu conheço. Então, quando foi dito que a Interbrás falou isso, numa reunião, para mim era clara essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Só para interesse de pesquisadora e de uma informação; o Embaixador, o representante do Embaixador da Comunidade Econômica Européia declarou, numa reunião conosco, que esse documento não existe. Esta restrição de aquisição direta, por uma empresa tipo Interbrás, brasileira, não existe nos regulamentos do Mercado Comum.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não existe. Pode ela mesma comprar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Exato. A Interbrás poderia, diretamente, segundo esta informação.

Chegou ao seu conhecimento — e se chegou —, qual a sua opinião sobre a forma que a Interbrás resolveu adotar para a importação dessa carne?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — A forma que ela resolveu adotar?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Houve alguma orientação do Ministério da Fazenda, encaminhando ao Cinab, quanto às condições contratuais relativas à importação de carne, como sejam: seleção de empresas, preço do produto, condições de pagamento, áreas de concentração para distribuição do produto etc.?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Houve votos no sentido de preço e de distribuição. Eu não estou lembrada da primeira questão que V. Ex. colocou...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Repetindo, houve alguma orientação do Ministério da Fazenda encaminhando ao Cinab, quanto às condições contratuais, relativas à importação de carne?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu não estou bem lembrada, mas toda essa questão de contratos, de preços, era decidida no Conselho. Tudo era colocado em voto. Essa era a praxe.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Durante a negociação entre a Interbrás e o Cinab com as empresas, que, afinal, venderam carne ao Governo brasileiro, o Ministério da Fazenda foi consultado a respeito? Sobre o que e o que disse?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Ministério da Fazenda foi procurado, nessa época, por empresas ou grupos empresariais interessados em também participar da operação?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Ao que eu saiba, sim. De início, apareceu lá a empresa SOCOPA, na importação de carne; depois de um certo tempo, apareceu a SOGEVIANDES. Até imaginei que iriam aparecer mais, porque era importação de grandes volumes de carne, mas apareceram apenas essas duas empresas. Parece-me que a SOCOPA foi apresentada pela Interbrás, se não me engano, com uma justificativa interessante, de que era a maior empresa de comércio de carnes no mundo, com grande experiência no Mercado Comum Europeu e, dada a nossa urgência, ela poderia cumprir essa função com mais propriedade. E a SOGEVIANDES, como a segunda empresa maior e como uma empresa que já era sediada no Brasil, que tinha experiência não só no Mercado Comum Europeu, como aqui no Brasil. As justificativas são muito boas — que eu saiba, não apareceu mais nenhuma. Agora, eu sei — e sei bem — que havia uma intenção explícita do Funaro de que não fosse uma importação monopolista. O Braga sempre dizia que era importante que encaminhasse a importação de carne não através de apenas uma empresa, que era uma questão primordial para o Ministro Funaro.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — E a orientação dada a respeito dessa questão, a Sra. considera incluída na resposta?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É, essa daí.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sabemos que dentro da modalidade de ação decidida pelo Governo brasileiro, outras empresas ofereceram preços inferiores aos da SOCOPA e SOGEVIANDES. Por que, ainda assim, não houve qualquer reformulação de posição de compra da carne?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não tenho conhecimento porque não teve; precisaria até de um papel sobre isso, porque mais barato do que nós compramos, só os países pobres do Pacífico, da África e do Caribe que conseguem; nenhum país em desenvolvimento conseguiu isso até hoje; talvez a Rússia, uma vez só, conseguiu comprar a esses níveis de preço no Mercado Comum Europeu. Pelo meu conhecimento de pesquisadora, li uma vez em uma publicação americana, que a Rússia teria comprado a esses níveis de preço só uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ainda que isso não tenha sido considerado uma compra, e sim uma operação de auxílio.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Não teve conhecimento de uma empresa suíça que teria feito ofertas?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Para falar a verdade, não. Eu levo muito a sério o que o Ministro Funaro diz, e o Braga tinha nos transmitido que a preferência era não por uma empresa, mas por várias empresas. Achei interessante

não aparecer no Ministério da Fazenda tantas empresas, com um volume tão grande para se importar. Apareceram, de fato, duas. Imagino que eu teria visto, mas pode ser que não.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Chegou ao conhecimento, na época, da Assessoria do Ministério da Fazenda, que técnicos desse Ministério teriam tido sérios atritos numa reunião em Brasília, a respeito das especificações técnicas relativas à carne a ser importada e as empresas exportadoras, tendo os representantes destas afirmado, então, que tudo já estava acertado, não havendo, portanto, nada a discutir com os técnicos sobre o produto?

Repto, porque é longa: chegou ao conhecimento, na época, da Assessoria do Ministério da Fazenda, que técnicos desse Ministério teriam tido sérios atritos numa reunião em Brasília...

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — É, técnicos do Ministério da Fazenda ... teriam tido sérios atritos numa reunião em Brasília, a respeito das especificações técnicas relativas à carne a ser importada com as empresas exportadoras, tendo os representantes destas afirmado, então, que tudo já estava acertado, não havendo, portanto, nada a discutir com os técnicos sobre o produto.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu não tenho conhecimento de especificações técnicas do produto. Não, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Na primeira adjudicação realizada pela CEE, as empresas Socopa e Sogeviandes apresentaram um preço julgado inferior pela Comunidade, resultando, daí, a negativa de vender o produto. A Assessoria do Ministério da Fazenda tomou conhecimento desse fato? Que providências adotou, então?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Lembro-me porque foi até publicado nos jornais, no Diário da CEE, que a Socopa e a Sogeviandes tinham colocado um preço que a Comunidade não tinha aceito. Mas era o preço que, de certa forma, estávamos tentando negociar.

Pelo que estou lembrada, se não me engano, o Ministério chamou rapidamente as empresas — porque era urgente a importação — para que fizessem um novo lance, devido à necessidade de importação rápida. Foi isso, sim, reuniu com as empresas. Parece-me que o João Bosco se reuniu com as empresas, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Qual a participação do Ministério da Fazenda no incidente surgido por pressão das empresas exportadoras, a respeito da liberação dos estabelecimentos industriais de onde provinha a carne vinda da CEE, de certificação exigida pelas autoridades sanitárias brasileiras?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Desculpe um pouco, mas tudo que foi importado tinha que ter o aval da Sipa, do Ministério da Agricultura. Acho que aí teria que se conversar com os técnicos, é um negócio complicado isso de fiscalização, uma coisa muito específica. Acho que tudo é da Sipa, tudo é alçada do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Foi a Seap quem realizou os estudos técnicos sobre a distribuição interna da carne bovina importada? Qual a orientação então seguida?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É a comissão técnica. Na realidade, essa comissão era formada pela Cobal, CFP, Ministério da Fazenda, que propôs um programa de distribuição da carne: tantas toneladas em Recife, tantas aqui. Houve, sim, uma proposta, dada a população, consumo. Tem até uma notinha sobre isso na Seap, lembro-me muito bem dessa nota.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Passemos agora ao leite. A Interbrás foi designada para realizar a importação de 25 mil toneladas, em caráter de urgência, de três mil toneladas de manteiga. No entanto, a Interbrás adquiriu no exterior 42 mil toneladas de LPD, 3 mil toneladas de manteira e 3 mil toneladas de **butter oil**. Houve uma extrapolação do voto? Como se justifica tal procedimento?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não sei de nenhuma extrapolação de voto, desconheço totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Pelos números, não a identifica?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Desculpe completamente qualquer extrapolação de voto. Não consigo nem imaginar.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O Voto 21 tem parcela complementar, não importa. Como se deve entender esse termo? A licitação da Cobal, a segunda que foi adjudicada, já havia sido realizada? Como se justifica isso? A Cobal realizou licitação para a compra de 32 mil toneladas de LPD, quantia superior à autorizada pelo voto? Qual a justificativa para esse procedimento?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — A Cobal fez licitação maior que o voto? Menor, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Vamos refazer a pergunta. A Cobal realizou licitação para a compra de 32 mil toneladas de leite em pó desnatado, não é?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É. E não fechou por causa daquele problema de Chernobyl, não foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Quantia superior à autorizada pelo voto.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Provavelmente porque tinha algum voto anterior. É só questão de ver isso. Não é possível. V. Ex^a está falando que a Interbrás e a Cobal fizeram isso. Não é do meu conhecimento que tenham feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Isso tudo dentro do Voto 21.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Tudo bem. Não é do meu conhecimento. Acho que o que aconteceu aí foi que, num voto anterior, ela não importou a quantidade necessária, isso eu lembro bem. Abriu-se a licitação, a quantidade era "x" e ela parou no meio, porque quem estava ganhando a concorrência, dizia a Cobal, eram países que tinham problemas com Chernobyl. Is-

so foi levantado, parece-me, pela Sipa. Então, a licitação, de certa forma, ficou cerceada. Quando fez a segunda licitação dessas 32 mil, ela comprovavelmente aquela quantidade que não tinha importado. Acho que foi isso. É preciso conversar com alguém da Cobal, direitinho, porque pode ser isso, tem que se pesquisar. É uma dica que estou dando, de fato, foi interrompida uma licitação, isso com certeza, isso eu sei. Agora, deve ter sido colocada uma outra concorrência então. Pode ser. Agora vou até dizer uma coisa: faz dez anos que o Brasil importa leite, se não faz quinze, e a Cobal sempre importou, é um negócio mais cotidiano, não precisava ficar condenando. É uma coisa normal o que eles fazem. É como a importação do trigo, é um negócio normal, cotidiano, não é desse Governo, e diga-se de passagem, grandes quantidades.

Então, é o procedimento deles, eterno...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Cobal diz que é executora das determinações emanadas da Seap, no que diz respeito aos estoques reguladores. A Seap determina a quem vender, os preços e os prazos?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O preço, sim, prazo, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — À Cobal coube a negociação com os adquirentes e, em depoimento nessa CPI, afirmou-se que as vendas seriam sempre à vista. Isso é correto? Houve exceções?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Essa questão de preço, de contratos, sempre é decidida pelo Conselho — eu não conheço nenhum caso de exceção. Aí eu teria que perguntar para — acho que para aquele que trabalhava com leite — até recentemente era o Carlyle, eu não o conheço. Ele prestou alguma informação aqui?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Ele sabe pouca coisa.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É sobre a questão do leite, aí, no caso, de estipular o preço? É o voto do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Preço, prazo, à vista, se houve exceções.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Se houve exceção, eu me lembro que às vezes havia alguma exceção com programas do INAN, da LBA. Sempre tinha alguma coisa de exceção com os programas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Por que o INAN não teve acesso à compra de leite da Cobal? Como justificar a operação com a SAB?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Ele não teve acesso?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Teve dificuldades, sempre.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Olha, pelo que eu saiba — e eu acompanhei um pouquinho os programas do INAN — não chegou a faltar leite para os programas do INAN. E, quando começou a faltar, o Ministro Funaro liberou a importação de 24 ou 25 mil toneladas para eles.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Especificamente, para o INAN?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É, exatamente, quando chegou a faltar. E, estávamos com problema em todo o quadro protéico brasileiro: carne, ovo, leite. Então, nós não podíamos ter, ainda, falta de leite. Sabe, tinha esse problema também, da opção. Agora, pelo que eu saiba, quando faltou leite para o INAN, o Ministro Funaro liberou a importação, lembro-me disso com detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O voto 43 do Cinab autoriza a aquisição no exterior pelo Governo brasileiro de 150 mil toneladas de leite em pó desnatado e 50 mil toneladas de **butter oil**, para a regularização do abastecimento em 1987. Pergunta-se: efetivamente, foram internadas todas as quantidades?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Em 1987? Não, tem o plano de internalização que se estendia — se não me engano — até 1988. A comissão fez um plano técnico, porque veja bem, nós estávamos muito preocupados com a questão do longo prazo. Esse negócio de abastecimento — não sei se V. Ex^a sabe — mas no Brasil nós temos crise de abastecimento há 50 anos. Crises cresceu um pouquinho o PIB brasileiro, falta alimentos, tem que importar; eu já falei para V. Ex^a que em 1978 e 1979 a economia cresceu um pouco e importaram-se 300 mil toneladas de carne, 3 milhões de toneladas de milho. Então, nós sempre temos crises de abastecimento no País. É interessante esse voto daí, quando a gente decidiu: não, temos que fazer política de longo prazo, sempre estávamos fazendo política de longo prazo e, à medida em que ficou uma luta quase que corporal a questão do abastecimento alimentar, a gente foi administrando dia a dia e, de repente, acertamos e não vamos administrar de novo como manda o figurino, pensando sempre num longo prazo. E, na questão do leite, V. Ex^a sabe, não se fala assim para a vaquinha: produza, hoje, e ela vai produzir. Não é bem assim, tem aí uma fase de uns dois ou três anos entre investir e o setor leiteiro começar a produzir. Então, como as condições de preço no mercado internacional, em 1986, eram ótimas, excelentes, tanto o leite como o **butter oil**, eu digo assim, um dos mais baixos nos últimos 50 anos, então pensou-se em comprar o leite já para dois anos mais ou menos, o leite e o **butter oil**, e não só isso que foi interessante, mas uma coisa muito bem feita pelos técnicos que programavam a internalização nos moldes como é feito para o trigo. Entra esse mês, entra o próximo. Então, não atrapalha portos, não atrapalha armazéns, ao invés de entrar tudo de uma vez, entrar descoordenadamente, foi feito um trabalho muito bom nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — As 150 mil toneladas de leite em pó desnatado, naquela data, representavam quase o dobro da quantidade até então internada, mais ou menos 85 mil toneladas. O que justificou tão grande quantidade?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Isso que já coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Efetivamente houve excesso de importação de **butter oil**? Houve uma desproporção?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não que eu saiba. Pelos cálculos nossos, não; agora, não sei se pelo que as usinas colocavam de fato. É difícil para quem fiscaliza entre o que é recomendado tecnicamente e o que acontece na prática.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nem nessa internalização a longo prazo houve, por exemplo, uma velocidade maior de **butter oil**.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Se bem que o **butter oil**, os 50 mil, são hipotéticos. Não sei se V. Ex^o sabe. Nós poderíamos desistir de uma parte, no voto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Poder-se-ia desistir de uma parte?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — De uma parte, exatamente. É lógico. Não fámos fechar um negócio assim tão...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Desistiu-se, ou não?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Acho que não, porque ainda estávamos necessitando de leite importado.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Qual a relação técnica entre **butter oil** e leite em pó desnatado, empregado no Brasil?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não estou lembrada. Na época eu sabia, agora não sei mais.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Durante a sua gestão houve algum estudo que demonstrasse que o **butter oil** importado excedia à demanda?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Acho que já expliquei essa questão toda. Caso houvesse algum problema na importação do **butter oil**, tínhamos no voto, a questão de desistência de uma partilha, que era uma coisa já por escrito até. Acho que não tem nenhum problema nessa questão. Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esse voto 43 não menciona prazo para internação nem operadores. Isso tornava a Interbrás a operadora?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como justificar, no período da safra, autorizações de importações da ordem de 281 mil toneladas, somando-se as 150, mais as 43, as 131 mil toneladas dos votos 45?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Mas aí está-se colocando a época da compra, e não a internalização, que tem um fluxo. É assim: quando é fechado o negócio do trigo, ele é feito por 3, 4 anos. Por exemplo, fecha-se a internalização do trigo com o Canadá por 3, 4 anos. Quer dizer, é feito um acordo, para entrar 750 mil toneladas por ano. Agora, o período que vai entrar, isso é de acordo com o fluxo; tem que ver a questão da estocagem, o problema de consumo. Mas, por que se faz isso? Primeiro, porque se tem uma previsão. Segundo, porque compra-se a preço muito mais barato, e terceiro, pode-se com certeza, equacionar as entradas. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esse plano a que V. S^o fez referência há pouco, de

internalização, foi cumprido, dentro de cronogramas de não congestionamento?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Enquanto estávamos lá, parece-me que foi cumprido sim. Acho que está sendo cumprido ainda, porque sempre entra leite de fora, até na safra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Por que o voto 53, que autoriza a importação de 100 mil toneladas, cedeu a metade para a SPAM?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Cedeu a metade?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A metade.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — A SPAM não é da CCC? É isso aí. Foi um problema de pedido da CCC, claro. Isso aí é problema deles, não nosso.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Todo o leite em pó desnatado importado destinou-se a compor estoques reguladores da COBAL? O mesmo ocorreu com o **butter oil**? Vejamos: nos 8 votos...

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não foi permitida a importação privada de leite, também. Então, nem tudo dentro do conceito mais geral, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Nos 8 votos aprovados pelo CINAB para produtos lácteos há autorização para importar 376 mil toneladas de leite em pó desnatado, para o estoque regulador. Até 31 de março de 87, a CACEX tinha concedido autorização para 191 mil toneladas e a COBAL tinha recebido 188 mil, incluso importação para particulares. Por que essa diferença de 2 para 1 entre os votos e o real?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O voto é bem maior do que o real? É por causa da internalização, do fluxo de internalização, provavelmente, claro. Lógico. É como a proposta de importação de trigo que é de 5 milhões, mas entram só 750 por ano. Aí pergunta-se: "Mas por quê?" São contratos de longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — No início de 1986 — reunidos pelo ex-Secretário da SEAP — os setores representativos da produção de leite tinham estimado a necessidade de se importar cinqüenta e quatro mil toneladas para a entressafra. Por que tal discrepância entre as diferentes fontes?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Nós estávamos mortos se fôssemos segui-las. Cinqüenta mil toneladas importavam-se antes, sem o Plano Cruzado, eles foram conservadores, digamos, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — No caso, do **butter oil** são autorizadas sessenta e um mil toneladas e meia pelos votos, mas aparecem apenas vinte e oito mil quinhentos e quarenta toneladas de guias da Cacex, 44.331 toneladas eram armazenadas pela Cobal. Diferença entre votos e guias.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Tudo bem; é o fluxo de entrada. Isso aí é tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — E quando a quantidade armazenada é superior ao total de guias, como explicar?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Se tem mais do que foi permitido? Aí é preciso perguntar a eles; não sei o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Consta aí que esses contratos não foram de longo prazo como afirma a depoente. Consta de informações à Comissão que esses contratos realizados nesse período não seriam o amparo às respostas que V. S^o deu aqui.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O que consta para mim é isso: que é de longo prazo, não só consta, como também sempre foi a idéia que defendemos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Em 4 de setembro de 1986, através do Telex 979, a SEAP autoriza à Cobal a receber da Interbrás 2.585 toneladas de **butter oil**; em 18 de maio desse ano, 1986, através do Telex 1.030, a SEAP autoriza à Cobal a receber da Interbrás 3.000 toneladas de leite em pó integral. Duas autorizações.

Pergunto: era norma tornar decisões de tal porte, a nível dos funcionários da SEAP/CINAB? Por que não levar a nível de Conselho de Ministros?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não. Aí a decisão já estava tomada; aí é comunicação só. Telex? Imagine...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quem decidiu?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Aí, é a comunicar?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É o fluxo, não? Veja bem: aí é como funciona o aparelho de Estado, essa a questão. Vamos ver. É aprovado no voto do Cinab a importação, digamos, de 50.000 toneladas de leite e 10.000 toneladas de **butter oil**. Então, isto aí é uma decisão do Conselho de Ministros, claro. Para esta decisão, as comissões técnicas do leite se reúnem, e desse volume de 50.000 precisamos, ao mês, de a entrada de 2.000 toneladas no porto de Santos, 2.000 toneladas no porto do Rio de Janeiro, 2.000 toneladas no porto de Recife. E aprovado isso aí, em termos de nota técnica, o próprio Secretário de Agricultura, da SEAP, no caso, na época, ao final era o Morais, ou até alguém tipo Mauro Bosquero, que era a sua segunda pessoa, pode se comunicar com a Cobal dando esse aval. Mas veja bem, isso foi aprovado pelo Conselho de Ministros, e foi aprovada a internalização disso, no caso da Cinab, pelo João Bosco, no caso da SEAP pelo Braga, através de uma nota explicando, vai-se necessitar 3.000 toneladas no porto. Então, a Comissão tinha essa finalidade de ver as demandas dos vários Estados, é uma questão de comunicação mesma.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu pergunto: Tem certeza de que isso estava autorizado ou foi uma decisão do Secretário, porque...

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não; mas tinha que estar autorizado; não é possível. Não chegam no porto o leite e o **butter oil** que não forem autorizados pelo Ministro; nem chega. Tem isso também, não pode chegar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O que motivou as duas autorizações para o telex? Pres-

sa? Urgência? Nesse caso, quais os procedimentos esperados da Cacex?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O telex é muito utilizado; é uma coisa de praxe, não é uma questão de urgência. O telex é um sistema usualmente utilizado.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como V. S' vê a nomeação de empresas aqui estabelecidas como concessionárias, exclusivas, de vendedores estrangeiros? A aceitação desse estado de coisas é correta do ponto de vista do Governo brasileiro? Que vantagens e desvantagens existiam nesse procedimento comercial? Qual o comprometimento diplomático para que existam tais concessões? Os casos da SPAM, CCC e da Nova Zelândia são similares, ou há decisão entre eles?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não; são duas empresas que importam o leite.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas o caso é similar ou não é?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Como similar? Igualis?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Igual.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Bom; uma é do CCC e a outra é da Nova Zelândia.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Pois é, mas eu digo, foi exatamente em termos de...

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Foi a disponibilidade de leite. Há muita empresa selecionada, assim? Quando pode internalizar? Eu internalizo daqui a um mês, ou daqui a dois meses. Dava-se preferência às empresas.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O problema não é esse que eu estou perguntando. O problema é saber se há uma similitude no processo de exclusividade, porque os americanos são campeões do *free trade*, do livre comércio. Então, como se entende que elas estabeleçam uma firma e só essa tem o monopólio?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O livre comércio, veja só, a maior guerra hoje, no mundo dos alimentos, é entre os Estados Unidos e o Mercado Comum Europeu, ver quem faz mais regras de proteção. V. Ex^o vê a rodada do Uruguai, que está sendo realizada recentemente, que estabelece as regras do GATT para comercialização. É um absurdo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu sei, mas estamos dizendo naquele tempo, naquele período, houve um privilégio de uma firma, para fazer a importação do leite americano.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Mas não é nosso privilégio, é indicação do CCC.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Sra. precisa entender a pergunta. Pergunto se a testemunha acha que o processo usado pela SPAM, se é um processo normal, útil, comum, ou se foi algo estranho?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É a regra do jogo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É a regra. Mas foi o único caso que aconteceu de ter uma firma só, representante do Governo, eu acho estranho.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Ah! Mas é como a Interbrás, alguém achará estranho se dermos a ela a possibilidade de comprar 400 mil toneladas de carne no Mercado Comum Europeu. Nós fizemos isso com a Interbrás; os Estados Unidos fizeram com a SPAM. Alguém há de dizer isso da França, digamos. Por que o governo escolheu a Interbrás? O Governo escolhe a Interbrás porque ela é que faz isso historicamente.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu queria ver se V. Sa. tinha alguma luz sobre o assunto, porque nos parece estranho que só uma firma brasileira possa fazer a venda do produto americano para o Governo brasileiro, ou para quem quer que seja.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É, como eu já disse a V. Ex^o a contrapartida nossa é a Interbrás. Para que possamos entender um pouco mais a coisa: a contrapartida nossa é a Interbrás. Muita gente é contra o monopólio da Interbrás. Quantos problemas — porque só a Interbrás? A Interbrás? O que é? Ela está acostumada a trabalhar no mercado internacional, ela tem todos os contatos, ela tem todas as possibilidades, então, ela tem toda a estrutura. Nessa altura do campeonato ninguém vai usar uma empresa que não conhece. Quem é que vai fazer isso?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Essa é a sua opinião.

Em 19 de maio de 87, o Sr. José Carlos Braga prestou depoimento à Comissão Especial, da Casa Civil, em maio de 87 e naquela ocasião foi-lhe perguntado sobre a existência de um voto CINAB, 10 dias antes, portanto, no início de maio, sobre produtos lácteos, assim distribuídos: vinte e cinco mil toneladas de leite em pó desnatado; duas mil e quinhentas toneladas de manteiga extra sem sal, três mil toneladas de leite em pó integral, mil toneladas de *butter oil*. Segundo se diz no depoimento, era uma tentativa de regularizar a importação já efetivada. O Ministro Luis Rezende não só se negou a assiná-lo, como também encaminhou o assunto à Presidência da República. Pergunta-se: O que V. S^o sabe a esse respeito?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Nada. Toda a importação era feita com voto, certo? Então, no meu conhecimento...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Mas não ficou sabendo de um fato de que o Ministro se recusou a assinar, quer dizer, houve um fato novo no curso dos acontecimentos?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Acho que o Ministro Luis Rezende, pelo meu conhecimento, nunca apresentou esse problema, com sinceridade.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Acho que num assunto desse deve ter havido uma certa crise, uma dificuldade, porque o Ministro se recusou a assinar.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Então, por isso é que não estou sabendo, não me recordo disso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como a SEAP fazia para controlar os estoques do leite, qual era o método, tinha computador lá?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Quem tinha computador era a Cobal, V. Ex^o já imaginou

se cada aparelho de Estado tiver tudo? Se bem que nós tínhamos lá na Cinab um computador, micro, para ver preço e tudo mais, e mesmo para controle de estoque estava-se montando uma coisa que era mandada pela Cobal, pela CFP, já pronto.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A testemunha permaneceu nesse serviço SEAP/Cinab por quanto tempo? Quando durou a sua permanência?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Um ano mais ou menos, acho que foi.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S^o saiu só quando terminou o Plano Cruzado ou antes? Com a saída do Ministro Dílson Funaro?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu saí logo depois, um dia ou dois depois.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como era o processo de seleção das empresas adquirentes do leite em pó desnatado junto à Cobal?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Já no mercado interno. Tinha a nomeação de todas as empresas compradoras do Brasil, inteirinho, o nome de todas as empresas, e quando elas mandavam o seu programa de necessidade de leite em pó, para distribuição, elas tinham que justificar direito e também tinham a checagem das praças, através das notas dos técnicos. E assim era distribuído para essas empresas, que mandavam seus planos de necessidade de leite em pó e *butter oil*, dentro do plano mais geral dos técnicos eram as necessidades locais.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Era decisão da competência da Cobal ou ela fazia consulta sistemática à SEAP e Cinab?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Na realidade, a execução dessa política, sem dúvida alguma, é competência da Cobal.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quais os critérios para fixar os quantitativos de cada interessado e as condições de pagamento? O indivíduo vai comprar: qual é o critério? Paga a vista, paga à prazo? Qual é a quantidade que vai comprar? Quem é que decide isso?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Isso tudo era decisão do Conselho de Ministros. Todas as regras de preços.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Os Ministros não se reuniam; era rara a reunião de Ministros. A maior parte era tudo *ad referendum*.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Mas se era *ad referendum* e eles liam, concordavam e continuava *ad referendum* era porque eles estavam de acordo. Há de se pensar um pouco nisso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A SEAP tinha controle das importações de leite realizadas pela iniciativa privada?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Como a decisão da importação era do Conselho, então, na definição da política tinha sim: agora, o que controlava tudo isso era emissão de guias. Quem executava não era a SEAP, era a Cacex. Agora, na definição da política, se a iniciativa privada,

vai importar ou não, na decisão entra o conselho de Ministros.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que interação e que problemas ocorriam entre os votos do Cinab, votos do Conselho Monetário, guias da Cacex e importações efetivamente realizadas? Quer dizer, havia uma série de documentos. Quem é que fazia a interação deles. Havia essa interação ou havia choque para todo o lado?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Claro, nesse lugar tinha que haver. Qual é o lugar? É o lugar útil. Onde emitir guias? Na Cacex. Lá tem que ter tudo, senão o cidadão não pode importar, não?

O SR. MAURO BORGES — Outro problema, em um?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu disse que já houve até uma guerra; acho que no final. Porque eram tantas importações, tantas as isenções para os produtos, tinha que se aprovar isso, aquilo, isenção para leite, isenção para esse lote, para aquele, para arroz, para feijão, para milho, para carne, para frango.

Acho que era difícil a agilização.

O SR. RELATOR MAURO BORGES — Quero evidências a SEAP se viu obrigada a tomar, para garantir o cumprimento dos prazos de internação dos produtos lácteos fixados em votos? Quais as providências que a SEAP se viu obrigada a tomar para garantir o cumprimento do prazos de internação?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Várias vezes tinham reuniões das Comissões técnicas quem que, às vezes, o próprio João Bosco aparecia e se cobrava isso, reuniões com empresas. Eu não sei se o Braga fez alguma reunião com a empresa, eu não estou lembrada, com sinceridade. Mas, sem dúvida alguma existia assim um compromisso de sempre estar cobrando a questão dos prazos. Isso estava na cabeça de todo mundo.

O SR. RELATOR MAURO BORGES — Vamos agora entrar no setor do arroz.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Agora isso dí, eu acho que essa questão que V. Ex. colocou é bastante ligada à Cobal, às firmas importadoras, a INTERBRÁS, na questão dos prazos, porque nós que traçavamos a política de quando queríamos a entrada, era combinado, e o acordo era feito nessas bases. Então, se houve atraso ou não houve, eu acho que seria importante conversar com a Cobal e a Interbrás sobre isso, porque quem executava eram eles.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Muito bem. Vamos então ao arroz.

Como foi definido o volume de arroz a ser importado pela iniciativa privada? Digamos assim, a iniciativa privada vai comprar tanto, e o Governo vai comprar tanto. Quem decidiu isso?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Isso foi aprovado e teve, parece-me, uma nota da comissão técnica de arroz, propondo a necessidade de quanto o Governo precisava ter em mãos para dispor de um estoque de segurança, e os demais, para a iniciativa privada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que instruções foram dadas à Cacex nesse sentido, com

relação à importação? Como essas instruções foram encaminhadas? Por quem?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu não sei. Acho que aí teria que perguntar talvez para o Moraes ou para o Mauro.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que não se adotou os cronogramas estabelecidos prevendo as liberações escalonadas às guias de exportação?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — De arroz?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É!

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não segui os escalonamentos das guias?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que não se adotou o cronograma que foi estabelecido?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Teria que perguntar para o Mauro; eu não sei também.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não sabe?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não sei, mas acho que o Mauro Bosquero talvez saiba.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que houve mudança no comunicado da Cacex, que liberou as importações de arroz? Houve uma mudança! Sabe por quê?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Também não sei.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que não foi seguida a determinação expressa de se realizar a internação do produto até 30 de setembro de 86? Veja bem, por que não foi seguida a determinação expressa de realizar a internação até 30 de setembro? Quem autorizou os adiamentos? Não sabe?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Também não sei. Porém, mais ou menos, o que ocorreu foi a questão da internalização no problema de portos, preferência para carne, preferência para os produtos que estavam faltando mais no mercado interno. E isso eu lembro bem. Foi uma decisão política.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Os últimos desembarques do arroz da segunda fase ocorreram em junho de 86. Por que as vendas em grande escala só foram realizadas em fevereiro de 87, já praticamente na hora da safra seguinte?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É, mas os preços estavam altíssimos.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por quê? Sabe?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Porque não formamos um estoque bom de arroz, e a necessidade maior de colocação dos estoques do Governo foi no final do ano e entrada do ano seguinte; aliás todo mundo fala: "Ah! Na boca da safra". Mas não é bem verdade isso. Historicamente o preço do arroz — isso é outra coisa que tem mais de 10 anos — explode em janeiro, fevereiro e março, antes da entrada; é da boca da safra, mas não é a safra ainda. E outra coisa em que se tem de atentar é que a boca da safra significa que entra em março, 15% de arroz — estou falando em números hipotéticos — mas

parece-me que a maior entrada não é março, mas em abril e maio. Um dado importante é esse: o preço do arroz sempre explode no mercado, justamente nesta época, janeiro, fevereiro e início de março, quando mais se precisa do estoque do Governo, na entrada da boca da safra.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu gostaria que a assessoria esclarecesse certos aspectos para facilitar o entendimento e uma possível resposta da testemunha.

O SR. ASSESSOR — Especificamente sobre esse quesito da colocação do produto. A questão toda é que, desde quando o Dr. Carlos Moraes chegou à SEAP, especificamente, quando o Dr. Mauro Bosquero ingressou também na SEAP, eles estranharam que o produto tivesse sido interiado até junho, pois, sendo arroz sem casca, é um produto com grau razoavelmente alto de perecibilidade; então, ele teria que ser escoado em um prazo mais curto, ou seja, o arroz chegou em junho e, no final do ano praticamente nada tinha sido vendido, ou pelo menos, uma quantidade insignificante tinha sido vendida para os programas próprios da Cobal e para alguns eventuais programas de cunho social, mas a maior parte do produto da segunda fase ainda estava nos armazéns da Cobal. Inclusive, uma das principais missões realizadas pelo Dr. Bosquero foi justamente a de encaminhar uma solução para o problema; quer dizer, dar um encaminhamento para o escoamento do produto, coisa que só se efetuou em início de fevereiro, quer dizer, as vendas só se efetivaram em início de fevereiro.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Disso eu me lembro. É uma quantidade de arroz que é meio caro, não é isso? Lembro-me desse fato. Na verdade, acho que o arroz foi o único produto que importamos demais, porque a carne na realidade faltou; o milho, o estoque de passagem foi dos mais baixos; o leite está usando até hoje aquele negócio de que deveria ser uma política de longo prazo. Faz 10 anos que importamos leite, é isso mesmo, infelizmente. Quanto ao arroz, acho que realmente houve um problema, porque, já à época anterior ao Plano Cruzado, toda aquela coisa da política da seca dizendo que não havia arroz, com certeza, dos dados da CFP e do IBGE nos comunicavam uma perda de arroz muito grande. Na realidade, é claro, os dados que eles colhem são fornecidos pelos produtores. Não sei, mas acho que este ponto precisaria ser mais bem apurado. Se de fato estava-se perdendo tanto, depois brotou, o que aconteceu, se não era uma espécie de **lobbies** para resolver questões financeiras no Banco do Brasil. Aumenta-se a perda, tem-se mais compromisso do Governo, em relação a seus encargos financeiros, prorrogação, que eles conseguiam de fato. Conseguiram, de fato, mais crédito, PROAGRO, uma série de coisas. De toda forma, acho que, por causa destes motivos, importou-se um pouco mais de arroz mesmo; houve uma importação um pouco excessiva de arroz, sem dúvida alguma.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como foi definido na SEAP o preço de venda, pela Cobal, do arroz na segunda fase?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não sei. Esta é uma questão que o Dr. Mauro Bosquero

pode responder, porque, quando ele chegou pegou toda essa questão e a encaminhou, acho que, com toda a propriedade.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual é a margem dos atacadistas e varejistas nessas vendas do arroz da Cobal?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu não estou lembrada, eu não vou afirmar.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Porque a SEAP não promoveu a equalização de preços internos e externos, conforme determinado em votos e reuniões da Cia?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — A equalização de preços dos produtos internos e externos...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Por que a SEAP não promoveu a igualdade dos preços?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Os preços estavam congelados, não?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual o imposto das importações de arroz sobre o subsídio dos produtores rurais? Qual é o impacto das importações de arroz sobre os subsídios dos produtores rurais?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Nenhum; tanto que o preço do arroz aumenta dia a dia; eu não sei como é que eles conseguem. E este mês, estava vendo os dados na Secretaria de Agricultura, parece que aumentou 28, 30%; um negócio assim, por incrível que pareça.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Qual é a sistemática adotada nas vendas pela Cobal? Como é que a Cobal procedia para fazer essas vendas às firmas distribuidoras? V. S^o está a par?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Parece-me que é através de licitação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Há informações de que as empresas se habilitavam à compra de arroz junto à Cobal, por indicação da SEAP. Qual é a base legal para este procedimento? Está a par?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Isto daí, às vezes, a empresa chegava na SEAP e falava assim: "Eu quero comprar arroz." E era encaminhado para a Cobal; e isto pode ser encarado como uma indicação, então eu já indiquei. Mas eu acho que isto não é uma indicação; bateu na casa errada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S^o está a par de um assunto interessante aí. Os sindicatos beneficiadores de arroz de Goiás, de Minas Gerais tiveram acesso ao arroz importado pelo Governo. V. S^o sabe desta estória ou eles entregaram para o sindicato vender este arroz?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Qual sindicato?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O sindicato das fábricas beneficiadoras de arroz.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — O arroz era entregue, exatamente, para as beneficiadoras de arroz mesmo, provavelmente foi entregue uma parte para o sindicato de Goiás, é claro eles pleitearam também, isto é praxe, V. Ex^o está falando uma coisa especial para eles?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A Cobal em vez de vender para as firmas, realizou uma verida aos sindicatos; V. S^o sabe as razões que os levaram a fazer isto?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Acho que deve ser praxe da Cobal, imagino eu.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Vamos entrar no milho. As falhas na previsão da safra de 85 e 86 impediram a definição da real necessidade de importar. V. S^o concorda com este ponto de vista? Por quê?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não concordo com este ponto de vista, eu acho que só na questão do arroz o tiro saiu pela culatra. Não saiu tanto pela culatra, porque os produtores têm os seus preços hoje reajustados, até acima da inflação, mas deveria sair porque prestaram informação errada para a CFP e para o IBGE.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A depoente participava dessas reuniões todas ou tinha um serviço mais específico?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — De algumas reuniões eu participava procurava acompanhar, tomar conhecimento e cheguei a ser nomeada para todas as reuniões, mas era impossível ir a todas.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S^o participou da elaboração do voto Cinab, do dia 21 de fevereiro de 1986, que estima em 6 milhões de toneladas a necessidade de importação?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Eu colaborei sim, na importação de milho.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não acharam que foi uma quantidade muito grande?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Imagine! Acabamos com um estoque da passagem de um milhão de toneladas, mais baixa do que série histórica. Não. Com certeza fizemos uma ótima política de milho; compramos a ótimos preços, a não ser o milho da Argentina, que foi um pouco mais caro, porque era operação terrestre, mas também entendo justificável, porque entrou milho no Rio Grande do Sul em momento perigoso...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — E houve problema com esse milho? Essa quantidade de milho que veio não oferecia problema?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não; problema nenhum. Houve problema de estoque, de internalização, de parada no porto, essas coisas assim, porque viemos que o Brasil não está aparelhado para que o povo coma. Então,...

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Eu gostaria de ouvir o Assessor.

O SR. ASSESSOR — Pois não, Sr. Senador. Apenas para lembrar que o depoimento do Secretário Executivo Adjunto da SEAP estimou que houve um excesso de importação de milho em quinhentas mil toneladas. O Coordenador da Assessoria Económica do Ministério da Agricultura já estima esse excesso em um milhão e meio de toneladas. E, das seis milhões de toneladas que foram previstas nesse primeiro bloco que foi citado, de 21 de fevereiro, no final, não conseguimos importar nem dois terços disso. Nossa

importação ficou abaixo disso, ou seja, vai ficar a metade desses seis milhões.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não é metade. Não é verdade isso.

O SR. ASSESSOR — Como não é verdade?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não concordo.

O SR. ASSESSOR — Estou citando dados efetivos.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Importamos três milhões de toneladas de milho? Importamos muito mais.

O SR. ASSESSOR — Desculpe-me, mas são os dados efetivos da Secretaria da Receita.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Quantos milhões? Foram quatro, não?

O SR. ASSESSOR — Não. Não conseguimos importar nem o total de três milhões, no período das autorizações. E, no final do ano, houve uma corrida, que o depoimento do Sr. Carlos Henrique de Moraes, que assumiu a Secretaria Executiva Adjunta, narrava em que houve um trabalho para cancelar as importações, nos tais *wash-out* e desvios de produtos que estavam destinados ao Sul para o Nordeste. Descobriram-se uma válvula de escape para as importações exageradas que foram destinadas ao Nordeste: ou seja, ponto primo: não se cumpriu a necessidade de seis milhões. Mesmo os quatro milhões que foram autorizados em voto subsequente, também não foram incluídos.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Sim. Foram autorizados quatro milhões. Exatamente.

O SR. ASSESSOR — No voto subsequente ao de 21 de fevereiro, e tampouco as importações de quatro milhões foram cumpridas. Mesmo assim, parte desse cumprimento de importações foi desviada para o Nordeste, que, à época, era uma safra...

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Deixem-me só falar uma coisa: importávamos a quantidade prevista de milho para importação, como de vários produtos, como no caso do leite, 150 mil toneladas. Via-se através de quê? Do consumo estimado e através da oferta. Está certo? É claro que não se importaria aquela quantidade, caso não necessitássemos. De fato, depois que chegaram o Moraes e o Mauro, eles é quem ficaram administrando mais de perto esta área, e, provavelmente, o que eles fizeram foi o mais certo; tranquilamente, foi.

Para nós era importante que houvesse um voto geral, como já disse aqui, e repito, dos Ministros, inclusive para não precisar passar por cima dos Ministros, daquela quantidade estimada e da quantidade ofertada. Então, digamos, entre a quantidade estimada e a quantidade ofertada são até seis milhões de toneladas. Isto não significa que vamos importar seis milhões de toneladas. É claro que o Governo vai administrar aquilo com muito cuidado. Esse voto de confiança dos Ministros não é à-toa; é de confiança mesmo. Está certo? Sempre a administração é aquela coisa bem de perto, e acho que o Mauro e, mais especialmente, o Moraes, fizeram isto com propriedade, sem nenhum problema. E digo e repito que a

quantidade entrada, comigo regendo, não foi excessiva, na medida em que tivemos estoque de passagem muito pequeno.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — No início de março de 1986, os estudos da CFP mostraram que os preços de tabela dos produtos derivados eram incompatíveis com os preços do mercado, mesmo com o preço mínimo. Não acha V. S^{ta}, então, que a opção de importar e vender abaixo do preço mínimo do produtor certamente resultaria na paralisação da comercialização do milho nacional?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não; não parou. Não houve esse problema. Houve só o probleminha com uma marca de arroz, V. Ex^{ta} entende, e que foi muito discutido no Conselho de Ministros.

O SR. ASSESSOR — Mas estamos falando de milho.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É do arroz que estou falando. Do milho, eu nem conheço esse problema.

O SR. ASSESSOR — Não; todas essas questões que estão sendo formuladas agora se referem ao milho.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Certo.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Vamos repetir a pergunta. Estamos tratando do milho.

Não acha V. S^{ta} que a opção de importar e vender abaixo do preço mínimo do produtor certamente resultaria na paralisação da comercialização do milho nacional? Seria um desastre para o milho nacional ou achou que não?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — É que não havia essa possibilidade, porque os preços estavam congelados, a não ser que o Estado não conseguisse administrar nem isso, o que não foi verdadeiro. Conseguiu colocar com propriedade a CFP, que foi a responsável pela colocação do milho nas bolsas, com preços e regras claras, estipuladas. Não correu esse risco não.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sabendo-se que, logo no início da safra, a única opção do agricultor era entregar o milho ao Governo, quando já havia em AGF mais de 700 mil toneladas, não seria fácil prever que, com as importações maciças, estavam projetando uma situação incontrolável, caótica, na situação nacional?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Mas o milho foi tão perfeito; achei que não teve nenhum problema nem de boicote, não teve problema de entrada, não teve problema de preço. A avicultura conseguiu produzir cada vez mais, cresceu desmesuradamente e não teve problema nenhum. Acho que o milho não teve nenhum problema desse nível, mas o arroz teve.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O Governo brasileiro conhecia o estoque mundial de milho e a mudança da política norte-americana, para o produto? Será que conhecia?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Sim, a política de subsídios foi em 1986; até havia um artigo, que lemos, sobre a briga econômica entre o Mercado Comum Europeu e a CEE na guerra dos subsídios, que fez com que em 1986 fossem

os preços mais baixos de todos os **commodities** nos últimos 50 anos, nas transações comerciais desses **commodities** por causa da guerra comercial entre a CEE e o Mercado Comum Europeu. Não havia nada com o Brasil.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Havia uma tendência de baixa muito grande?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Sem dúvida alguma. Mesmo com os nossos produtos de exportação isso era problemático, porque a tendência de baixa do soja, café, cacau, prejudicou muito nossa balança comercial.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Essa queda de preço, situação favorável para o comprador, gerou, naturalmente, uma facilidade para importar. O que a Sra diz disso, com relação, sobretudo, à política americana que foi mudada?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Que a política americana foi mudada eu sei, já disse que foi a guerra comercial entre a CEE e MCE.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quais os reflexos que isso teve sobre o nosso problema interno?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Nenhum; os nossos preços estavam congelados.

O SR. ASSESSOR — Justamente, a questão é por que, então, o Governo brasileiro conhecendo toda essa perspectiva de preços que estavam caindo cada vez mais, se projetava uma queda brutal nos preços da produção de milho com essa mudança da legislação americana, o Governo autorizou a importação de quantidades, no início da queda dos preços? Por que ele não comprou parceladamente? Por que ele fechou todos os contratos em quantidades elevadas, antes que os preços caíssem? Não é um contrasenso? Por que o Governo brasileiro não se beneficiou, já que os assessores, os analistas do Governo conheciam os reflexos da mudança da política e haviam projetado a queda de preços?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não. Mas foram feitas compras durante todo o Plano Cruzeiro, não foi concentrado. Foi concentrado, no caso, quando aproveitamos — até o contrário, eu acho, do meu ponto de vista — é claro, alguns lotes de milho que compramos ainda há preços mais elevados, mas porque precisávamos daquilo aqui dentro, é claro que precisávamos de um estoque. Iríamos passar com um estoque de passagem, por causa da seca, que estávamos estimulando através da CFP, praticamente nulo em arroz, milho, em tudo. Precisava-se ter um pouco de arroz e milho aqui dentro, mesmo sabendo que os preços estavam caindo. Isso é claro, é lógico. Agora, pelo que eu me recordo, até ao contrário, fizemos a maioria das compras quando os preços já estavam mais baixos. Ninguém pode falar sobre a questão da carne, foi uma coisa maravilhosa a que conseguimos. É claro que nos beneficiamos e sabíamos até da briga do Mercado Comum Europeu com os Estados Unidos; é claro que no caso do leite e do **butter oil** também foi isso; ao contrário, beneficiamo-nos dessa política. Agora, que tivemos de introduzir quantidades de produtos antes da queda total dos preços, tranquilamente tivemos que fazer isso. Sem dúvida alguma.

O SR. ASSESSOR — Um esclarecimento para a Comissão. A questão da importação do milho, que é o caso presente sob investigação, o fato fundamental é que após a emissão dos votos há uma concessão para que a INTERBRÁS seja a operadora, e a operadora resolve comprar, praticamente, de uma só vez, mais de um milhão de toneladas. Evidentemente para quem conhece o comportamento do mercado internacional de **commodities**, sabendo que o Congresso americano havia aprovado recentemente uma lei agrícola para os próximos cinco anos e que delegava ao Secretário de Agricultura americano, no nosso caso seria o Ministro da Agricultura, competência para manipular as operações, dava a liberdade que não havia antes a um elemento do Executivo, todos que analisavam o comércio — as várias agências internacionais que fornecem informações — sabiam que o preço era cadente e muito em todas as **commodities**. Não havia por que fechar contratos da ordem de um milhão e duzentas mil toneladas sem necessidade de pronto. O que foi exatamente feito. É o que está sendo colocado, a pergunta é nesse sentido. Sabendo-se que o Congresso americano aprovou, que o Secretário de Agricultura dispõe de um poder de fogo que nunca dispôs antes, por que o Governo brasileiro autoriza que a INTERBRÁS faça toda a operação praticamente de uma só vez? Essa é a grande questão que foi colocada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O que diz a deponente a esse respeito?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Essa operação não estava me recordando muito. Mas acho que tem que ser apurada. Por que decidiu comprar assim? Tem que ser apurada.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — V. S^{ta} já ouviu falar dessa firma Mac Hisch?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Já.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O que a Sra. conhece a respeito dela?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não muita coisa. É uma firma importadora.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Tinha muita tradição no mercado brasileiro?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Bem; não posso responder se tinha. Não sei.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Chegou a conhecer elementos dela, pessoalmente?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Na SEAP, um elemento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O contrato da INTERBRÁS e Mac Hisch, para compra do milho argentino, estabelecia o preço fixo e prazo de entregas. É razoável assinar preço fixo quando os preços estão caindo?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — V. Ex^{ta} está falando sobre aquele contrato feito, de importação de milho?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É. O que o assessor acabou de falar. A compra do milho argentino naquela época. A Sra não tem nenhuma observação a fazer sobre essa compra?

A SRA MARIA ELIZA BENETTON — V. Ex^ª está se referindo à compra da INTERBRÁS? Acho que tem que ser apurada.

O SR. ASSESSOR — Só para esclarecer a Comissão. Trata-se de uma compra, um contrato fechado entre a INTERBRÁS e a empresa Mac Hisch, da Argentina, para exportar, originalmente, 350 mil toneladas por via terrestre para o Brasil, e o contrato acabou sendo de 300 mil toneladas. O objeto agora da investigação é este.

A SRA MARIA ELIZA BENETTON — Acho que mudou. V. S^ª está falando sobre essa do transporte terrestre?

O SR. ASSESSOR — É a única compra entre INTERBRÁS e Mac Hisch, da Argentina. Não existe outra. Existe uma operação da Argentina com a Junta Nacional de Grãos, de 100 mil toneladas, compra governo a governo. Não existe outra operação Mac Hisch — Argentina/INTERBRÁS brasileira. Só existe uma única operação e é feita sob a orientação do SEAP/CINAB.

A SRA MARIA ELIZA BENETTON — Uma coisa é sobre a compra da INTERBRÁS, de um milhão e duzentas mil toneladas de mercadoria nacional, e outra coisa é questão do milho argentino, das 300 mil toneladas. Por isso, quando você fez a pergunta, fiquei pensando que uma coisa não tinha nada a ver com a outra. Imaginei que não tinha.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A S^ª está a par das razões que levaram desviar para o Nordeste a parte desse milho que foi comprada?

A SRA MARIA ELIZA BENETTON — Sei que estava faltando bastante milho no Nordeste, até os Governadores ligavam todos os dias, era um problema sério no Nordeste. Aliás, não só sério como absurdo, porque poucas firmas compravam nos leilões e os preços eram altos e inviabilizavam os preços para a avicultura do Nordeste.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O órgão SEAP/CINAB não tinha conhecimento que a situação de milho do Nordeste era boa? Havia milho, a safra estava boa?

A SRA MARIA ELIZA BENETTON — A indicação da CFP era essa, no início; depois surgiram os problemas.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Tem alguma razão que justifica a transferência de parte desse milho, para o Nordeste?

A SRA MARIA ELIZA BENETTON — Essa a razão. Os preços começaram a subir demais nas Bolsas, inviabilizando a avicultura.

O SR. ASSESSOR — Sr. Senador, para esclarecer à Comissão, a única justificativa para importação desse milho por via terrestre é que era para abastecer o sul do País. A única justificativa plausível para importar esse produto da Argentina é que havia necessidade dele no sul do País, porque os preços eram mais caros. Havia uma dificuldade enorme dessa colocação por via terrestre. Ao final, o produto foi desviado para o Nordeste, ou seja, um produto muito mais caro, e o Nordeste tinha condições de se abastecer de milho norte-americano, que era 30 dólares mais barato. A propósito, Senador, é importante voltarmos ao início dessa operação e perguntar à depoente se ela

participou dessa sugestão de importação da Argentina, se ela participou das negociações, porque essa é uma importação que foi entregue à responsabilidade da Interbrás. Mas o estudo partiu, naturalmente, dos órgãos técnicos, da assessoria da SEAP. Então, eu gostaria que o Senador lembrasse à depoente isso: como se justificou essa operação? Em que termos?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O que V. S^ª diz a respeito?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Pelo que conheço da operação, ela se justificou por isso mesmo, ele tem razão, pela entrada do produto, em determinado momento, pela nota dos técnicos, entrando nos períodos em que o milho ia faltar mais no Rio Grande do Sul, no sul do País. O que justificou, primeiro, foi isso; e o problema dos portos que estava ocorrendo no sul. E havia, inclusive, um porto sendo reformado, qualquer coisa nesse nível. Então, se tinha acesso ao milho argentino, por via terrestre, no caso, em momentos necessários para o sul do País. Agora, o que motivou a levar para o Nordeste, não sei muito bem, sei mais ou menos, sei o geral, não sei a decisão do Moraes, na hora de tomar a decisão, não posso informar. Sei no geral, porque na época eu estava acompanhando os preços do milho no Brasil, e os preços no Nordeste cresceram muito, e havia aquela gritaria, era Governador que telefonava, era Secretário da Agricultura, do Planejamento, aquela gritaria, inclusive a sociedade dos agricultores. Agora, quanto à tomada de decisão, eu não sei.

O SR. ASSESSOR — Sr. Senador, quero lembrar também à Comissão de indagar à depoente se ela se recorda, na época, das manifestações por escrito da CFP. A CFP se manifestou no dia 3 de julho, contrariamente a essa importação, alegando motivos de preços, das dificuldades logísticas, etc. Não satisfeita, a CFP enviou uma estrutura de custos, mostrando o exagero dos custos em que essa operação resultaria, comparando com o custo do milho americano na mesma época. Numa operação de 350 mil toneladas, são 10 milhões de dólares que o País estava jogando para a janela. A CFP entregou isso na forma de telex, no dia 3 de julho, e, depois, numa carta dirigida ao Secretário Executivo do Conselho do CINAB.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — O que diz a depoente?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — A questão é de preço. Mas foi feito um estudo pela própria Comissão do Milho, porque, dada a necessidade e dado ao problema dos portos no sul do País, se achava necessário mesmo introduzir aquele milho e parece-me que depois dessa carta que a CFP colocou, abalizou preço e tudo o mais. Foi reunida a Comissão, de que a CFP inclusive fez parte, e se tirou um novo preço. O Governo propôs um novo preço, que parece que foi aceito pela Interbrás, no caso aí, a compradora. Não sei como foi feita a execução, mas lembro-me bem, porque o Braga estava muito preocupado com essa questão do preço, bastante preocupado, e pediu que olhássemos um pouquinho essa questão, e eu reuni a Comissão do Milho, lembro-

me bem. Estudamos e vimos qual era a possibilidade de internalizar aquele milho, naquelas datas, escalonado, dentro de prazos, mas a preços menores, que resolvesse essa questão dos preços altos, e foi abaixado o preço; pelo menos no que eu saiba, a decisão, no caso, do Braga, pelo que me lembro, é que eu até assorei, foi de preços menores e tem uma nota sobre isso das Comissões Técnicas.

O SR. ASSESSOR — Sr. Senador, uma informação para a Comissão: os estudos da CFP indicavam uma diferença de preço, posto em armazém no Rio Grande do Sul, 30 dólares a tonelada, isso era mais do que 30%. O que o Governo brasileiro conseguiu depois desse estudo — e aqui é bom deixar claro — foi um profundo mal-estar dentro da própria SEAP, inclusive foi motivo de reclamação, que a CFP assim se manifestasse; a CFP foi censurada pela forma como o fez e por conta de desnudar, com esse estudo, uma situação até então aparentemente incômoda, mas, o que é certo é que havia uma diferença. Em função desse mal-estar, foi feita uma longa negociação e se conseguiu tirar cinco dólares e meio de uma diferença que hoje é de 30 e persistiu 30; e uma informação adicional é que a cadênciaria da entrega correspondia exatamente ao período de baixa do preço argentino e que estava tendo como reflexo dessa baixa exatamente a política de subsídio americano, quer dizer, havia um contrato a preço fixo; houve um fracasso absoluto na internação; esse produto tem que ser desviado para o Nordeste, parte não consegue ser internado, tem que ser feito um *Wash-out*, uma devolução à Argentina, onde há uma perda de mais de 3 milhões e 500 mil dólares por conta da devolução de uma única parte, talvez de menos de 1/3, 87 mil toneladas são devolvidas e o País paga de "multa" 3 milhões de dólares, com mais todo o custo adicional para o Nordeste, que foi mais de 500 mil dólares, ou seja, houve um prejuízo dessa operação, toda mal conduzida desde o início, que resultou numa perda líquida de divisas de 3 milhões e 500 mil dólares. E esse milho não significou 10% do milho importado pelo Brasil em todo o período do Cruzado.

O que há de se acrescentar aqui é uma informação escrita do Dr. Anastácio, que foi entregue à Comissão. A Comissão solicitou a documentação da CFP a respeito. Existe uma nota, uma chamada, aqui, sobre a importação de 350 mil toneladas de milho argentino pela Interbrás, uma nota do Dr. Anastácio, do dia 10 de julho de 87, e preço licença para ler o conteúdo dessa nota:

"No dia 10.7.86 a Dr^a Eliza (SEAP) ligou-me propondo o seguinte: primeiro: desconsideraríamos que o preço do mercado internacional caiu; segundo: desconsideraríamos as despesas de fumigação e tratamento do produto, da ordem de mais ou menos 10 dólares e 50 cents por tonelada; terceiro: levaríamos em consideração apenas a média global do preço de licitação da CFP ("convocação nº 30/86 de 2 mil e 25 cruzados por tonelada-produto posto no armazém no interior").

Nota : alertei para o fato de que poderíamos adotar este critério desde que a Interbrás garantisse que o preço do faturamento do produto para o governo fosse os 2 mil e 25 cruzados por tone-

lada, assim como ocorre na licitação; a diferença maior, a Interbrás assumiria.

Em tempo, chamei a atenção ainda para dois fatos: primeiramente — que a cotação FOB, mesmo reduzida as despesas de interiorização, ainda estava elevada se comparada aos preços de mercado externo e, segundo ponto, o volume de 200 mil toneladas por Uruguai é grande e que devido às características da operação, pioneira e experimental, conviria reduzir esse quantitativo.

Então, a CFP, numa terceira manifestação, essa, por via telefônica, se mostra ainda contrária à operação; há três momentos em que a CFP nega a validade da operação: o telex, a carta do presidente, e as considerações que o Dr. Anastácio fez à Dr. Maria Eliza, por telefone, no dia 10/7.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Agora, deixe-me explicar. Reuni mesmo a Comissão do Milho, porque quando vimos aquela operação, quando tomamos conhecimento, acho que quem podia explicar melhor essa operação na época, era o João Bosco ou o assessor dele para o milho, porque naquela época achô que o Braga estava assinando em conjunto e quando isso chegou na mesa do Braga, ele pediu-me que o assessor rasasse um pouco, desse uma olhada naquilo. Na hora, então, tentei reunir-me com a Comissão do Milho da SEAP, da qual o Dr. Anastácio fazia parte, daí minha ligação a ele, e não somente a ligação telefônica, como me reuni com ele. O que pude apurar de toda essa situação, do que me lembro e o que fiz, era de que as quantidades eram muitas, talvez uma tentativa de importar umas 100 mil toneladas, nô sentido de que seria necessário aquele milho no Rio Grande do Sul. O meu balizamento foi por aí, mais ou menos, que o preço estava caro, eu achava o preço bastante caro e achava que aquela operação, do jeito que estava colocada no papel, tinha inclusive elementos, a tal da fumigação, uma série de outros elementos que encareciam o produto e que eu não via em outros lugares.

Então, achei estranho mesmo. Agora, como foi o processo de aprovação e de execução da tarefa, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Como explicar, no final do ano, a entrada da **Ban Trade** para importar mais 200 mil toneladas quando já se conhecia a projeção da safra recorde de milho a ser colhida a partir de março de 1987?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Da **Ban Trade** para a importação de milho, ainda? Não conheço essa operação.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Duzentas mil toneladas de milho?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É.

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não conheço.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Sabe por que a **Ban Trade** entrou nesse negócio? Não sabe quem pediu? Quem forçou a barra?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não, nem sabia do caso.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Não era por ser uma firma lá do Sul?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Não tenho a mínima informação a esse respeito.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Quanto representou em milhões de dólares o subsídio embutido entre a importação e as vendas do milho no mercado interno?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Entre a importação e a colocação?

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — É. A diferença, em dólares, do preço da importação e as vendas no mercado interno?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Olha, pelo que me consta, a aquisição dos produtos no mercado internacional não constou com muitos subsídios. Primeiro porque os preços estavam caindo, e adquirimos carne, leite a preços excelentes. Se houve algum subsídio foi no início dessa importação, da Interbrás, de 1 milhão e 200 mil toneladas de milho, deve ter havido. Essa operação tem que ser melhor explicada, eu acho. Mas não conheço os valores.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — A importação, no seu conjunto, foi vantajosa para o País?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Ah, foi, tranquilamente. A avicultura cresceu tremendamente sem problema algum.

O SR. RELATOR (Mauro Borges) — Que consequências trouxe para o produtor brasileiro a importação desse cereal? Foi boa ou ruim?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Nenhum, porque o estoque-passagem foi um estoque considerado pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Cameiro) — Só mais uma última indagação. V. Sa. teria alguma informação importante para o esclarecimento dos fatos, que não foi perguntado, neste momento, e que em função do compromisso do seu juramento e compromisso como cidadã, tem para com o encaminhamento correto dessas questões? Teria alguma consideração a fazer sobre algum fato que auxiliasse a Comissão no sentido de esclarecer o assunto?

A SRA. MARIA ELIZA BENETTON — Essa operação de milho acho que tem que ser um pouco explicada. Comprar 1 milhão e 200 mil toneladas assim... certo?

O que eu teria mais a comentar nem esclarece. É a questão de levar uma política de abastecimento sem uma reforma administrativa. Acho que essa prometida reforma administrativa que foi feita, para esse Governo de transição, e que não foi realizada, tem prejudicado, e muito, as operações. Hoje nem tanto, porque as pessoas não estão comendo tanto. Até podemos exportar; de novo, vem a queda no consumo no mercado interno.

Então, acho que o Estado brasileiro tem que estar preparado para o dia em que a população voltar a comer, certo? Porque na época do Plano Cruzado o que se fez foi isso, uma distribuição de renda das maiores da história do País, onde se mostrou que se distribuir um pouquinho a renda cresce muito o consumo por alimentos e que o aparelho do Estado — essa é minha conclusão — não está organizado e ágil no sentido de suprir essa população com alimentos.

Acho que, no final do meu depoimento, isso é que é importante de se pensar. Não só em distribuição de renda, mas também na agilização do aparelho do Estado e numa reforma administrativa mesmo e um pouco na área de abastecimento. Depois, aqui, sobre qual o tipo de reforma em que se poderia pensar, porque temos boas experiências, inclusive no próprio Estado brasileiro, a respeito dessas questões. Penso que é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Cameiro) — Agradecemos aos assessores a participação, assim como dos Senadores e da depoente.

Está encerrada a reunião.

MESA

Presidente
Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente
José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente
Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário
Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário
Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário
Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário
João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário
Aluizio Bezerra — PMDB-AC
Francisco Rollemburg — PMDB-SE
João Lobo — PFL-PI
Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder
Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes
João Menezes
Leopoldo Peres
Edison Lobão
João Calmon
Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Ronan Tito

Vice-Líderes
Leopoldo Peres
João Calmon
José Fogaça
Mauro Benevides
Raimundo Lira
Severo Gomes
Nelson Wedekin
Ronaldo Aragão
Cid Sabóia de Carvalho

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Marcondes Gadelha

Vice-Líderes
Edison Lobão
Odacir Soares
Divaldo Surugay
João Lobo

LIDERANÇA DO PDS

Líder
Jarbas Passarinho

Vice-Líderes
Roberto Campos

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Maurício Corrêa

Vice-Líder
Mário Maia

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder
Ney Maranhão

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Affonso Camargo

Vice-Líderes
Carlos Alberto
Carlos De'Carli

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana
1º-Vice-Presidente: Vago
2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin
PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Seldanha Denzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Surugay
Edison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho
Lavoisier Maia

PL

Itamar Franco

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho
Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares
Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Seldanha Denzi
Albano Franco
Iram Saraiwa
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

João Menezes

Alexandre Costa
Edison Lobão

PDT

Lavoisier Maia

Maurício Corrêa

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064
Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas
Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos
1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira
2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues
PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenço Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiwa

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Ney Maranhão

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramal: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli
Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares
Almir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes
Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Saraiwa
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Surugay

PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos
Afonso Sancho
Carlos Alberto

Mário Maia
Affonso Camargo

Assistente: Goitacaz Brasônio P. de Albuquerque — Ramal: 4026

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal: 4344

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

| | |
|-----------------------|-------------|
| Semestral | Cz\$ 950,00 |
| Exemplar Avulso | 6,00 |

SEÇÃO II (Senado Federal)

| | |
|-----------------------|-------------|
| Semestral | Cz\$ 950,00 |
| Exemplar Avulso | 6,00 |

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal está publicando a série **Constituições Estrangeiras**, com índice temático comparativo.

| | |
|--|-------------|
| Volume 1 — República Democrática da Alemanha, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia..... | Cz\$ 300,00 |
| Volume 2 — República da Costa Rica e República da Nicarágua..... | Cz\$ 200,00 |
| Volume 3 — Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe..... | Cz\$ 300,00 |
| Volume 4 — Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia. | Cz\$ 300,00 |
| Volume 5 — Áustria e Iugoslávia..... | Cz\$ 500,00 |

Encomendas pelo reembolso postal ou mediante cheque visado ou vale postal a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (Brasília — DF — CEP 70160)

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municípios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**
Constituição americana: moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penner**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder, econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gomzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a argüição de sua inconstitucionalidade — **Nailé Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Cretella Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira: a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Sílvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 211-3578 e
211-3579

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.
Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: CZ\$ 6,00